

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

ELGONZALES MAGALHÃES ALMEIDA

**CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES NA
ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO
(ICE-MA)**

São Luís
2020

ELGONZALES MAGALHÃES ALMEIDA

**CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES NA
ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO
(ICE-MA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da
Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA)
para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

São Luís
2020

Almeida, Elgonzales Magalhães.

Cidadania e desenvolvimento social: contradições e limites na atuação do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE – MA) / Elgonzales Magalhães Almeida. – São Luís, 2020.

... f 160

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

1.Cidadania. 2.Desenvolvimento social. 3.Responsabilidade social empresarial.
4.Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. I.Título

CDU: 316.42:005.35(812.1)

ELGONZALES MAGALHÃES ALMEIDA

**CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES NA
ATUAÇÃO DO INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO
(ICE-MA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da
Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA)
para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bráulio Robertode Castro Loureiro (Orientador)
Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Cristiana Costa Lima
Doutora em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Marivânia Leonor Souza Furtado
Doutora em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

À minha mãe e professora ***Marinalva Magalhães Almeida*** por acreditar em mim e por sonhar esse sonho junto comigo.

AGRADECIMENTOS

À *Deus*, pela dádiva da vida e por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e principalmente por me propiciar realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigado por tudo. Ainda não descobri o que fiz para merecer tanto.

Ao professor *Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro*, pela orientação, competência, profissionalismo, dedicação, coerência. Pela confiança e por ser tão otimista. O seu silêncio e introversão, para mim, soavam como inspiração. Acredito que eu não poderia ter um orientador que melhor me entendesse do que você. Obrigado por ter me acompanhando nesse momento. Você será sempre lembrado.

À minha *família*, em especial a minha mãe *Marinalva Magalhães Almeida* e ao meu sobrinho *Arthur Ernandes* por serem o motivo da minha luta. Não é apenas por mim, é por vocês também.

À professora *Dr^a. Rosirene Martins Lima*, que gentilmente aceitou o desafio de participar como colaboradora dessa dissertação. À professora *Dr^a. Cristiana Costa Lima* pelas suas considerações no processo de defesa desse trabalho. À professora *Dr^a. Marivânia Leonor Souza Furtado*, em especial, quero externar minha admiração pela pessoa que você representa e por despertar em mim o desejo de ser um profissional como você. Aos professores, *Dr. Alan Kardec Pacheco* pela amizade. *Dr. José Sampaio* pela dedicação ao longo do curso. Serei eternamente grato.

Aos colegas de turma, aqui representados pela minha amiga *Thalyne Falcão* que em nenhum momento dessa jornada soltou a minha mão. De igual modo a colega *Francisca Thamires* por ser uma pessoa presente. Obrigado por tudo.

À *Camila Cutrim* por me ajudar na construção desse trabalho. À *Ana Claudia*, pelo cuidado e oração, e por nunca ter dito “não” quando eu precisei de um “sim”. Aos demais amigos que de algum modo se fizeram presentes. Vocês foram incríveis.

Ao *ICE-MA*, nas pessoas de *Maurício de Paula*, *Darci Júnior* e *Deborah Ferreira* pela cordialidade, por não hesitarem nas informações repassadas a mim e pela empatia em entender que pesquisa ninguém faz sozinho, é preciso construir “parcerias”. Obrigado pelo apoio.

À *UEMA/PPDSR* pela seriedade e compromisso em fazer um trabalho sério e que respeita seus candidatos e alunos. À *CAPES* pelo financiamento necessário para a realização dessa pesquisa.

Por fim, a todos os demais participantes e contribuintes desta jornada.

RESUMO

Este trabalho investigou as noções de *cidadania* e *desenvolvimento social* no universo da chamada “responsabilidade social empresarial” (RSE) a partir das concepções e práticas do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA). Como apontam dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente há um volume expressivo de organizações que compõem o chamado “terceiro setor” e que se propõem a atuar no que comumente se designa “campo social”. Como expressão desse fenômeno tem-se o ICE-MA, entidade fundada no ano de 2001 e ainda presente no contexto maranhense. Frente a isso, três questões principais motivam esta pesquisa: 1) Que fatores explicam a gama de organizações da sociedade civil, a exemplo do ICE-MA, que nas últimas décadas têm se colocado como atores na elaboração e execução de projetos/intervenções sociais no Brasil? 2) Quais as concepções de cidadania e desenvolvimento social carregadas pelo ICE-MA? 3) Ao atuar no chamado “campo social”, as práticas do ICE-MA contribuem para a edificação de um quadro de cidadania ampliada e desenvolvimento social efetivo? A partir do enfrentamento dessas questões será possível entender os significados que as noções de cidadania e desenvolvimento social assumem no discurso da RSE por meio das ações do ICE-MA. A investigação traz como perspectiva teórico-metodológica o materialismo dialético, relevante por compreender a história como processo conflitivo, por articular economia, política e cultura na explicação da realidade e por permitir a associação de fenômenos particulares à totalidade social. Como procedimentos específicos, o trabalho foi constituído a partir de um estudo de caso que recorre a um referencial teórico e documental para a análise do objeto da pesquisa. Recorre, ainda, a observações de campo e entrevistas. Foi possível concluir que a década de 1990, período de introdução da política neoliberal no Brasil, se apresenta como marco de entrada de organizações da sociedade civil no terreno da atuação social, a partir do recuo do Estado nessa esfera de ação. Além disso, que o ICE-MA, à medida que se distancia da problematização das causas estruturais das desigualdades econômicas, políticas e sociais – relacionadas fundamentalmente à exploração de classe e à lógica de acumulação do capital –, contribui mais para a *gestão-manutenção* do que para a *superação estrutural* do quadro de precariedade social em que atua.

Palavras-chave: Cidadania. Desenvolvimento social. Responsabilidade Social Empresarial. Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão.

ABSTRACT

This work investigated how notions of citizenship and social development in the universe of the so-called “corporate social responsibility” (CSR) based on the conceptions and practices of the Maranhão Business Citizenship Institute (ICE-MA). (ICE-MA). As data from the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) point out, there is currently an expressive volume of organizations that make up the so-called “third sector” and that propose to act in what is commonly called “Social field”. An expression of this phenomenon is the ICE-MA, an entity founded in 2001 and still present in the context of Maranhão. In view of this, three main questions motivate this research: 1) What factors explain the range of civil society organizations, such as ICE-MA, which in recent decades have been placing themselves as actors in the design and execution of social projects/interventions in the Brazil? 2) What are the concepts of citizenship and social development carried by ICE-MA? 3) By acting in the so-called “social field”, do ICE-MA's practices contribute to building a framework of expanded citizenship and effective social development? From addressing these issues, it will be possible to understand the meanings that the notions of citizenship and social development assume in the CSR discourse through the actions of ICE-MA. The investigation brings as a theoretical-methodological perspective dialectical materialism, relevant for understanding history as a conflictive process, for articulating economics, politics and culture in explaining reality and for allowing the association of particular phenomena to the social totality. As specific procedures, the work was constituted from a case study that uses a theoretical and documentary framework for the analysis of the research object. It also uses field observations and interviews. It was possible to conclude that the decade of 1990, period of introduction of neoliberal politics in Brazil, presents itself as a mark of entry of civil society organizations in the field of social action, from the retreat of the State in this sphere of action. Furthermore, that the ICE-MA, as it moves away from the questioning of the structural causes of economic, political and social inequalities - fundamentally related to class exploitation and the logic of capital accumulation -, contributes more to the management-maintenance of the than for structurally overcoming the precarious social situation in which it operates.

Keywords: Citizenship. Social development. Corporate Social Responsibility. Maranhão Business CitizenshipInstitute.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Indicadores sociais do Maranhão (IBGE).....	29
Imagem 1: Estrutura da diretoria do ICE-MA – 2001 a 2004.....	33
Quadro 1: Fundamentos estratégicos do ICE-MA.....	38
Quadro 2: Síntese da organização entre eixos e projetos desenvolvidos pelo ICE-MA.....	40
Imagem 2: Estrutura organizacional do Programa Educação para Sustentabilidade	47
Imagem 3: Estrutura organizacional do Programa Nossa São Luís	48
Quadro 3: Descrição dos objetivos específicos e ações correspondentes ao projeto Ferramentas e Caminho – Gera Renda Mulher	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACE - Ação Empresarial pela Cidadania

ACM-MA - Associação Comercial do Maranhão

AENE - Aliança Empresarial pelo Nordeste

AJE-MA - Associação de Jovens Empresários

AME-MA - Associação de Mulheres Empreendedoras do Maranhão

BM - Banco Mundial

CEPC - Centro Educacional e Profissional do Coroadinho

CF - Constituição Federal

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar

CVMA - Centro de Voluntários do Maranhão

ELUD - Espaços Lúdicos

EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária

FECOMÉRCIO-MA - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FICAS - Fundo Internacional Socioambiental

FIDES - Fundação Institucional de Desenvolvimento Empresarial e Social

FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICE-MA - Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão

ICE-SP - Instituto de Cidadania Empresarial de São Paulo

IDESI - Instituto de Desenvolvimento Social Integral

IDH - Indicadores de Desenvolvimento Humano

IDIS - Desenvolvimento do Investimento Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LIP - Programa de Liderança em Filantropia nas Américas

LOAS - Lei Orçamentaria Anual da Assistência Social

ONG - Organizações Não Governamentais

OSC - Organizações da Sociedade Civil

OSCIP - Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público

OSSL - Observatório Social de São Luís

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

REDE ACE - Rede de Articulação Nacional para Cidadania Empresarial

RS - Responsabilidade Social

RSE - Responsabilidade Social Empresarial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICEUMA –Universidade Ceuma

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 - O INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO(ICE-MA): HISTÓRIA, CONCEPÇÕES E AÇÕES.....	23
1.1 - O surgimento do ICE-MA.....	31
1.2 - Organização, projetos e ações	37
1.3 - Cidadania e Desenvolvimento Social na concepção do ICE-MA	49
2 - POLÍTICA NEOLIBERAL, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O TERRENO DA ATUAÇÃO SOCIAL-EMPRESARIAL	55
2.1 - O projeto neoliberal e a questão social	58
2.2 - Sociedade civil, participação e cidadania: projeto neoliberal e disputa por significados	75
2.3 - Projeto neoliberal e mundo do trabalho	86
3 - A PRÁTICA SOCIAL-EMPRESARIAL DO ICE-MA NO CAMPO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	97
3.1- O projeto “Ferramentas e Caminho”	97
3.2 - O ICE-MA e a questão da cidadania.....	103
3.3 - O ICE e a questão do desenvolvimento social	113
3.4 - A Responsabilidade Social Empresarial como estratégia ideológica	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICES	149
ANEXO	153

INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade ancorada na exploração de classe e em princípios ideológicos impostos por uma classe dominante ainda é a base de nossa época histórica. Na concepção de Engels e Marx (2007), a expressão *ideologia* pode ser compreendida como um conjunto de ideias disseminadas por um segmento social dominante na pretensão de difundir e realizar seus interesses, em projeção aos interesses de uma coletividade social, surgindo assim um pensar hegemônico de uma classe sobre outras. Nessa visão, a ideologia torna-se um mecanismo funcional à reprodução das relações sociais.

Na concepção de Santos (2009), nenhuma instituição nasce pronta ou imutável, todas elas são oriundas de movimentos de uma sociedade e de suas elites políticas. Existe uma construção de arranjos diferenciados que vêm sendo concebidos ao longo da história em decorrência das mudanças políticas, econômicas e culturais. Como consequência disso, entra em discussão a questão da divisão do trabalho e suas relações hierárquicas de dominação. Logo, a ideologia tem que ser pensada a partir de uma articulação entre o material, que consiste na produção da riqueza concreta, e o subjetivo, que faz referência à produção do pensamento.

As classes dominantes ditam as ideias e propagam as regras sociais a ponto de se firmarem tão aceitáveis que chegam a ser percebidas como algo natural, inquestionável. As ideologias acabam por se tornarem hegemônicas, a ponto da sociedade se alienar, aceitando as imposições dominantes com um pensamento de que as relações são justas e igualitárias.

Foi refletindo sobre a atuação do Estado capitalista e a imposição de ideias impostas por uma classe que se coloca acima de uma coletividade que essa pesquisa foi se constituindo. E na necessidade de delimitar esta investigação, vi como oportunidade o discurso da *Responsabilidade Social* (RS), uma vez que comumente essa expressão é percebida como algo positivo e que beneficia a sociedade de modo geral. Suas ações são bem recebidas pela população e são carregadas de um *marketing* empresarial capaz de induzir as pessoas a um entendimento simples, como “boa ação” isenta de qualquer ideologia política. Nesse sentido, coloquei-me na função de pesquisador a fim de entender o viés que se apresenta frente às concepções e práticas da chamada *Responsabilidade Social Empresarial* (RSE).

A expressão *responsabilidade social* é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. Por exemplo, desperta interesse na Administração, nas Ciências Sociais, na Economia e na Contabilidade. Entretanto, cada ciência tem peculiaridades quanto à maneira de trabalhar o termo, pois sua interpretação é distinta. Porém a realidade é que a RS se tornou,

como destaca Manzoli (2011), quase um imperativo de gestão para empresas que, de certo modo, buscam tornar-se competitivas no mercado em que atuam.

O fato é que a noção de RS está intrinsecamente ligada ao mundo dos negócios como forma de gestão, e essa proximidade é considerada recente, pois não havia, até então, o uso desta expressão para definir as práticas de “incidência social”. Tais ações eram chamadas de iniciativa filantrópica, o que não condiz com a real abrangência do termo, haja vista que a responsabilidade social, nesse contexto, é delimitada às práticas empresariais, daí emerge o uso do termo *Responsabilidade Social Empresarial*, que, em sua pluralidade, consegue envolver não somente seus acionistas e funcionários, mas também a mídia, o governo, o “terceiro setor”¹ e a comunidade. Essa prática, no entanto, não se restringiria apenas aos seus envolvidos, às partes interessadas, aos interesses de seus *stakeholders*², mas também àqueles que estão fora do cenário empresarial. (MANZOLI, 2011).

O avanço da RSE, no campo da gestão, despertou em mim o interesse por compreender a transição de uma “responsabilidade social”, que deveria ser atribuição do Estado, a princípio, para uma Responsabilidade Social agora protagonizada por empresas privadas e organizações da sociedade civil em geral. Neste sentido, trabalhei essa passagem através de abordagens históricas, nas quais pude pontuar a configuração política neoliberal brasileira, a partir da década de 1990. E também, a entrada do próprio Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA) no campo da RS.

Destaco que a transição de responsabilidades sociais por parte do Estado para o setor privado é uma característica típica da política neoliberal. Entendida como “um corpo teórico-político que surge no século XX com o intuito de restabelecer as bases do pensamento liberal, principalmente visando combater o intervencionismo estatal”. (MORAES, 2001, p. 30). Desse modo, vejo como estratégia político-econômica a transferência da responsabilidade pública ao segmento privado, no intuito de barrar as forças intervencionistas do Estado, concedendo, assim, maior representatividade mercadológica às empresas e desresponsabilizando o Estado das obrigações de ofertas de serviços sociais. Nesse sentido, quanto à estrutura, fica estabelecido o discurso e a prática do ICE-MA, com relação às noções de cidadania e desenvolvimento social, como o objeto desta pesquisa,

¹ A designação “terceiro setor” se explica como meio de diferenciá-lo do primeiro setor (Estado) e do segundo setor (Privado), a partir da concepção de que os dois primeiros setores não atenderiam de forma precisa às demandas sociais. O primeiro, pela suposta “ineficiência”, e o segundo, por ter como atividade-fim a busca pelo lucro. O hiato existente entre um setor e outro seria então ocupado por um “terceiro setor”, composto pelas Organizações Não-Governamentais, Fundações, Associações entre outros. (MONTAÑO, 2002).

² Para Freeman (1984), seriam qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado pelos objetivos organizacionais. Nesse caso, os acionistas seriam apenas um grupo de *stakeholders*.

Quanto aos parâmetros conceituais que nos conduziram à construção dessa pesquisa, em um primeiro momento, destaco o entendimento da noção de *cidadania*, que exige um parâmetro conceitual, uma vez que o termo assume significados diversificados a depender da perspectiva em discussão. Daí a necessidade de determinar um ponto de partida para análise, cuja visão esteja diretamente relacionada ao ideal democrático. Nesse sentido, foi trabalhado o termo *cidadania* como condição relacionada à democracia e à soberania popular, especialmente segundo o pensamento de Coutinho (1999).

Outro desafio dessa pesquisa se fez na tentativa de definir um parâmetro conceitual para trabalhar o conceito de desenvolvimento, tarefa que não foi fácil. Durante todo o percurso deparei-me com várias abordagens que cercam a temática. Entendo que tal conceito pode assumir um caráter multidimensional, e sua aplicabilidade pode ser vista como interdisciplinar. Nesse sentido, Santos *et al.* (2012) evidenciam que o fenômeno do desenvolvimento ainda se apresenta sem uma definição precisa e única que seja esclarecedora e conclusiva. Entretanto, seu alcance estaria baseado na promoção, fosse no campo do diálogo ou em medidas intervencionistas, que resultem em efetivo bem-estar social.

No intuito de conhecer a amplitude conceitual do termo, a fim de estabelecer um ponto de partida para a discussão, percebo que se trata de um constructo teórico de cunho social, carregado por forte apelo político-ideológico, onde crenças e valores são relativos a um determinado cenário, seja econômico, político, social ou, ainda, ambiental. É preciso, então, entender que “desenvolver o ser humano” estaria relacionado à tentativa de proporcionar condições que favoreçam o aperfeiçoamento das suas potencialidades, sejam elas biológicas, psíquicas, ou ainda sociais. Portanto, na amplitude desse raio, entendo que a construção do conceito de desenvolvimento não poderá ser restrita apenas a um campo do conhecimento.

Considerando a multidimensionalidade inerente ao conceito de desenvolvimento, parto da ideia de que discuti-lo baseado, a princípio, na visão clássica econômica de que este seria “(...) a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada [...] acumular para depois distribuir” (SANTOS *et al.* 2012, p. 48), não responderia às inquietações da pesquisa e a tornaria pouco efetiva, pois se trataria de uma ideia de desenvolvimento a partir da lógica da acumulação de capital.

Em se tratando de acumulação de capital em prol de um possível estado de bem-estar, me deparo com as concepções de Marx acerca da Teoria do Desenvolvimento Econômico. Na visão marxiana, a acumulação do capital por parte dos capitalistas seria resultado da prática da “mais-valia”, que consistiria nas relações sociais de produção, estabelecidas entre capital e trabalho. (MARX, 2017). A denominada “acumulação primitiva de capital” possibilitaria que

algumas nações acumulassem certo volume de capital e, conseqüentemente, financiariam os investimentos necessários para o chamado desenvolvimento econômico de países centrais.

Embasado em formulações teóricas, com a intenção de entender e analisar o significado que os termos “cidadania” e “desenvolvimento social” assumem no segmento empresarial, e munido da curiosidade em assimilar a possível relação existente entre responsabilidade social e empresariado, tendo como pano de fundo o cenário político brasileiro das últimas décadas, direcionei-me ao ICE-MA.

O percurso que me conduziu ao conhecimento da existência do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão foi um tanto complexo. A princípio, eu desconhecia a existência da instituição. A ideia primária seria buscar informações de campo na atual Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (FECOMÉRCIO-MA). Após visita à instituição, pude perceber que a mesma teria por missão assegurar às empresas do comércio condições para gerar resultados positivos, tanto para o desenvolvimento da categoria representada quanto para todo o estado do Maranhão, o que de certo modo se adequava às minhas intenções. Contudo, a prioridade estava em buscar informações que envolvessem a prática da Responsabilidade Social por parte das empresas, e isso não era a atuação primária da FECOMÉRCIO-MA.

Em seguida fui orientado por um dos assessores da Federação do Comércio do estado a conhecer a Associação Comercial do Maranhão (ACM), e que, por intermédio dela, talvez eu conseguisse a relação de empresas que trabalhavam à prática da responsabilidade social. Em conversa com um dos atendentes da ACM, fui comunicado que não haveria dados sobre a informação que eu buscava, mas que a Associação Comercial era parceira de um Instituto que disseminava a prática da RS no Maranhão. Fui orientado a buscar informações no ICE-MA. Munido do endereço e do nome de um dos responsáveis pelo atendimento ao público daquela repartição, fui em busca de realizar um primeiro contato.

Após algumas tentativas em agendar uma visita, mas sem obter êxito, resolvi me direcionar ao Instituto. Na ocasião, fui bem recepcionado pela equipe de atendimento, e a mim foi comunicado, por meio de uma apresentação em *power point*, o que seria o ICE-MA e sua metodologia de trabalho. Percebi que o ICE-MA se encaixava nos moldes pré-estabelecidos por mim naquilo que eu buscava investigar, uma vez que o Instituto era definido, em seu estatuto, como sendo uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município e Comarca de São Luís, estado do Maranhão, tendo como finalidade contribuir com o desenvolvimento sustentável do estado, construindo relações intersetoriais que favoreçam a equidade social e a participação cidadã. (ICE-MA,

2012). Diante disso, inicialmente, busquei conhecer as diretrizes que movem o Instituto, ou seja, sua missão, visão, princípios e valores institucionais. É a partir dessa abordagem que o ICE-MA passa a ser o campo empírico dessa investigação.

Percebo que o Instituto atende à proposta mais geral desta pesquisa, qual seja: conhecer e analisar as concepções de *cidadania* e *desenvolvimento social* no universo da chamada “responsabilidade social-empresarial”. Justifico assim a escolha por se tratar de uma organização privada que atua no segmento da RSE e que tem seu discurso fundamentado na disseminação de medidas de responsabilidade social na arena empresarial, almejando, segundo o próprio Instituto, a formação de gestores conscientes quanto às questões de cunho social.

É preciso salientar que o debate acerca da *cidadania* e do *desenvolvimento social* no campo empresarial tem sido bastante presente no universo acadêmico. Programas de qualificação de caráter intelectual no nível de pós-graduação têm debatido essa temática como estratégia para compreender as implicações das variáveis que conduzem o processo de equidade social e de cidadania. E, em decorrência da expansão desse debate, a discussão do “desenvolvimento” foi sendo ampliada. A partir disso, houve maior inserção de empresas firmando parcerias com organizações da sociedade civil, com um discurso de difusão de ações de incidência social. Essas iniciativas estão partindo de Organizações Não Governamentais (ONG's), das Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP's), entre outras que têm posto em xeque a relação existente entre Estado e a prestação de serviços públicos sociais, a exemplo do próprio ICE-MA.

Foi pensando nessa “concessão” de espaço para atuação da sociedade civil no campo da responsabilidade social que me deparei com a imensa quantidade de entidades que ocupam este terreno. A exemplo disso, de acordo com números publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pude obter uma noção, mesmo que por dados relativamente desatualizados, já que os últimos números divulgados pelas entidades se referem ao ano de 2016, da representatividade das Organizações da Sociedade Civil (OSC's) que atuam no Brasil. Segundo o IPEA (2016), havia cerca de 400 mil organizações da sociedade civil em atuação no país. Já para o IBGE (2016), no mesmo ano existiam cerca de 236.950 entidades sem fins lucrativos pertencentes à sociedade civil em atividade no Brasil.

Os números expostos aqui foram decisivos para a construção desta pesquisa. Refletindo a respeito dos fatores que ocasionaram a forte participação da sociedade civil no campo da atuação social, de forma hipotética, sustento que a entrada de organizações da

sociedade civil terreno da atuação social pode ser explicada pelo processo de recuo do Estado nessa esfera de ação a partir da década de 1990, marco de introdução da política neoliberal no Brasil. Sustento ainda que, à medida que se distanciam da problematização das causas estruturais das desigualdades econômicas, políticas e sociais – relacionadas fundamentalmente à exploração de classe e à lógica de acumulação do capital –, essas entidades contribuiriam mais para a *gestão-manutenção* do que para a *superação estrutural* do quadro de precariedade social em que atuam.

Diante de constantes inquietações, cheguei às seguintes questões que motivaram a investigação: 1) Que fatores explicam a gama de organizações da sociedade civil, a exemplo do ICE-MA, que nas últimas décadas têm se colocado como atores na elaboração e execução de projetos/intervenções sociais no Brasil? 2) Quais as concepções de cidadania e desenvolvimento social carregadas pelo ICE-MA? 3) Ao atuar no chamado “campo social”, as práticas do ICE-MA contribuem para a edificação de um quadro de cidadania ampliada e desenvolvimento social efetivo?

Em meio a essas questões-problema, assumo como objetivo de pesquisa investigar as noções de *cidadania* e *desenvolvimento social* no universo da chamada “responsabilidade social-empresarial” a partir das percepções e práticas do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. Nessa perspectiva, se fez necessário identificar as concepções de cidadania e desenvolvimento social formuladas e difundidas pelo ICE-MA; mapear os significados das noções de cidadania e desenvolvimento social no âmbito do discurso geral da “responsabilidade social-empresarial”; compreender os fatores responsáveis pela presença de entidades e organizações da sociedade civil no cenário da atuação social; e, por fim, verificar e analisar como as práticas de responsabilidade social-empresarial se estabelecem e que impactos geram.

Seguindo as orientações teórico-metodológicas que compreendem o materialismo dialético, base desta pesquisa, e no que toca à teoria social de Marx, Paulo Netto (2011) comenta que a questão do método é um dos problemas centrais da teoria social. Ela se apresenta como um nó de problemas, e, em sua concepção, tais problemas não se restringem apenas a razões de cunho teórico ou ainda filosófico, mas ideopolítico, pois a produção de Marx se vincula a um projeto revolucionário, e deve ser considerada a análise e a crítica da construção teórico-metodológica no uso do método, além de sua posição na questão social da época.

Justifico a escolha do método por entender que quando a história é compreendida como processo e movimento, torna-se transitória e sofre alterações em decorrência da ação

social. Nesse sentido, o ser humano tem poder de modificar com suas ações o mundo em que vive, e não, tão somente, observá-lo. Além disso, a escolha da abordagem marxista é justificada por permitir a percepção da articulação entre fenômenos particulares e uma totalidade social. Esta abordagem se encontra no quadro das sociedades de classe e está estruturada a partir de contradições, antagonismos e conflitos irreconciliáveis.

O posicionamento do método adotado nesta pesquisa, de caráter qualitativo, não implica querer construir um modelo estruturado a ser adotado em outros trabalhos, haja vista que a construção dos dados apresentados aqui foi encadeada ao longo da investigação e conduzida pela busca da compreensão do objeto estudado. Nessa perspectiva, Paulo Netto (2011) afirma que o método social marxista não pode ser entendido como um conjunto de regras que se “aplicam” a um objetivo de pesquisa, ou ainda, um composto de regras que o pesquisador escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” a sua investigação. Pelo contrário, é a estrutura e a dinâmica do objeto que comanda os procedimentos do investigador. O método seria apenas um instrumento de posicionamento do condutor da inquirição, para extrair do seu constructo as múltiplas determinações apresentadas.

Saliento, portanto, que a pesquisa não pretende oferecer definições do seu objeto, uma vez que tais definições “procedem pela descoberta das determinações, e porque, quanto mais avança na pesquisa, mais descobre determinações”. (PAULO NETTO, 2011, p. 53). Há uma dificuldade teórica em conceituar o objeto desta investigação. A amplitude dos termos e sua estigmatização histórica tornaram tais expressões amplas, assumindo multiformas conceituais, daí a necessidade de estudá-las e fazer delas nosso constructo teórico. Marx, em seu método, não operava na busca de definições. Elas vão surgindo durante as relações e dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir, no plano do pensamento, as múltiplas determinações que constituem o concreto real. (PAULO NETTO, 2011).

Portanto, como metodologia empregada para a construção das reflexões que possivelmente venham a responder os problemas desta investigação busquei como base autores que, de certa maneira, tenham como campo de estudo as questões que envolvem temas como desenvolvimento social, cidadania, Estado e política social, além das ações empresariais no campo da responsabilidade social. Desse modo, destacam-se como principais teóricos: Carlos Montaña (2002), Carlos Nelson Coutinho (1999), David Harvey (2008), Evelina Dagnino(2004), Armando Boito Junior (1999), Ricardo Antunes (1999, 2006, 2011) 2011Thomas Marshall (1967), ArturoEscobar (1995/2001),AníbalQuijano (2002/2013), entre outros autores e obras que foram essenciais para a construção deste trabalho.

Em seguida, foi realizada uma análise documental, em bancos oficiais de dados, a fim de adquirir números que mostrem um perfil da situação que envolve as organizações da sociedade civil no Brasil. Destaco o IBGE e o IPEA como fontes dos relatórios trabalhados. Além disso, fiz uso de informações contidas em *sites*, arquivos, relatórios, documentos, livros e artigos que, de certa forma, justificavam as iniciativas adotadas pelo ICE-MA. Aponto, portanto, que essa análise tem por finalidade construir um parâmetro inicial para a compreensão das ações desenvolvidas pelo Instituto. Foram adotados, ainda, como documentos algumas fontes de publicação interna, do próprio Instituto, tais como: informativos, jornais, revistas, cartilhas e relatórios elaborados como forma de mensuração de resultados dos projetos executados.

A fim de entender como os atores compreendem a formulação dos termos cidadania e desenvolvimento social, disseminados pelos projetos trabalhados, foi realizada entrevista com um dos diretores fundadores do ICE-MA, com o intuito de captar o sentido de suas falas frente às ações desenvolvidas, a repercussão dessas ações e o olhar do Instituto no que compreende a relação entre parcerias (público-privado), elaboração e gestão de projetos vistos como sociais. Além das concepções do próprio ICE-MA frente aos impasses de igualdade de direitos, oportunidades e práticas cidadãs. Também foi realizada uma entrevista com a atual presidente do Instituto, a fim de compreender as noções de cidadania e desenvolvimento social na perspectiva do projeto *Ferramentas e Caminho*.

Após conhecer a visão do Instituto, selecionei um projeto a fim de acompanhar sua prática. O projeto escolhido foi o *Ferramentas e Caminho*, que, segundo Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão, tem por finalidade a formação de mulheres, com idade entre 14 e 64 anos, moradoras da região do Itaqui Bacanga em São Luís, para atuação na área da beleza. O intuito do projeto está firmado em instrumentalizar mão de obra feminina para a prática do empreendedorismo e/ou inserção no mercado de trabalho. Para o Instituto, o foco dessa iniciativa está na geração de emprego e renda que, consequentemente, promoveria “inclusão social”, “cidadania”, refletindo um possível “desenvolvimento” da sociedade local, através da formação profissional.

Portanto, a partir da visão do ICE-MA e para o alcance das implicações do projeto *Ferramentas e Caminho*, se fez necessário recorrer a técnicas que tornasse a pesquisa mais consistente em suas informações. Parto do pressuposto que o “objeto das Ciências Sociais é histórico, isso significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas”. (MINAYO, 1994, p. 13). De certo modo, vivemos o presente sob forte impacto das questões que constituíram a história da humanidade,

essa sendo projetada para a posteridade. Por isso é tão delicado fazer pesquisa social, pois o trato é subjetivo, histórico e dialético.

Para o enfrentamento da problemática e dos objetivos anunciados, a pesquisa foi constituída a partir de um estudo de caso, que recorre a um referencial teórico para a análise do objeto apresentado. Para Triviños (1987), o estudo de caso é apontado como uma categoria de pesquisa que tem por objeto uma unidade que se analisa profundamente. Seu objetivo estaria em aprofundar a descrição de determinada realidade. Na concepção de Minayo (1994), essa categoria permite ao pesquisador a oportunidade, não só de uma aproximação com aquilo que se deseja investigar, mas, também, de criar um conhecimento partindo da realidade empírica que ali se manifesta.

Mediante a necessidade de trabalhar em campo, optei pela técnica da *observação participante*, por entender que esta “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu contexto”. (MINAYO, 1994, p. 59). Consoante a isso, Foote-Whyte (1980) demonstra que a prática da observação participante se dá na sensibilidade do pesquisador em parar, sentir e ouvir para obter respostas a perguntas que muitas vezes nem precisam ser feitas.

Não distante ao pensamento anterior, Oliveira (1996) enfatiza que o olhar e o ouvir constituem a percepção do pesquisador social, da realidade focalizada na pesquisa empírica. Para o autor, o ato de conhecer e obter informações provenientes da observação sistemática aflora o pensar de tal modo que o ato de escrever se torna uma impressão concreta do que se viu, ouviu e pensou. Expõe ainda que essas habilidades devem se fazer presentes em todas e quaisquer escritas no interior das ciências sociais, pois são premissas que “compõem a observação por meio da qual o pesquisador busca compreender a sociedade e a cultura do outro ‘de dentro’, em sua verdadeira interioridade”. (OLIVEIRA, 1996, p. 31).

Subsidiado por essas orientações metodológicas, constituí a pesquisa de campo nas dependências do Instituto Embelleze, localizado no bairro Cantinho do Céu/Cohama, e também no espaço Casa Brasil, no Anjo da Guarda na cidade de São Luís. Na oportunidade, foram entrevistadas rodas de cinco alunas para cada uma das seis turmas. Quanto à análise dos resultados, esta foi realizada a partir da exposição das falas dos(as) entrevistados(as), e confrontadas com a visão dos autores trabalhados no marco teórico da pesquisa. Evidenciei os resultados da observação participativa, de forma descritiva, relacionando-os aos apontamentos dos dirigentes do ICE-MA. Em seguida, demonstrei o parecer de tudo o que por mim foi percebido ao longo deste processo. Essas ações foram realizadas de forma cronológica, obedecendo a um planejamento de ações desenvolvidas a fim de manter um controle maior

dos processos operacionais da pesquisa.

Dentro dessa proposta, o trabalho aparece organizado em 3 capítulos. O primeiro, intitulado *O ICE-MA: história, concepções e ações*, é constituído a partir de uma perspectiva descritiva, em que busquei expor ao leitor organizadamente os elementos referentes ao ICE-MA e também ao discurso mais amplo da RSE. Nesse tópico, apresento o histórico da entidade, bem como as características organizativas e os projetos e ações desenvolvidos pelo Instituto. Também foi o momento de apresentar as concepções de cidadania e desenvolvimento social que se fazem presentes no discurso da instituição pesquisada, além de expor os princípios gerais do próprio campo da RSE na busca de evidenciar que a atuação do ICE-MA se insere e dialoga com um quadro mais amplo de narrativas, ideologias e práticas.

O segundo capítulo, *Política Neoliberal, Estado e Sociedade Civil: o terreno da atuação social-empresarial*, traz uma discussão em um plano histórico mais amplo e tem por finalidade dialogar com a primeira hipóteseda pesquisa. Busquei apresentar causas históricas, econômicas e políticas mais profundas da própria existência de iniciativas como as que vemos hoje no campo da RSE – por exemplo, a do ICE-MA. Iniciativas que têm ganhado espaço justamente pelo recuo das responsabilidades do Estado em prover direitos universais, conforme assegura a própria constituição de 1988. Nesta categoria, trato da política neoliberal e do papel que o Estado e a sociedade civil assumem a partir da década de 1990 no campo social.

Por fim, o terceiro e último capítulo foi denominado *A prática social-empresarial no campo da cidadania e do desenvolvimento social*. Aqui, de forma analítica, retorno à discussão e exposição das informações relativas às concepções e práticas do ICE-MA com o propósito de confrontá-las com o parâmetro conceitual mobilizado para a análise do objeto da pesquisa. Em seguida, direciono o leitor às indicações que seguem para a evidenciação da concretização dos objetivos traçados para esta pesquisa.

A construção da análise crítica foi estabelecida por ser coerente ao método de investigação adotado, pois o materialismo dialético permite tratar das determinações que conformam a vida social, podendo assim responder aos questionamentos e objetivos levantados. A partir de Richardson (2012), entendo que o método adotado se faz condizente com a investigação, uma vez que busco entender o contexto social, o indivíduo como ser histórico-social e a sociedade capitalista como contradição em processo.

1- O INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO(ICE-MA): HISTÓRIA, CONCEPÇÕES E AÇÕES

Nesse capítulo será dado destaque aos elementos que descrevem o ICE-MA, desde a história da entidade até suas concepções de cidadania e desenvolvimento social. É o momento de dar relevo ao papel que o Instituto assume frente à questão social. É o espaço oportuno de apresentar o olhar do Instituto, do que por ele é chamado de “responsabilidade social”.

Busquei então conhecer a trajetória da instituição, e tive acesso a um livro intitulado *Lições do Oleiro*, obra que se tornou essencial para a explanação da história do ICE-MA. Por ele, pude compreender a ordem cronológica do surgimento do Instituto, bem como os impulsos norteadores de cada programa e projeto articulado: seus parceiros, campo de atuação e demais atores envolvidos. Percebi ainda que a gênese histórica da instituição tem como marco a década de 1990, e que o cenário político dessa época, de certo modo, implicou as diretrizes de formulação do pensamento social por parte da instituição. Tive acesso, ainda, ao Estatuto Social do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão³, em sua 4ª edição. Este, estabelece as diretrizes quanto à finalidade, natureza e aos estímulos que impulsionaram a sua atuação.

O ICE-MA é apresentado como uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos. Embora possa promover captação de recursos financeiros, o Instituto não se apresenta como empresa, pois essa prática (lucro) não constitui como atividade-fim. O ICE-MA, em seu estatuto, é designado como ONG que atua no terreno da chamada responsabilidade social empresarial. Mesmo que tenha por propósito, no entendimento do Instituto, a articulação dos setores sociais para a construção do desenvolvimento sustentável do estado do Maranhão, suas ações apontam para a disseminação do discurso da RSE, bem como para a formação de novos parceiros empresariais para o fortalecimento do discurso da RSE.

Existe uma contradição entre o discurso e a prática quanto à natureza do ICE-MA, haja vista que o mesmo não se coloca como empresa, mas possui características legais definidas pelo Código Civil – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 –, no artigo 966, que a qualificaria como tal. “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente *atividade econômica organizada* para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. (BRASIL, 2002). É visível que a lei não conceitua claramente o termo *empresa*. Entretanto, é percebido que a definição é sutilmente apresentada na categoria *empresário*. Quando o artigo faz menção

³ Ver anexo A.

de *atividade economicamente organizada*, está direcionando o leitor ao que seria uma empresa. Desse modo, compreendo por *empresa* a atividade econômica organizada pelo empresário que seja capaz de produzir riquezas ou, ainda, contribuir para a circulação de bem e serviços.

Percebo que o ICE-MA se constitui como uma organização que exerce atividades “sociais” no segmento empresarial, com permissões legais para obtenção de lucro, em um segundo plano. E que se propõe a contribuir para o “desenvolvimento” do estado a partir daquilo que o próprio Instituto entende por responsabilidade social. Seria então uma entidade que, além de disseminar a prática da RSE, também capta recursos financeiros pondo em atividade o capital, o trabalho, reproduzindo as mesmas explorações das mais variadas forças produtivas, só que atuando no terreno da “solidariedade”.

Portanto, o ICE-MA começa a ganhar forma a partir de uma motivação que, segundo o próprio Instituto, consistiria em transformar o destino das pessoas. Em entrevista para esta pesquisa, o presidente do conselho deliberativo, Darci Júnior, reitera tal concepção quando destaca que: “essa iniciativa (ICE-MA) veio como oportunidade ‘da gente’ profissionalizar as práticas de RSE. Não sendo apenas agente assistencialista, mas agente transformador de vidas”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

É possível aqui ressaltar que o pensar desta transformação teve origem na década de 1990, quando já se discutia a questão da RSE no Brasil, principalmente, no que compreende o eixo sul-sudeste do país. Entretanto, as primeiras evidências de um pensamento de cunho social por parte das empresas brasileiras, ainda na leitura do Instituto, teriam se dado muito antes, por volta da década de 1970, quando, em meio ao regime militar, o país não dava sinais de superação do atraso social.

Na concepção do ICE-MA, o cenário de insatisfação foi caracterizado pela força popular em exigir a abertura política com a retomada de uma governança⁴ mais democrática. A redemocratização seria essencial para que o Brasil pudesse reconhecer a situação de desigualdade social em que vivia.

Segundo a *Rede de Articulação Nacional para Cidadania Empresarial* (REDE ACE), para que fosse instaurado um novo ordenamento social, seria preciso mais que uma mudança do regime político, era fundamental que uma nova configuração cultural se estabelecesse. Era necessário que uma nova estratégia econômica fosse implantada, a fim de que os anseios

⁴ Para Diniz (1995) governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país por parte do governo, implicando a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções.

sociais fossem considerados. Só assim chegaríamos ao passo da chamada sociedade democrática. “Conquistar a democracia era muito mais que derrotar a ditadura: era rever o próprio modelo de sociedade, uma vez que não existe democracia real e plena num contexto de desigualdades sociais contundentes”. (REDE ACE, 2009, p. 18).

É durante a década de 1980, que no Brasil ganham força os empreendimentos e ações com algum tipo de preocupação social. Surge então o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)⁵, que para o ICE-MA, tem uma história marcada pela luta por democracia, travando batalhas pela dignidade humana e cidadania. Nesse período, por volta de 1981, o IBASE desenvolveu ações que movimentaram a discussão pública acerca das mazelas que o povo brasileiro enfrentava. Essas iniciativas foram pontuadas por Lima e Aracéa (2011), como sendo campanhas, cita-se a “Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida”, que de acordo com as autoras, gerou grande poder de mobilização da sociedade, colocando em pauta, definitivamente, os conceitos de responsabilidade social e de participação cidadã.

No entendimento de Lima e Aracéa (2011), tais iniciativas instigavam a discussão acerca da situação social no Brasil, especificamente no que se refere à pobreza, à fome e à questão da vida humana. Foi a partir daí que o debate sobre as diretrizes da RSE e de cidadania foram ganhando força. Como as questões de cunho social eram vinculadas a estratégias políticas e econômicas, não existia, naquele contexto, um trabalho efetivo, por parte do Estado, em promover ações voltadas ao bem-estar social e à cidadania.

Entre 1983 e 1984, a população exigia, por meio de um movimento civil, eleições diretas à presidência. As “Diretas Já” colaboraram para a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte que logo em 1988 promulgaria a atual Constituição Federal Brasileira, cujo texto objetivava o resgate aos direitos para a cidadania e apresentava artigos sensíveis à dignidade humana.

Somente em 1989 o povo brasileiro elege, por meio de voto direto, o primeiro presidente após o regime militar. Fernando Collor de Mello assume em 1990 e em seguida propõe uma reforma estatal, baseada no discurso de “inchaço da máquina pública”⁶, que, na sua perspectiva, comprometeria o futuro do país. Desta forma, era preciso enxugar as contas

⁵ É uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva-se a partir de 1981, fundada na cidade do Rio de Janeiro por Herbert de Souza, o Betinho – sociólogo na década de 1990. Tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, conhecida popularmente como a campanha contra a fome. (Fonte: IBASE, 2019. Disponível em: <<https://ibase.br/pt/>>).

⁶ O discurso do “inchaço da máquina pública” ganhou força nos governos neoliberais, os quais pregavam a noção de Estado mínimo, afim de desobrigar o Estado de certas funções econômicas em detrimento do social, o que tornaria o poder público menos oneroso financeiramente.

do governo. “[...] Collor pôs na pauta nacional a reforma do Estado como solução para todos os obstáculos do país, argumentando que a máquina estatal era muito pesada e que os servidores públicos, os ‘marajás’ burocratas, seriam mantidos com altos salários”. (LIMA; ARACÉA 2011, p. 17).

A reforma a qual o presidente eleito se referia fazia menção a um Estado mínimo. O discurso anunciava uma nova ordem, baseada num modelo de Estado que procurava intervir o mínimo possível na economia do país, na esperança de que tal procedimento elevasse ao máximo o progresso e a prosperidade. As medidas implantadas foram intensificadas ao longo de seu governo e ganharam notoriedade em meio a uma economia supostamente globalizada.

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, assume a presidência o seu vice, Itamar Franco. Porém, quem daria o tom da gestão ao governo seria Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro da economia, que logo mais, implantaria o Plano Real em 1994 e nesse mesmo ano seria eleito presidente do Brasil, sendo reeleito em 1998. A partir desse governo, algumas medidas foram adotadas, tais como a descentralização do sistema único de saúde; as privatizações de empresas públicas; a quebra de monopólios estatais em petróleo, gás, telecomunicações; o incentivo a investidores externos, em virtude da abertura para o comércio de exportação. (LIMA; ARACÉA, 2011).

Conforme o discurso da época, as medidas adotadas nesses governos, tinham por finalidade inserir o Brasil em uma nova ordem econômica, que se caracteriza por estar voltada para um contexto onde a prioridade seria a de globalizar a economia, além de eximir o Estado das obrigações de vetor de políticas sociais. Nesse sentido, a União seria desonerada das atribuições de gastos públicos oriundos de programas sociais, com isso as receitas obtidas seriam atribuídas aos encargos da dívida pública. Assim, fica explícito que em primeiro lugar se pensava na consolidação da economia, antes mesmo de possíveis medidas de bem-estar social.

A ausência do Estado em vários setores, que não o econômico, provocou uma situação de desordem no país, principalmente no que compreende o aspecto social. Embora, esse tenha sido o retrato social daquele período. A retirada estatal das iniciativas de cunho social, segundo Leopoldi (2002), permitiu que surgissem novas formas de gestão, agora voltadas aos interesses comerciais, mediante o desenvolvimento do mercado, de redes associativas, além das entidades da sociedade civil.

Em virtude da retirada do Estado de ações sociais de medidas de incidências sociais, empresários começaram a pensar na possibilidade de retomar uma postura mais popular no ânimo das ideias fincadas na década de 1980. Ao passo que o Estado se ausenta das questões

de iniciativas sociais, ganha força, no meio empresarial, a ideia de que o Estado não consegue, sozinho, cumprir seu papel de agente fomentador do bem-social sem que houvesse a participação de demais atores da sociedade, cabendo aqui a inserção do empresariado brasileiro para atuar frente às atividades de responsabilidade social. Em vista disso, durante as duas últimas décadas do século XX, surgiram as primeiras manifestações de empreendimentos que, de certo modo, tinham em sua filosofia um discurso de “prática social”.

Entre as décadas de 1980 e 1990, algumas sementes foram lançadas na seara da cidadania empresarial. Surgiram a Fundação Institucional de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), em 1986; o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), em 1989; e a Fundação Abrinq, em 1990, quando o tema do desenvolvimento sustentável começava a se impor e ganhava fôlego com a organização da ECO 92, no Rio de Janeiro. (LIMA; ARACÉA 2011, p. 20).

As ações no âmbito da chamada RS surgiram de modo gradual e geograficamente desigual. Essas iniciativas se restringiam a localidades onde a força empresarial era mais atuante, ou seja, nas regiões Sudeste e Sul do país enquanto que nas regiões mais carentes, Nordeste e Norte, eram quase inexistentes manifestações de uma suposta cidadania empresarial. Havia, de acordo com Calil (2010), iniciativas isoladas, individuais e espontâneas, geralmente de natureza filantrópica familiar de um ou outro empresário. Contudo, existia um movimento interno brasileiro, porém sem uma identidade comum, mas que, na visão do Instituto, não se acomodava diante da realidade social e se mostrava disposto a transformá-la.

De acordo com Lima e Aracéa (2011), paralelo as iniciativas individuais e espontâneas de alguns empresários brasileiros, havia um movimento mundial de igual interesse que discutia o modelo de “desenvolvimento” e de estratégias adotadas por alguns países que implicaram em tamanhas discrepâncias sociais. No olhar do Instituto, o resultado dessa discussão entre países disseminou em reflexões e mobilizações com o propósito de mudar a realidade de desigualdade social, por meio de ações de empresariados locais. Assim, surgiu o Programa de Liderança em Filantropia nas Américas (LIP), iniciativa mantida financeiramente pela Fundação Kellogg⁷. O LIP foi constituído no ano de 1998. Era uma iniciativa de alcance continental que visava a fomentar práticas e divulgar conceitos de

7 A Fundação W.K. Kellogg foi criada em 1930 por W.K. Kellogg. A Fundação Kellogg apoia conjuntos integrados de projetos em áreas da América Latina onde a pobreza é mais persistente. As doações são concedidas nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe e em sete países do sul da África, Botsuana, Lesoto, Maláui, Moçambique, África do Sul, Suazilândia e Zimbábue. Ver www.wkkf.org

responsabilidade social em países emergentes na América Latina, através de parcerias e de financiamento de bolsa auxílio para pessoas interessadas e oriundas desses países.

Foi percebendo as primeiras manifestações do empresariado voltadas para os temas de incidência social, em meio a uma redemocratização a qual não somente o Brasil enfrentava, mas também outros países da América Latina vivenciavam ao longo das duas últimas décadas do século XX, além das incertezas socioeconômicas frente a um panorama de pobreza, que a Fundação Kellogg mediu e iniciou uma ação de liderança e filantropia mobilizando o segmento empresarial a pensar na prática de responsabilidade social empresarial.

O LIP se estabelecia diretamente voltado ao segmento empresarial brasileiro e a partir disso foi constituído no Brasil a Ação Empresarial pela Cidadania (ACE), que surgia como um canal com o propósito de expandir as discussões sobre RSE, até então restrita ao Sudeste do país. Tal atitude teve como objetivo principal “criar um movimento e uma rede de ações capazes de sensibilizar, motivar e facilitar o investimento social de empresários e de empresas no Brasil, fomentando novas ações e potencializando e qualificando as iniciativas existentes”. (CALIL, 2010, p. 4).

A partir dessas atividades, em 1999 foram constituídos quatro núcleos de ACE, sendo esses: Fundação do Instituto de Cidadania Empresarial de São Paulo; Conselho de Cidadania Empresarial na Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG); Grão Social, no Rio Grande do Sul; Núcleo ACE, que posteriormente se transformou em Articulação Nacional pela Cidadania Empresarial (REDE ACE), em Pernambuco. É possível destacar que a finalidade desses núcleos era de “multiplicar conceitos, atores e práticas, criando-se, assim, uma rede de cidadania empresarial” (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 22). Surgia, então, uma rede de cidadania empresarial cujo objetivo centrava-se em facilitar o investimento social por parte de empresários e de empresas no Brasil, fomentando novas ações e potencializando e qualificando as ações existentes.

A iniciativa de Renata Camargo Nascimento, herdeira do grupo multinacional Camargo Corrêa e empresária de destaque no cenário nacional, sendo ela incentivadora de organizações de caráter social e, colaboradora da expansão das ações de RSE no Brasil. Além de ser uma egressa do LIP, Renata Camargo Nascimento foi a responsável direta pelo núcleo de São Paulo e, a partir deste, foi implantado o Instituto de Cidadania Empresarial de São Paulo (ICE-SP). A empresária previa que num curto espaço de tempo seria preciso irradiar o modelo de cidadania empresarial, e já tinha em mente o enfrentamento de problemas mais profundos. Foi assim que se pensou em expandir a atuação do Instituto até a região que,

segundo o empresariado, mais necessitava dessas medias: o Nordeste. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 23).

O exemplo da experiência do ICE-SP motivou o empresário maranhense Ted Lago, atual presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), em parceria com a empresária Renata Camargo Nascimento, a colocar em prática a expansão e regionalizar as discussões para as localidades onde não havia um debate sistemático ou investimentos a respeito da chamada RSE. De acordo com Lima e Aracéa (2011), os empresários citados, almejavam uma integração entre os estados como estratégia de proporcionar, segundo eles, meios de “desenvolver o país” a partir da prática social ofertada em parcerias com diversas empresas. O foco seria o Nordeste, por apresentar, dentro de suas perspectivas, péssimos indicadores sociais, em especial o Maranhão, por ter o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano à época. Nesse sentido, o ICE-MA, na tentativa de justificar a “escolha” do Maranhão, divulgou dados que, de certo modo, teriam a finalidade de sustentar o discurso adotado pelos empresários em implantar no Estado um instituto que atuasse na chamada RSE.

Tabela 1: Indicadores sociais do Maranhão (IBGE)

Indicador	MA	NE	Brasil	Posição relativa ao NE e ao Brasil
Taxa de Mortalidade Infantil (%)	47,6	43	28,7	2ª maior do NE e do País
Emprego: médicos por 1000 habitantes	1,06	1,90	2,67	Menor relação do NE e do País
Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais	23,4	24,3	12,4	6ª maior do NE e do País
Taxa de analfabetismo funcional Pessoas com 15 anos ou mais	44,8	42,8	27,3	3ª maior do NE e do País
Taxa de defasagem idade/série aos 14 anos (%)	86,0	84,9	68,7	6ª maior do NE e do País
Média de anos de estudo aos 18 anos	5,6	6,0	7,6	4ª menor do NE e do país
Domicílios com abastecimento de água pela rede geral (%)	61,8	80,8	88,5	Menor índice do NE e 4º do País
Domicílios urbanos com rede coletora de esgoto (%)	11,0	29,9	52,8	2º menor índice do NE e 10º do País

Domicílios urbanos com coleta regular de lixo (%)	63,9	75,1	86,6	Menor índice do NE e 2º pior do País
Proporção de empregados com carteira de trabalho assinada (%)	35,9	43,7	61,5	2º menor índice do NE e do País
Proporção da população ocupada com rendimento mensal familiar per capita de até ½ SM (%)	89,2	87,6	44,6	3º menor índice do NE e do País
Crianças que começaram a trabalhar antes dos 10 anos nas áreas urbanas (%)	25	24,4	15,5	5º maior percentual do NE e 6º maior do País

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), 2001, publicada na revista Síntese de Indicadores Sociais, em 2002.

O Maranhão foi um dos primeiros estados do Nordeste a receber ações, por parte do setor privado, acerca da responsabilidade social. Na concepção do ICE-MA, a divulgação dos dados apresentados na tabela acima teria a intensão de justificar a escolha do território maranhense como espaço para atuação da RSE, haja vista que, no início do século XXI, como demonstra os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgados em 2001, o estado do Maranhão apresentava os mais baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Nordeste ficando à frente somente do estado de Alagoas. Ainda na tentativa de justificar a escolha do Maranhão, o Instituto aponta que já existia uma aproximação entre a empresária Renata Camargo Nascimento com o empresariado maranhense, tendo em vista que, ela teria presidido o Instituto Alcoa e isto, por sua vez, segundo o ICE-MA, favoreceu a aproximação com empresários locais.

No olhar do Instituto, a situação social do Maranhão era crítica no início dos anos 2000, pois o número de analfabetos atingia um quarto da população local. A escolaridade média das pessoas era de apenas quatro anos. Havia um médico para cada parcela de um mil habitantes. Era precário o acesso a água tratada e os domicílios com rede de esgoto representava apenas 11% das residências. A coleta regular de lixo era restrita a apenas 60% das localidades do perímetro urbano. Em meio a esse cenário, o Maranhão registrava um IDH de 0,636. Esses números foram divulgados pelo IBGE (2003) e difundidos pelo ICE-MA, na perspectiva de convencer os empresários a estabelecerem parcerias a fim de proporcionar, de acordo com o Instituto, um estado mais próspero.

Após a tentativa de legitimar uma situação social que favorecesse a implantação de uma instituição que oportunizasse à sociedade maranhense uma possível responsabilidade social, por meio da atuação do setor privado, foi que surgiu o Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão.

1.1- O surgimento do ICE-MA

O surgimento do ICE-MA está intrinsecamentemarkado por um período histórico da política brasileira, compreendida entre as décadas de 1980 e 1990. Baseado nisso, Lima e Aracéa (2011) pontuam que os aspectos históricos e políticos da época abriram espaço para a atuação da sociedade civilno campo social, o que resultaria, posteriormente, na implantação de institutos que passariam a atuar nesse campo.

Embora houvesse terreno para a constituição da prática de cidadania empresarial no Maranhão, de acordo com o Instituto, havia ainda um longo caminho a ser percorrido.

Baseada nesta concepção a empresária Renata Camargo Nascimento articulou a realização do V Seminário Internacional da LIP, em maio de 2000, no Maranhão. O evento atraiu os empresários locais que, no parecer do Instituto, buscavam conhecer acerca dos novos conceitos de RSE e também em construir uma rede de contatos externos, além de trocar experiências de gestão com empresários de outros estados e países da América. No entendimento de Deborah Baesse, na época integrante da equipe técnica do ICE-MA, o evento foi descrito como sendo de:

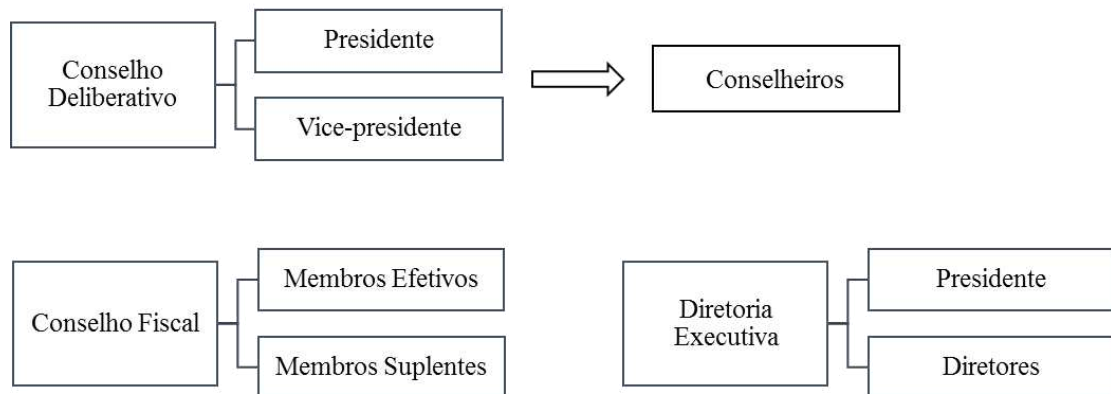
[...] grande repercussão na cidade, havia “lipianos” de toda a América Latina e dos Estados Unidos. Era um encontro fechado, mas, no último dia, [incluiu uma programação aberta na qual] estavam empresários, representantes de organizações comunitárias e a então governadora do Estado. Foi um evento histórico. Foi o primeiro passo para iniciar esse movimento na cidade. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 31).

Para os organizadores do seminário, o evento foi essencial para a disseminação das ideias de RSE no estado, de certa forma, isto resultou em possíveis intenções dos empresários, mesmo que de forma tímida, em colaborar com a prática de RS. Ainda segundo seus organizadores, o evento demonstrou sua relevância para que medidas de cunho social, partindo do meio empresarial, fossem disseminadas no Maranhão.

Conforme Lima e Aracéa (2011), o cenário era novo, a timidez era natural do momento, contudo, o encontro atingiu seu objetivo primário, pois, a partir disso, elaborou-se a criação de uma proposta que desse origem a uma organização empresarial local a fim de tornar público os conceitos referentes à cidadania empresarial. Com o comprometimento das empresas, o ICE-MA foi ganhando forma. “A disseminação dos conceitos e o compartilhamento de práticas sociais positivas seriam a grande missão do ICE-MA, a etapa a ser vencida mais adiante”. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 33).

Em 21 de fevereiro de 2001 iniciava a trajetória do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. Fizeram-se presentes no ato da fundação 30 empresários parceiros, em sua maioria, representantes de indústria e comerciantes. Na oportunidade, foi eleita a primeira diretoria executiva, além dos conselheiros deliberativos e fiscais, que comandariam o empreendimento entre os anos 2001 e 2004.

Imagem 1: Estrutura da diretoria do ICE-MA – 2001 a 2004



Fonte: Lima e Aracéa, 2011.

A partir da organização da equipe diretiva e normalizadora das ações do Instituto, o ICE-MA começou suas atividades focando em três frentes de interesse, que foram determinadas com base numa sondagem das necessidades primárias do estado, a saber: *a aprofundamento do conhecimento da realidade social da cidade, a conscientização e a educação ambiental, e por fim, a valorização da cultura como base da educação e cidadania.* Na ocasião, foi definido como público-alvo crianças e adolescentes, além da educação como linha-mestra de ação. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 31).

Após a fundação do Instituto, adveio o primeiro projeto, a instalação de brinquedotecas em parceria com escolas comunitárias no Polo do Coroadinho, na capital São Luís. A princípio, foram modeladas três brinquedotecas, denominadas pela equipe de “Espaços Lúdicos”. Em 14 de dezembro de 2002, os espaços foram implantados no Centro Educacional e Profissional do Coroadinho (CEPC) e nas Creches Alegria de Viver (Vila Conceição Coroadinho) e Semente da Esperança (Vila dos Frades - Coroadinho). Tinha por objetivo a preservação do direito de brincar das crianças e adolescentes, além de complementar a educação formal de seu público. Para Lima e Aracéa (2011), a implantação desses espaços lúdicos teria sido essencial para que o ICE-MA fosse reconhecido como instituição voltada ao enfrentamento de problemas sociais. Essa iniciativa permitiu ao Instituto dá continuidade à modelagem do seu perfil institucional, e que não fosse, tão somente, uma cópia fiel do ICE-SP, instituição que ajudou a fortalecer tal empreendimento no Maranhão. E para isso, foi preciso definir sua própria maneira de trabalhar e, desse modo, de acordo com as autoras supracitadas, foi vivendo e enfrentando os conflitos e dilemas, além de buscar

respostas aos questionamentos que foram surgindo, que o ICE-MA se tornou uma referência no trato da questão social.

O período compreendido entre os anos de 2001 e 2007, para o Instituto, foi marcado por duas fases. Lima e Aracéa (2011) afirmam que o primeiro momento envolve uma ação de mobilização de organizações sociais para divulgação do próprio Instituto, para que a partir daí, despertasse o desejo e o encorajamento do próprio Instituto na difusão de ações sociais e projetos, que a princípio eram restritos à educação, qualificação profissional e geração de renda, período compreendido entre 2001 e 2004. Em um segundo momento, que compreende o ano de 2005 a 2007, já sob nova diretoria institucional, priorizava-se a busca por maior especialidade técnica da equipe. Era o momento de se qualificar para atender as necessidades que naturalmente surgiam em decorrência da ampliação das ações desenvolvidas, principalmente no que compreendia as atividades referentes a prestação de assessoria aos empresários.

Para o ICE-MA, o maior desafio surgiu no ano de 2008, quando a diretoria se articulava para estabelecer uma parceria com o poder público, já que a incidência em políticas públicas era mínima. E a partir disso, o Instituto criou o Observatório Social de São Luís (OSSL), que consistia em um projeto que pudesse unir empresários, universidades e a sociedade civil, com a finalidade de monitorar e fiscalizar as atividades dos gestores públicos.

O objetivo do OSSL compreendia basicamente o fomento de atuações direcionadas à esfera pública, sustentado em princípios de democracia participativa, de controle social e de transparência na gestão governamental. Conforme Lima e Aracéa (2011), apoiado no sucesso da ideia e na atuação do observatório social, o ICE-MA passou a gerenciar a secretaria executiva do projeto, coordenando, mobilizando e articulando as instâncias administrativas do OSSL. Além disso, buscou desenvolver uma tarefa maior, a de construir um espaço vivo de controle social na gestão municipal, de certa forma, tal atividade implicava mobilização e envolveria as empresas na discussão de questões sociais, que até então, para o Instituto, era vista como malconduzidas pelo poder público. Na fala do diretor do ICE-MA na época da implementação do OSSL, Zezinho Medeiros, o Observatório seria “uma ferramenta importantíssima porque faz elo entre a política, a sociedade e o empresariado, mostrando como está a cidade e o que precisa ser feito para mudar o *status quo*”. (CALIL, 2010, p. 19-20).

É preciso atentar que no ano de 2008, por meio de iniciativas, dentre outras, do governo federal, alguns investimentos de incidência social, a exemplo do Bolsa Família, na visão do ICE-MA, colaboraram para que famílias, de algum modo, deixassem a situação a

qual viviam, de elevada necessidade financeira, para uma situação mais confortável, em virtude da possível transferência de renda direta ao cidadão. Essas medidas resultaram no aumento do poder de compra das famílias que passaram a consumir mais. Todo esse assistencialismo governamental mostrava-se ineficiente quanto ao controle das desigualdades sociais. O Maranhão, por exemplo, ainda ocupava as últimas posições nos rankings de pobreza, de educação, violência, mão de obra qualificada. Frente a isso, o ICE-MA por meio do OSSL lançou no ano de 2009 o “Sistema de Indicadores da Qualidade de Vida em São Luís”, que mais tarde ficaria conhecido como “Indicadores Sociais de São Luís”.

Lima e Aracéa (2011) demonstram que os relatórios gerados a partir do sistema de indicadores sociais, comprovavam especificamente quais as principais deficiências da cidade. Evidenciava que a ascensão social, devido a política econômica nacional, ainda era muito sutil em São Luís. Portanto, a classe política teria de adotar uma nova postura para enfrentar os problemas de cunho socioeconômicos. Para o ICE-MA, esses problemas seriam basicamente a baixa representatividade econômica da população que, embora tenha crescido, ainda era pouco representativa.

Com a divulgação na mídia local dos indicadores sociais de São Luís, o Observatório Social passou a ser pauta na imprensa, principalmente no que envolvia os aspectos ligados à mobilidade, resíduos sólidos, saneamento básico e protagonismo juvenil. Em decorrência disso, o ICE-MA passou a dividir seu espaço de mídia com uma outra marca, o OSSL, uma vez que o Observatório Social de São Luís estava tomando um novo rumo, o de indicadores sociais. Mesmo que sendo fruto das iniciativas do próprio Instituto, esse era trabalhado de forma separada.

No ano de 2010, o conselho do OSSL decidiu seguir os passos da articulação nacional e fundou o Movimenta Nossa São Luís, que se tratava de um movimento que visava sensibilizar a população para a valorização da cidade, a partir da incorporação de atitudes que corroborassem com o bem comum no espaço urbano, como por exemplo, descartar o lixo em local apropriado, obedecer aos sinais de trânsito, praticar o voluntariado, ser solidário e altruísta, além de outras medidas de caráter educativo.

Em decorrência dos resultados, vistos pela diretoria como satisfatórios foram alterados os objetivos iniciais da campanha, para uma articulação mais próxima das atividades do poder público, propondo iniciativas que gerassem maiores benefícios à população, assim como melhorias na qualidade de vida, em concomitância à fiscalização dos gastos das iniciativas adotadas pelo poder público.

No ano seguinte, em que o ICE-MA completaria 10 anos, iniciaram uma série de mudanças organizacionais, que na concepção do Instituto, trouxeram complicações de ordem administrativa. Entre os anos de 2012 e 2016, a rotatividade de colaboradores e membros da equipe técnica se tornou frequente. O Instituto já não conseguia manter seu pessoal, consequentemente houve interferências diretas na conduta institucional, e isto acarretou em descontinuidade de suas atividades, como por exemplo na elaboração de novos projetos, na formação de novas equipes, além da ampliação de novas parcerias. Prejudicando também o planejamento estratégico delineado para os anos de 2011 a 2015, e que até 2018 ainda não havia sido revisado ou redefinido.

É importante destacar que no ano de 2015, o Brasil foi palco de uma crise econômica que resultou em um processo de desaceleração do crescimento, este fato, para o Instituto foi um fator crítico e que refletiu significativamente nas empresas e nas organizações sociais, inclusive no próprio ICE-MA. Devido à instabilidade gerada várias empresas parceiras se desligaram do Instituto, munidos de uma justificativa baseada na redução de custos, em virtude da recessão econômica vigente na época. Lima e Aracéa (2011) evidenciam que a principal mantenedora do ICE-MA deixa a parceria e passa a concentrar seus investimentos somente em São Paulo. O corte teria chegado à uma marca representatividade de mais de 50% do financeiro institucional.

Em razão da redução de repasses, uma radical mudança organizacional foi instaurada, tanto de rotina quanto no quadro de profissionais. A evasão do empresariado repercutiu na baixa captação de recursos, na redução de investimentos por parte do Instituto e, consequentemente, na capacidade de respostas às demandas as quais a instituição vinha atuando. Sem atualizações, a imprensa deixou de dirigir-se ao ICE-MA em pautas sobre RSE e questões sociais, até a demanda de voluntariados foi afetada. Em um intervalo de quase cinco anos, o ICE-MA reduziu seu quadro de colaboradores internos, de 13 profissionais para apenas quatro, em 2016. O espaço físico também foi comprometido, reduzindo-se a um ambiente de apenas dois cômodos em um prédio comercial na cidade de São Luís. (LIMA; ARACÉA, 2011).

Algumas estratégias foram adotadas com o propósito do Instituto se reinventar: mudança de diretoria, um gestor com um perfil mais corporativo, com vasta experiência comprovada e uma ampla rede de contatos no segmento empresarial. Essa mudança desencadeou um novo tempo no modo de atuação do ICE-MA, agora voltado para os empresários que já estavam na rede de empresas associadas, adotando um perfil mais

empresarial para o Instituto. Esse novo momento do ICE-MA implicou em novas formas de organização, de comunicação com os empresários e com a sociedade.

1.2 -Organização, projetos e ações

A constituição formal do ICE-MA se deu por meio do seu registro como uma organização civil sem fins lucrativos, porém, como já foi visto, a prática foi se concretizando à medida que foi aumentando o número associados, e também, com o aumento das parcerias, e ainda, pela dedicação de sua equipe nas atividades administrativas diária do Instituto.

Embora tenha sido fundado com o objetivo de atuar em todo o Maranhão, nos primeiros dez anos de organização, foi definido um recorte geográfico que delimitava a cidade de São Luís como o principal território de atuação. Era imprescindível conhecer as empresas locais, recrutar suas lideranças e, principalmente, estabelecer, juntamente com seus responsáveis, uma forma única de exercitar a RSE. A capital do estado seria o estágio para que esse processo acontecesse.

Desde seu reconhecimento como instituição, o ICE-MA passou a atuar nas frentes que envolvem educação em ações de manifestação social, de mobilização da população à prática cidadã, entre outras medidas. Em decorrência disso, o Instituto se tornou referência no que compreende o âmbito da responsabilidade social empresarial no estado. Regulado pela Lei municipal nº 4.689, de 29 de novembro de 2006, e também pela Lei estadual de nº 8.496, de 21 de setembro de 2006.

Segundo Lima e Aracéa (2011, p. 76), “Mais do que um aglomerado de empresas, a organização toma forma de uma rede de solidariedade e parceria cuja atuação extrapola os ambientes corporativos e alcança as comunidades”. É possível perceber na fala das autoras que as atribuições do Instituto não se restringem a um aglomerado de parcerias, mas que a finalidade primordial é alcançar o social, assim o trabalho surtirá os efeitos esperados. Para tanto, o ICE-MA dispõe de seus próprios conceitos organizacionais, que incluem as diretrizes apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1: Fundamentos estratégicos do ICE-MA

O QUE NOS MOVE	
Missão: Contribuir para o desenvolvimento sustentável no Maranhão, construindo relações intersetoriais que favoreçam a equidade social e a participação cidadã.	
Visão: Influenciar e participar da construção do Maranhão justo e sustentável por meio da articulação intersetorial.	
Princípios	Valores
Estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade	Cidadania
Aperfeiçoar a relação ética entre as empresas e os públicos com os quais se relacionam	Desenvolvimento sustentável
Atuar em rede para a redução dos problemas sociais	Diversidade
Fortalecer a transformação social das empresas e do setor produtivo da sociedade	Ética
Consolidar um modelo de desenvolvimento inclusivo	Inclusão social
-	Respeito a realidades locais
-	Responsabilidade
-	Transparência

Fonte: Lima e Aracéa, 2011.

Com a definição dos fundamentos estratégicos, o Instituto firma sua identidade como organização que, em seu discurso, busca oportunizar através de relações intersetoriais a equidade social e a participação cidadã. Logo, pelo que estabelece a missão do ICE-MA, sua concretização está sujeita ao exercício efetivo de parcerias. “Os desafios da área social são imensos e a atuação conjunta, além de fortalecer e acentuar os resultados, reforça crenças e estimula a caminhada”. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 92).

É possível perceber que, desde sua fundação, o ICE-MA buscou sua afirmação no mercado, a partir da mobilização de atores sociais, especificamente o empresariado, isto resultou na contribuição para a ampliação do discurso da RSE. Compreende-se então, na fala de Deborah Baesse, diretora técnica dos primeiros anos de atuação do Instituto, que “O ICE-

MA foi aprendendo como estabelecer esse jogo de sedução entre o Instituto e seus atores”.(LIMA; ARACÉA, 2011, p. 93). Talvez essa tenha sido a principal dificuldade, a de transformar a ideia defendida em objeto de interesse e desejo de outros e, baseado nisso, chegar aos projetos e programas desenvolvidos pelo Instituto.

O interesse do ICE-MA consistia em disseminar a prática da RSE por meio da estratégia de formar gestores com uma visão empresarial e social. Darci Júnior afirma essa ideia quando diz: “Isso é o grande barato do negócio, isso é o grande divisor de águas para mim: a formação das pessoas. Formar quarenta gestores de empresas é formar quarenta ONG’s para que elas saibam como se organizar, para poder desenvolver seus projetos sociais”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Nessa perspectiva, a formação de gestores em RS funcionaria como a base do direcionamento no processo de empreender em um novo projeto. Contudo, para isso acontecer, os aspectos motivacionais precisariam ser claros para os atores envolvidos, além de se manterem alinhados aos fundamentos organizacionais que regem a atuação do ICE-MA.

O delineamento dos projetos é feito com a intenção de formar gestores para a atuação na RS. Esses são constituídos de começo, meio e fim e, sendo essencial que todos os envolvidos participem de cada fase. As etapas se relacionam sem que haja fragmentos ou partes desconexas. Estas devem interagir entre si, como uma teia. Nessa intenção, os projetos, num primeiro momento, foram organizados por eixos temáticos, cada um destes constitui seu foco em uma atuação singular, porém mantem-se a inter-relação. Deste modo, o ICE-MA veio se organizando ao longo de sua história com a elaboração de projetos que têm em sua filosofia uma maior efetivação daquilo que se chama de participação cidadã e desenvolvimento pleno do Maranhão. Nesse sentido, no intuito de tornar mais clara a organização entre eixos e projetos, se fez necessário elaborar um quadro que demonstrasse o mapeamento desses pontos.

Quadro 2: Síntese da organização entre eixos e projetos desenvolvidos pelo ICE-MA

Nº	Eixos	Projetos
1	Desenvolvimento de Lideranças para o Diálogo Intersetorial	. Intercâmbio de ONG's . LideraR-SE . Programa Diálogos . Observatório Social de São Luís
2	Desenvolvimento Comunitário	. Formação de educadores . Espaços Lúdicos . Gera Renda
3	Responsabilidade Social Corporativa	. Centro de Voluntários do Maranhão . Assessoria Técnica e Mobilização de Empresas . Seminário de Responsabilidade Social Empresarial

Fonte: Lima e Aracéa, 2011.

A utilização do quadro acima se faz importante, pois busca demonstrar algumas iniciativas do ICE-MA, ressaltando, porém, que existem outras ações como fóruns, campanhas e outras iniciativas do próprio Instituto. Elencamos algumas medidas de maior relevância a serem pautadas neste trabalho.

O primeiro seria o *eixo do Desenvolvimento de Lideranças para o Diálogo Intersetorial* que diz respeito aos projetos voltados para a promoção do próprio diálogo intersetorial. Nesse sentido, Lima e Aracéa (2011, p. 115), descrevem essa primeira etapa como sendo a fase de conversas entre seus atores, em que se almeja uma parceria “na qual empresas, organizações da sociedade civil e poder público colaboram para o alcance de uma meta comum mediante a estreita coordenação de suas contribuições”. É nesse momento que os papéis são definidos e apresentados a cada ator social. Existe uma preocupação de não sobrecarregar nenhum colaborador, a intenção é que existam parcerias e que estas hajam de forma colaborativa e com o comprometimento de todos, segundo a visão do Instituto, com o bem comum. A intenção desse eixo, na visão de Darci Júnior, seria de suma importância para que o ICE-MA se tornasse “uma instituição de formação”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

O primeiro projeto a ser apresentado é o “Intercâmbio de ONG's”, que se manteve atuante entre os anos de 2001 e 2002. Esse empreendimento, segundo o Instituto, contribuiu para o fortalecimento da empresa, pois através dos intercâmbios promovidos pelo ICE-MA,

oito organizações sociais de São Luís trocaram experiências com outras oito instituições, de igual finalidade, de São Paulo. O objetivo era a troca de vivências, a interação entre os atores e demais agentes políticos, além do desejo em contribuir para a implementação de políticas públicas e a criação de uma rede de contatos e de comunicação em prol do aprimoramento institucional.

Para esse projeto foram apresentados como parceiros: Alcoa Foundation, Cenpec, Fundação Itaú Social, Fundação Orsa, Fundação Vale, Instituto Alcoa, Instituto Camargo Corrêa, Instituto de Cidadania Empresarial SP e o Instituto WCF Brasil. Com esse apoio, o projeto apontou como principal resultado o fortalecimento das organizações sociais de São Luís através da criação da rede Fio a Fio, que visava aprofundar a troca de experiência entre as entidades.

O segundo projeto lançado pelo ICE-MA foi o “LideraR-SE”, fundamentado na formação de líderes empresariais e sociais. O tempo de duração dessa iniciativa compreendeu os anos de 2005 a 2007. Essa iniciativa tinha como objetivo capacitar líderes empresariais em responsabilidade social e, a partir disso, promover alianças, parcerias e diálogos intersetoriais. Esses diálogos entre setores consistiam em um empresariado, já formado pelo LideraR-SE, convencer outros empresários a tornar-se parceiro, colaborador do Instituto. Visava ainda, ampliar a atuação do instituto e do discurso da RSE e ao mesmo tempo fortalecer as iniciativas da sociedade civil, qualificando suas lideranças para dialogar, planejar, executar ações, projetos e programas de caráter social.

Para a realização desse projeto, foram estabelecidos como parceiros a Alumar, Fundo Internacional Socioambiental (FICAS), Fundação Kellog, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e Taguatur Veículos. Os resultados foram pontuados por uma ordem numérica, onde o projeto LideraR-SE contou com a participação de 27 empresas participantes. Foram capacitados 60 educadores em Pedagogia da Presença e Educação para Valores. Além disso, houve adesões de várias empresas como a própria Alumar, que passaria a financiar projetos sociais através da seleção de ONG. Todos esses resultados teriam gerado um fortalecimento da cultura da Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Social Privado entre empresas associadas participantes.

A terceira ação do ICE-MA foi a criação do “Programa Diálogos”. É uma ação que visa, segundo o Instituto, fortalecer institucionalmente, organizações sociais e empresas que atuam em duas localidades específicas da capital São Luís: Distrito Industrial e São Francisco. Esse programa assume três aspectos transversais de debate: *desenvolvimento local*, *diálogo intersetorial* e *democracia participativa*. Consiste em uma roda de conversa sobre a realidade

vivida nesses dois locais. Os principais parceiros dessa iniciativa foram: a Alcoa Foundation, Alumar, Faculdade São Luís, FICAS, Grupo Camargo Correa e Instituto C&A. Os resultados, de acordo com o próprio instituto foram: o fortalecimento de empresas e organizações sociais de São Luís, e as parcerias estabelecidas entre os setores locais, poder público, organizações sociais e empresas.

O quarto e último projeto desenvolvido no eixo diálogo intersetorial foi o “Observatório Social de São Luís” (OSSL) atuante desde 2008. Caracteriza-se por um conjunto de organizações da sociedade civil, bem como o movimento nacional Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. O principal foco dessa iniciativa estava firmado na disseminação da RS com incidência em políticas públicas como forma de mobilizar a sociedade, dialogar com o poder público e, principalmente, contribuir para gerar impactos concretos e afirmativos sobre a cidade e seus moradores.

A parceria estabelecida com Alumar e Fundação Avina, de acordo com o Instituto, contribuíram para os resultados obtidos com o OSSL apontados, pelos seus elaboradores, como satisfatórios, uma vez que se estabeleceu parcerias com os principais meios de comunicação de São Luís para a difusão dos temas em debate pelo ICE-MA; o levantamento de indicadores por meio de visitas a secretarias municipais e de instituições de São Luís; a elaboração e lançamento do Sistema de Indicadores da Cidade de São Luís (versão 2009 e 2011); a participação nas redes brasileira e latino-americana por cidades justas e sustentáveis.

O segundo eixo foi definido como *Desenvolvimento Comunitário* e estaria voltado em contribuir para uma maior representatividade social da comunidade em setores específicos da capital, como por exemplo, a participação no mercado de trabalho, participação em conselhos públicos, dentre outras. Para o Instituto, a representatividade social seria resultado de processos socioeconômicos, ou seja, o indivíduo só teria uma representação social se, tão somente, estivesse inserido no mercado de trabalho.

Questionado quanto a isso, o dirigente Darci Júnior afirmou que: “Embora estejamos vivendo os vestígios de uma forte recessão econômica, o empresariado ainda acredita na força de se investir em RS. É preciso dedicar tempo e recursos em ações que possam gerar emprego e renda, como por exemplo, empregar capital para a capacitação de jovens para o mercado de trabalho”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Para o Instituto, seria então preciso investir nas pessoas, tornando-as competitivas, preparadas para construir sua história, seja no mercado de trabalho, no campo educacional, ou ainda, na política. Desse modo, para a efetivação desse eixo, seria imprescindível a participação das empresas tidas “socialmente responsáveis” para investirem no protagonismo comunitário, uma vez que, em grande parte, os investimentos

advém do setor privado, por meio das parcerias firmadas com instituições da sociedade civil, a exemplo, o próprio ICE-MA.

É nesse meio que os atores da sociedade civil agem, com um discurso de minimizar as mazelas sociais, muitas vezes geradas pela ausência do Estado na promoção de políticas públicas, além das dificuldades em atender em tempo hábil as demandas impostas pela realidade social. Na visão do ICE-MA, sobre o complementar das políticas públicas, não se trata de substituição, mas de parceria, trabalhar junto, a fim de suprir as necessidades, fomentando diálogos entre os agentes sociais. (LIMA; ARACÉA, 2011).

Ainda com base nesse discurso de fomento de representatividade, o ICE-MA propaga que a essência dos projetos referentes ao eixo de desenvolvimento comunitário consiste em trabalhar com a comunidade e não, necessariamente, pela comunidade ou para ela. A ideia é impor e privilegiar a autonomia e o protagonismo de sua história. Diante disso, o Instituto desenvolveu diferentes projetos sociais a partir de uma atuação conjunta com seus parceiros empresariais e demais voluntários.

O primeiro a ser destacado nesse eixo foi o projeto “Formação de educadores”, previamente discutido neste trabalho. Seu período compreendeu os anos de 2001 a julho de 2002 (1ª etapa). A partir daí, seguiu como formação continuada, ligada ao programa Espaços Lúdicos. Dentro do projeto maior, Formação de Educadores, foram desenvolvidas ações que estavam centradas na finalidade de capacitar educadores para atuarem em organizações sociais. A experiência é vista pelo ICE-MA como o começo de tudo, daí o seu apreço por essa iniciativa. Por meio dessa capacitação, conforme Lima e Aracéa (2011), se alcançou uma maior aproximação com a comunidade, permitindo conhecer e compreender a região do Coroadinho, em São Luís.

A iniciativa assumiu como objetivo aprimorar conhecimentos teórico-metodológicos, almejando uma melhoria na qualidade do ensino. Considerando a realidade da comunidade local, o foco seria articular teoria e prática modificando as ações até então exercidas pelas organizações sociais do Coroadinho, que seriam beneficiadas com a capacitação dos educadores. Assim, a etapa inicial durou um ano, e a parceria com o Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA), na interpretação do Instituto, teria sido essencial para a oferta do curso de Pedagogia para a formação dos professores colaboradores. (LIMA; ARACÉA, 2011).

Para o ICE-MA, a formação de educadores e os resultados alcançados foram pontuados de forma satisfatória, registrando cerca de 100 educadores capacitados. Criou-se

um campo de estágio para universitários, o que refletia na formação acadêmica. Por fim, teria havido o fortalecimento das relações e intercâmbio entre o UNICEUMA e o próprio Instituto.

Outra iniciativa do ICE-MA foi o programa “Espaços Lúdicos (ELUD’s)”, que desde 2002 tem se mantido atuante. Configura-se pela implantação de três brinquedotecas no Polo do Coroadinho, também chamados de Espaços Lúdicos, como citado anteriormente neste trabalho. Consiste em um programa de ação complementar à educação formal de crianças e adolescentes, por meio de ações socioeducativas e culturais, fazendo uso de brincadeiras como meio de diversão e fortalecimento do processo de socialização e aprendizagem. A partir da adesão da Secretaria Municipal de Educação de São Luís, esse projeto ganhou *status* de Programa e passou a abranger outras quatro iniciativas: *Brincar e criar é só começar*; *Coral Canto Curumim*; *Natal o Ano Todo*; e *Leitura em Cena*. Todas essas iniciativas atendem crianças e jovens do polo do Coroadinho e disponibilizam atividades socioeducativas e culturais.

Como principais parceiros desse programa temos: Fundação Alcoa/Alumar; Fundação Nagib Haickel; Grupo Lago; Grupo Taguatur; Instituto HSBC; Secretaria Municipal de Educação de São Luís. Essa última parceria resultou na adesão da prefeitura de São Luís como parceira do ICE-MA e que, segundo o próprio Instituto, colaborou para o fomento ao desenvolvimento criativo e qualificação de mais de 500 crianças e adolescentes, que estavam legalmente matriculadas no ensino básico.

O projeto “Gera Renda” foi outra iniciativa do Instituto e vigorou no período de 2004 a 2006. Essa intervenção nasceu da parceria entre o ICE-MA e a Aliança Empresarial pelo Nordeste (AENE), e destaca-se por ter sido o primeiro projeto a receber incentivos financeiros de uma corporação internacional. Foi um projeto de capacitação de jovens para o mercado de trabalho. Com ele, almejava-se minimizar os impactos da baixa oportunidade de emprego e renda para os jovens.

O Gera Renda adotou uma metodologia de capacitação massiva que se fundamentava no método do “aprender fazendo”. Foi um curso com duração de 60 dias e aulas do tipo laboratório, onde os alunos participantes simulavam a prática profissional em que escolheram se capacitar. Apesar do pouco tempo de atuação, a iniciativa capacitou mais de 200 jovens, e, como fruto disso, surgiu a Associação de Jovens Empreendedores do Coroadinho (AJEC),

baseado em técnicas de artesanato, corte e costura⁸. A principal parceira desse projeto foi a Fundação Kellog.

Com parcerias do poder público tanto estadual quanto municipal, e também do segmento privado, como Alumar, Fonmart Tecnologia, Fundação Kellog e Instituto Alcoa, a AJEC desenvolveu seus próprios projetos internos, tais como o *Ponto da Cultura Cinecomunidade*, que focava tanto na exibição de filmes e vídeos como em capacitar adolescentes e jovens na produção de documentários sobre a realidade vivenciada por eles. A partir dessas produções, surgiu o evento Mostra de Cinema e Vídeo, a fim de tornar público seus resultados.

O terceiro eixo faz referência à *Responsabilidade Social Corporativa*, e é visto pelo Instituto como sendo de suma importância, pois impulsionaria o desenvolvimento social. Para Lima e Aracéa (2011, p. 128), “a responsabilidade social corporativa é resultado do despertar da consciência social e se concretiza através da intervenção das empresas sobre a realidade para transformá-la”. Podemos perceber o peso que as autoras atribuem à prática da RSE como fator de transformação social. Em comum a esse pensar, o membro Darci Júnior, afirma que: “As empresas que souberam aproveitar essa formação se desenvolveram muito, cresceram muito, realizam grandes obras e até hoje, quem foi picado pelo mosquito do ICE-MA, não deixou mais de atuar, está no sangue e não para mais”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A RSE assumiria, ainda, uma proposta mais ampla que a filantropia, pois incluiria uma gestão de caráter transparente na rotina da empresa, sem perder sua postura estratégica no que compreende à sustentabilidade dos negócios. São facetas que provêm tanto do investimento social privado quanto da atuação em políticas públicas fomentando a participação cidadã e almejando o desenvolvimento local. (LIMA; ARACÉA, 2011). Nesse sentido, para as autoras, o ICE-MA tem sido um canal de divulgação do conceito de RSE a fim de sensibilizar o setor empresarial para a atuação social, e os projetos desenvolvidos nesse eixo traduzem o discurso da instituição como incentivadora de ações sociais.

No eixo de *Responsabilidade Social Corporativa* destacamos o projeto “Centro de Voluntários do Maranhão” (CVMA), que esteve atuante entre os anos de 2001 a 2005. Essa iniciativa assumia a responsabilidade de disseminar a prática de voluntariado na cidade de São Luís, criando espaços de encontro para unir pessoas e empresas dispostas a atuarem em favor da causa social. Em decorrência dos resultados alcançados, tais como mais de 150 voluntários

⁸ A técnica consiste em oportunizar oficinas de costura e corte de tecidos, além da prática de artesanato. O foco está na geração de renda através da qualificação profissional para jovens em situação de “vulnerabilidade social”.

cadastrados, apoio à Casa Sonho de Criança, no Abrigo de Idosos São Vicente de Paula, ações desenvolvidas no pavilhão feminino do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, além da participação no Ação Global, o projeto Centro de Voluntários do Maranhão foi elevado à categoria de programa e passou a ser conhecido como “programa Voluntariar”.

O projeto “Assessoria Técnica e Mobilização de Empresas” é uma atividade que existe desde 2008. Atua com base no exercício da RSE, oportunizando às empresas, serviços de qualificação, além da prática na implementação de ações de responsabilidade social. Para Lima e Aracéa (2011, p. 131), “as ações desenvolvidas por esse projeto, se traduzem em serviços diferenciados as empresas, de modo a incentivar uma atuação com base em investimentos, planejamentos estratégicos consoantes a sua realidade”.

Como principais resultados, foram apontados os atendimentos individualizados às empresas associadas, além das realizações de palestras e seminários em empresas, atingindo, inclusive, seus fornecedores e parceiros.

Por fim, foi concebido o projeto “Seminário de Responsabilidade Social Empresarial”, em andamento desde 2005. Constitui-se em um evento anual promovido e coordenado pelo ICE-MA, com o objetivo de incluir o tema na agenda local. “A iniciativa busca discutir papéis intersetoriais, na finalidade de buscar compreender as possibilidades, limites e contribuições de cada ator social para o desenvolvimento local”. (LIMA; ARACÉA, 2011, p. 131). A parceria desde o início desse projeto tem sido entre o ICE-MA e a Vale.

Como resultados dessa atividade, foram apontados a difusão do tema da RSE na agenda local, a promoção de debates sobre responsabilidade social, qualificando a discussão sobre desenvolvimento local e mobilizando atores, além da aglutinação de empresas, organizações sociais e membros do poder público em prol da prática social.

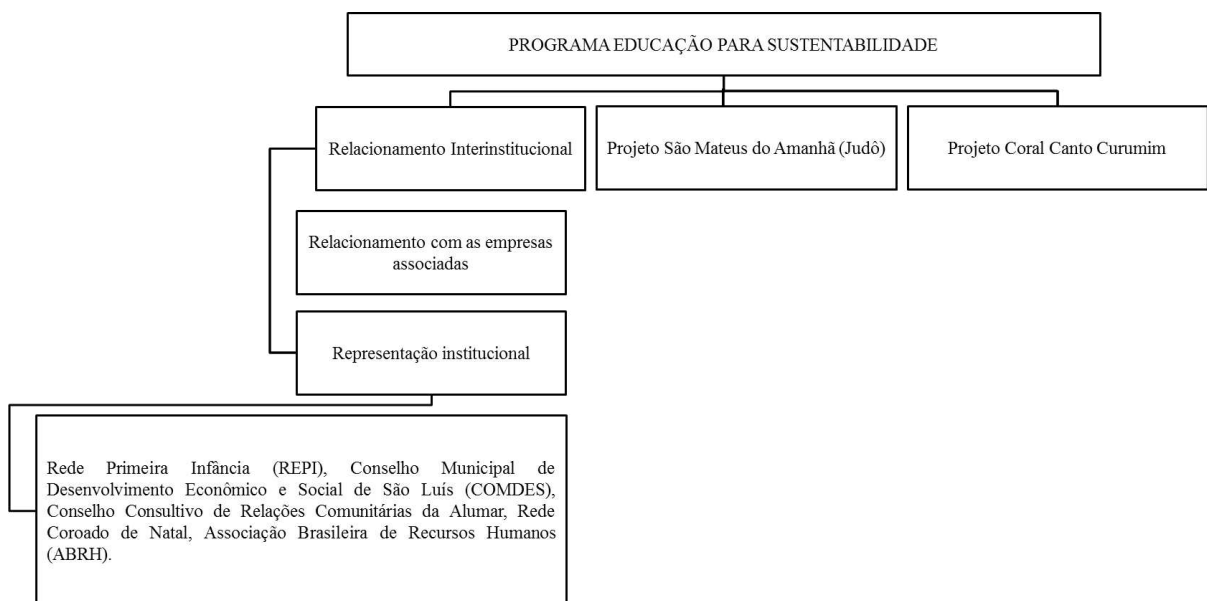
Todos os projetos referenciados até aqui demonstraram o desejo do Instituto em alcançar aquilo que foi apresentado no quadro “Fundamentos estratégicos do ICE-MA”, que pontuou missão, visão e valores da instituição. Esse conjunto de informações se faz necessário para o mapeamento e exposição do discurso e da atuação da organização em estudo, para que possamos, a partir da recuperação histórica e da apresentação de princípios e ações, entender se há contradições e limites no discurso e na prática do Instituto, pontuados no terceiro capítulo dessa pesquisa.

Recentemente, o ICE-MA alterou o que chama de “Visão”, e apresenta como foco ser reconhecido como referência em responsabilidade social e sustentabilidade até 2020. Para que isso venha a acontecer, foram estabelecidos objetivos estratégicos para que o desejo de ser referência em sua atuação se cumpra no espaço de tempo estabelecido. Objetivos estes que

almejam, entre outros pontos: produzir e disseminar conhecimento e tecnologia social a partir da prática institucional, mobilizando atores empresariais, sociais e governamentais; promover a educação e a formação para a sustentabilidade; promover e sustentar processos de desenvolvimento organizacional que levem à integração das ações e garantam a realização da Missão. Tudo isso baseado em um lema institucional de apelo mercadológico que consiste em: “desenvolver um Maranhão justo, próspero e sustentável”. Isso aconteceria, na visão de Darci Júnior, por meio da “prática empreendedora em projetos sociais”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Ao completar 17 anos de atuação, o ICE-MA passou por uma reformulação organizacional, e hoje está constituído em duas vertentes principais de atuação, definidos em dois programas, e dentro dos programas são desenvolvidos diversos projetos. Os esquemas abaixo sintetizam essa organização.

Imagem 2: Estrutura organizacional do Programa Educação para Sustentabilidade



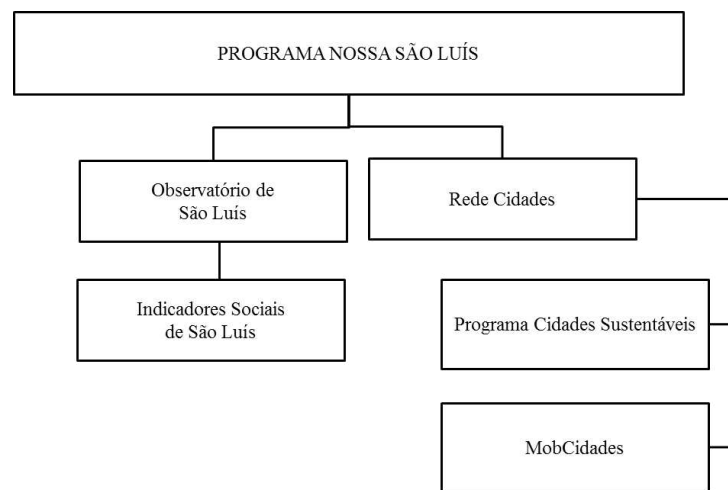
Fonte: ICE-MA, 2019

O “Programa Educação para Sustentabilidade” aparece como uma ferramenta que visa à promoção de temas voltados aos direitos humanos, ao investimento social privado e à sustentabilidade como meio de estimular a responsabilidade social empresarial. Em função disso, há uma rotina de visitas às empresas associadas para um processo de relacionamento constante e suporte pontual nas ações de RSE, para que sejam adotados comportamentos e ações que fomentem o bem-estar do seu público interno e externo, além de semear junto aos

colaborares e envolvidos, novos hábitos a serem adotados em sociedade para uma prática cidadã sustentável.

Para alcançar suas metas, são realizadas parcerias com organizações, além das empresas que já estão associadas, afim de instigar mobilizações dos temas e causas do ICE-MA. Como exemplificação, podemos apresentar a parceria entre o Instituto e a Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA), a Associação de Jovens Empresários (AJE-MA) e a Associação de Mulheres Empreendedoras do Maranhão (AME-MA). As duas últimas são frutos do Instituto, porém têm sua autonomia.

Imagem 3: Estrutura organizacional do Programa Nossa São Luís



Fonte: ICE-MA, 2019

O “Programa Nossa São Luís” é tido como importante por ter sido um canal de integração de São Luís à uma rede nacional de cidades consideradas justas e sustentáveis. Através dos projetos que constituem o programa, o ICE-MA pode desenvolver ações de mobilização social urbana, que reflitam diretamente na dinâmica da cidade.

O “Observatório Social de São Luís” foi o responsável pela elaboração de indicadores sociais na capital do estado e a partir desses números teria sido possível traçar medidas para melhorar a vida dos que compõem a cidade. Para Darci Júnior, os indicadores sociais, gerados pelo OSSL, mapeariam as fragilidades da dinâmica social, tais como: desemprego, violência, morte, questões de saúde, educação, renda, entre outros. E baseado nisso trabalhar a elaboração de políticas públicas com a finalidade de sanar ou minimizar esses embaraços. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

De forma semelhante, há o projeto “Rede Cidades”, que volta sua atuação para temas sobre a vida na cidade (mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico, entre

outros pontos), além disso, há a participação na elaboração de políticas públicas, a partir dos diagnósticos dos indicadores sociais.

Embora seja recente a prática da RSE no Maranhão, o ICE-MA ao longo dos anos veio construindo um espaço frente ao segmento empresarial ampliando seu discurso e trabalhando de forma a envolver diversos setores, social, empresariado e governança pública, em função daquilo que o Instituto chama de “desenvolvimento social”.

Para melhor compreensão desse discurso, cabe investigar sobre qual embasamento são firmados os conceitos trabalhados pelo ICE-MA, especificamente, *cidadania* e *desenvolvimento*. Em outras palavras, trata-se de perceber como o ICE-MA entende cada uma dessas noções.

1.3- Cidadania e Desenvolvimento Social na concepção do ICE-MA

Com base nas descrições dos programas desenvolvidos pelo ICE-MA e seus respectivos projetos e pela fala do Presidente do Conselho Deliberativo, foi possível perceber que o Instituto trabalha os termos “desenvolvimento social” e “cidadania” de forma genérica e associados aos cumprimentos das metas traçadas por cada projeto. Cada abordagem é trabalhada de forma separada, existe então projetos de abordagem a cidadania e projetos de desenvolvimento social.

Para melhor esclarecimento, vale iniciar pela caracterização das noções de *desenvolvimento social* e *cidadania* alicerçada nos resultados apresentados pelo Instituto como balanço social gerado por cada projeto, pois ao fim de cada ação posta em prática, fez-se necessário demonstrar se as iniciativas foram eficazes frente à proposta inicial. É com base nesses diagnósticos que se torna possível compreender as concepções desses termos difundidos pelo Instituto.

Como relatado anteriormente, as iniciativas do ICE-MA estão compreendidas em dois programas maiores, que são: Programa Educação para a Sustentabilidade e o Movimenta Nossa São Luís, cada uma dessas iniciativas é composta por projetos específicos, de respaldo social e objetivos definidos para atuação.

O Programa “Educação para a Sustentabilidade”, que, segundo o Instituto, tem por prioridade a valorização da pessoa humana, mediante ações que promovam o debate acerca dos temas pertinentes aos direitos humanos, e a propagação dos debates e diálogos voltados ao discurso do “desenvolvimento social”. Desse modo, os projetos que compõem esse programa estão movidos no intuito da efetivação de uma possível “representatividade social”,

a partir da formação de novas parcerias com empresas que possam, de certa forma, financiar as ações que foram definidas durante a etapa dos debates.

A pretensão assumida pelo ICE-MA, quanto à concepção e promoção de bem-estar social por meio de seus projetos, pode ser compreendida pelo o que Saes (2000, p. 3) classifica como “definição bastante vaga e, mesmo, obscura”, uma vez que não abarca questões essenciais, como por exemplo, “a participação integral do indivíduo na comunidade política”. O entendimento então fica restrito a meros cumprimentos de alcance fiel a padrões de civilização vigente e à uma herança social ditada por uma possível ordem política econômica, como fator de acesso ao chamado “bem-estar”. É possível entender o significado de desenvolvimento social, nas concepções do ICE-MA, como sendo as ações adotadas pelo próprio Instituto e que teriam por finalidade a promoção do bem-estar social, mesmo que de forma dialética, por meio de debates e diálogos, deixando assim a impressão, a seus “clientes”, de estarem sendo guiados a um futuro promissor.

As ações que envolvem o projeto São Mateus do Amanhã, que pertence ao Programa “Educação para a Sustentabilidade”, e que se caracteriza pela oferta de aulas e treinamentos voltados à prática do Judô, é outra iniciativa que, à luz do ICE-MA, promove “desenvolvimento social”. Aqui, a compreensão desse desenvolvimento se relaciona em grande medida com a possibilidade da retirada de crianças e adolescentes das ruas, que estejam devidamente matriculadas na rede pública de ensino e que estejam, de alguma forma, sujeitas a situações de vulnerabilidade social e econômica. É oferecido ainda, serviços de atendimento médico, nutricional e tratamento dentário.

A noção de desenvolvimento social a qual o projeto acima mencionado faz referência pode ser entendida como uma intenção de ocupação de tempo e da prática esportiva como formadora de valores socialmente apontados como essenciais para o ser humano. Para Gómez, (2002), esse discurso é formulado em princípios socioeconômicos ideológicos, com forte poder mobilizador, uma vez que os objetivos velados da iniciativa privada giram ao redor de um objetivo presumivelmente benéfico para toda a sociedade. Desse modo, a prática do judô, na visão do Instituto, seria um caminho para a promoção do processo formativo de cada participante, e isso se daria por meio do aprendizado recreativo durante as instruções técnicas da modalidade esportiva e no incentivo de interesses pelas questões de natureza solidária e no estímulo de atividades escolares e convívio familiar.

Para Darci Júnior, o “desenvolvimento social” consiste, além da propagação de emprego e renda, na disseminação de valores morais, de respeito ao próximo. Isso na prática seria, por exemplo, não ocupar uma vaga no estacionamento, se essa for de um cadeirante ou

idoso. Então, o ICE-MA passa a se preocupar também com essas questões e, a partir disso, traça projetos que despertem o interesse pela prática esportiva, mas que também desenvolvam valores subjetivos. Ainda na fala do membro fundador do Instituto: “É preciso formar o caráter dos nossos participantes, eles precisam entender que são protagonistas de suas próprias vidas”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). Nesse sentido, esses resultados são apontados pelo ICE-MA como contribuição para o “desenvolvimento social”, pois alcança a meta estabelecida pelo programa e pelo respectivo projeto.

Outra iniciativa que caracteriza o pensamento do Instituto acerca do “desenvolvimento social” é o projeto Coral Canto do Curumim, que oferece aulas de música e canto coral, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Social Integral (IDESI). Este é visto pelo ICE-MA como ferramenta que propicia ocupação de tempo, uma vez que as aulas são ministradas em horários que não coincidem com o horário escolar dos participantes e desenvolvem habilidades artísticas musicais. As habilidades trabalhadas durante o projeto musical têm por finalidade o entretenimento dos participantes em atividades que estimulem características e valores coletivos, tais como o trabalhar em equipe, o respeito mútuo, além das habilidades técnicas inerentes à arte da música.

Aqui, mais uma vez, nos deparamos com a questão de princípios e valores morais como discurso de desenvolvimento social. O que de certa forma é apontado pelo Instituto como algo positivo e de bom grado a todos os envolvidos no projeto. Porém, para Silva (2016, p. 172), o desejo de tornar aceitável o discurso de desenvolvimento social apontado por uma empresa, aqui representada pelo ICE-MA, foi, de certa forma, instrumentalizado para que a população fosse induzida a acreditar que, de fato, estariam no caminho certo e que, de algum modo, teriam acesso a melhores condições de vida e bem-estar. Para o autor, essa concepção não passaria de um mero “discurso espetacular da promessa”, onde consistiria em grande medida na ocupação de tempo e aprendizagem de um ofício. E por ocupação de tempo o Instituto vê como algo essencial ao desenvolvimento de seus participantes, haja vista que, quanto mais crianças forem envolvidas em atividades dessa natureza, maiores serão as chances de se tornarem um ser humano melhor e desenvolvido culturalmente.

Concernente ao Programa Nossa São Luís, esse é composto por dois projetos de incidência social, voltados às questões de cidadania. Trata-se de uma iniciativa que observa as dinâmicas sociais dos moradores da cidade de São Luís e, a partir daí, elaboram medidas que tornem seus habitantes, na concepção do Instituto, mais representativos socialmente. De acordo com Darci Júnior, a representatividade social consistiria em iniciar os jovens na vida

profissional, mas para isso o Estado deveria fazer sua parte, que seria ceder espaço e ofertar condições, no caso, uma possível liberdade econômica para as empresas atuarem.

É preciso inserir os jovens no mercado de trabalho, é preciso gerar emprego, renda. O poder público de certo modo impede que isso aconteça. Se o Estado não consegue oportunizar serviços básicos que estabeleçam cidadania à população, coloca então a questão na mão do setor privado, que sabe fazer, que sabe gerir. Ao governo caberia fiscalizar, mas sem engessar. Quer queira ou não, a cidadania está ligada à liberdade econômica. Deixa as empresas competirem, que a coisa acontece. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

A fala acima, traduz a responsabilidade que o Instituto assume para a prática das questões sociais. São definidos os papéis, nos quais as empresas seriam as executoras da cidadania, a partir de ações que envolvessem geração de emprego e renda e, caberia ao governo, a desburocratização, a permissão de fazer as coisas acontecerem, sem que houvesse impedimentos que parassem a iniciativa privada. Desse modo, a cidadania estaria pautada nas relações de mercado e ausência do Estado nesse campo de atuação. Nesse sentido, é perceptível a mudança estratégica da noção de cidadania, que vem sendo conduzida pela racionalidade neoliberal, a qual se distancia de uma estratégia voltada ao bem-estar social, tradicionalmente propagada no âmbito da lógica do *WelfareState*. Essa mudança é apontada por Fleury (2018, p. 113) como algo nocivo a uma conquista de classe.

Se a proteção social no *WelfareState* havia perdido a perspectiva emancipatória da cidadania como conquista de classe para acomodar os beneficiários como consumidores, no investimento social, essa perspectiva de participação em uma comunidade política é substituída pelos incentivos e controles para participação no mercado.

É visto então que a inserção do indivíduo no mercado e o distanciamento do Estado da questão social seriam, para o ICE-MA, o caminho a ser percorrido para a disseminação de ações que, de certa forma, oportunizassem cidadania a população. E nessa perspectiva o Instituto tem conduzido jovens a atividades como o canto como exercício às práticas cidadãs.

Como medida para uma suposta valorização da questão social, adotada pelo ICE-MA, foi a criação do Observatório de São Luís, cuja caracterização se dá mediante um projeto de produção de conteúdos acerca da cidade. Por meio dessas observações, criou-se o caderno Indicadores Sociais de São Luís, que traça a situação dos moradores, diagnosticando pontos referentes à qualidade de vida na cidade, pontos que abrangem questões relacionados à saúde, à educação, à moradia, à segurança, ao trabalho, à renda, entre outros. Os números demonstrados por esses indicadores são tabulados e a cada dois anos é gerado um relatório

sobre a situação vivida pelos moradores de São Luís. Com base nesses dados, propostas de políticas públicas são encaminhadas à prefeitura municipal, a fim de que medidas sejam adotadas em prol da sociedade.

Outro projeto que assumiu a mesma direção e que melhor traduz o pensamento de cidadania difundido pelo Instituto foi o Rede Cidades, pois as iniciativas desenvolvidas por esse projeto tiveram por objetivo despertar uma mudança de comportamento social no que compreende às dinâmicas da vida urbana. Podemos citar como foco de atuação as questões de mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico, infraestrutura, entre outros pontos.

As articulações do Rede Cidades resultaram em duas ações simultâneas: o MobCidade, que desenvolve ações para elaboração de políticas públicas voltadas às questões de mobilidade urbana, e o Programa Cidades Sustentáveis, mesmo intitulado com o termo “Programa” se qualifica como iniciativa dentro de um programa maior, que é o Programa Nossa São Luís, e estaria voltado às questões de natureza ambiental, como poluição, preservação dos rios que banham o município, além da proteção da fauna e da flora local.

É preciso então compreender como se concretizaria a prática da cidadania, no contexto definido pelo ICE-MA, naquilo que o Instituto pontua como mobilidade urbana, segurança pública, saneamento básico, infraestrutura, além das questões de valorização do meio ambiente. Nesse sentido, ser cidadão estaria vinculado aos direitos civis garantidos pela Constituição Federal de 1988. Isto, de certa forma, condiz com o discurso propagado pelo ICE-MA, investir em projetos que visem a questão de mobilidade, segurança e também as questões de proteção ambiental, estariam diretamente vinculados ao direito civil garantido no art. 5º da CF que versa sobre o direito à vida, à liberdade. Na mesma medida que, investir em infraestrutura e saneamento básico, também alcançariam a proposta apresentado nesse artigo.

Essa prática de cidadania pode ser entendida, no olhar aristotélico, no ponto em que a cidadania está vinculada aos direitos e deveres de contribuir para a formação de um governo e de uma sociedade mais forte e igualitária, respectivamente. Em contrapartida, essa visão em um olhar marxista seria incapaz de estabelecer uma efetiva cidadania, pois não gerariam uma emancipação dos sujeitos participantes (COUTINHO, 1999), pelo contrário, geraria uma dependência dos serviços prestados, e tais serviços, que tem por formação uma base política ideológica, atuam de forma isolada, pontual, eximindo-se de qualquer responsabilidade que gera dependência ou obrigações. Essa “desresponsabilização” político-ideológico será melhor discutida no segundo capítulo dessa obra.

Baseado nas ações do Instituto, o discurso da cidadania estaria ligado ao oferecimento aos cidadãos de direitos básicos, mesmo que para essa oferta estejam inclusas ações de

empresas privadas sob o discurso de “responsabilidade social”. Para Miranda (2016, p. 973), ao fazer uso desse discurso, as empresas “difundem conteúdos simbólicos e ideológicos que garantem a profusão da ideia na sociedade de que os problemas sociais são externos a ela”. Ou seja, existe uma mudança de significados e de pensamentos onde a empresa passa a ser vista pela população como resposta capaz de “solucionar” a desigualdade social. Contudo, o que se estabelece é o fortalecimento ideológico e a hegemonia do capital. Para a autora, essa postura acaba por intensificar “um complexo dispositivo de manutenção e crescimento de mais-valia”.

Entretanto, o discurso adotado pelo ICE-MA, acerca da oferta de serviços sociais que geram cidadania, priorizaria uma coletividade e não, necessariamente, o individual. Conforme aponta Darci Júnior, a intenção é influenciar, por meio das boas práticas, o empresariado e que esses venham a adotar a RSE como estratégia de negócio. A partir disso, a sociedade começará a entender que não existe esse monstro da empresa que quer poluir, explorar, embora exista o mau empresariado. Em sua maioria, são pessoas de bem e que querem o melhor para a sua cidade, querem gerar emprego, querem um futuro melhor para todos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Portanto, o ICE-MA munido com sua ideologia política imposta por um segmento social formado por empresários, busca estabelecer diretrizes de como tratar as inquietações sociais, por meio de concepções que partem da lógica do mercado para a vida real dos indivíduos. Nessa concepção, novas abordagens de cidadania e desenvolvimento social são apresentadas em meio a tentativa de sustentar discurso da Responsabilidade Social.

Cabe lembrar que existe uma fragilidade na formulação dos conceitos-chaves, por parte do Instituto, o que enfraquece a plena compreensão de sua filosofia. Contudo, com as práticas e resultados apresentados por cada projeto e, baseado em materiais publicados pelo ICE-MA, foi possível extrair, embora superficialmente, as bases teóricas que concernem o significado de alguns termos essenciais ao entendimento do leitor.

2- POLÍTICA NEOLIBERAL, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: O TERRENO DA ATUAÇÃO SOCIAL-EMPRESARIAL

A construção desse capítulo foi estabelecida a partir de um plano mais profundo, referente aos fatores que implicam o considerável número de organizações da sociedade civil atuando no chamado “campo social”. Na oportunidade, destaquei como plano político a questão do projeto neoliberal, bem como sua confluência ao chamado projeto democrático, percorrendo um caminho teórico que discutiu, no viés neoliberal, a questão social e o processo por disputa de significados, além de destacar as questões que envolvem o mundo do trabalho. Realço ainda que toda essa discussão foi estreitamente relacionada à prática do ICE-MA.

Para se entender o sentido teórico do termo neoliberalismo, é preciso compreender que este não se configura como um simples resgate a uma postura liberal clássica difundida, por exemplo, por John Locke⁹. Paulani (1999) demonstra, segundo o pensamento de Locke, que o liberalismo está ligado à filosofia dos direitos naturais. Prioriza-se a tolerância política e religiosa, exige-se o direito de defesa contra o arbítrio e prega que os homens nascem livres, tanto quanto nascem racionais. Anderson (1995) também traz esta mesma orientação, de não associação mecânica do neoliberalismo com um pensar pautado nas ideologias do liberalismo político clássico, estabelecidas especialmente no contexto dos séculos XVIII e XIX.

O pensamento neoliberal, mais articulado à tradição do liberalismo econômico, tem origem na década de 1940, num momento marcado pelo pós-guerra, e em meio a prevalência dominante do capitalismo, principalmente no que compreende os países norte americanos e os europeus. É nesse cenário que o neoliberalismo surge como uma doutrina propostas por economistas franceses, alemães e norte-americanos na pretensão de se opor à postura do Estado intervencionista pregado e difundido pelo *WelfareState*. (ANDERSON 1995).

A base teórica dessa formulação teve como importante referência a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek¹⁰, publicada no ano de 1944, com a pretensão de romper com quaisquer que fossem as limitações aos mecanismos de mercado, em exclusividade, se tais limitações partissem do Estado. Como afirma Hayek (2010), se tratava de uma ameaça

⁹ Para John Locke (1632-1704), a visão liberal seria determinada a partir da concepção de Estado, na qual este tem poderes e funções limitados. O Estado não poderia interferir na vida, na liberdade e nos bens de seus súditos. Locke é considerado o pai do liberalismo político devido a sua obra “Dois tratados do governo civil”, publicada no final do século XVII.

¹⁰ Friedrich August von Hayek (1899-1992), economista e filósofo austríaco, naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico.

letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. Buscava-se impedir que o Partido Trabalhista inglês assumisse o poder, já que se vivia um período eleitoral na Inglaterra em 1945. Hayek temia que a socialdemocracia conduzisse o Estado a um desastre, comparando-a ao nazismo alemão, ou seja, “uma servidão moderna”.

No ano de 1947, enquanto o Estado de bem-estar social se propagava na Europa, Hayek organizou um encontro na estação de *MontPèlerin*, na Suíça. Na oportunidade reuniram-se vários opositores ao Estado de bem-estar e às propostas intervencionistas do então presidente norte-americano Franklin Roosevelt, propostas essas que ficaram conhecidas como *New Deal*. Participaram do encontro: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. O principal objetivo desta reunião era o combate às ideias keynesianas e ao assistencialismo solidário do *WelfareState*, além de preparar terreno para uma nova abordagem capitalista sem a intervenção direta do Estado na economia. (ANDERSON, 1995).

Na concepção de Hayek (2010), o segmento empresarial havia alcançado prejuízos incalculáveis e boa parte dos lucros, os quais seriam vitais para o sucesso dos empreendimentos, foram abocanhados pelos direitos adquiridos pelos sindicatos e pela organização trabalhista. Daí a necessidade de uma interferência direta ao modelo de Estado-protetor. A partir disso, estava criado o modelo neoliberal de economia, no qual se propagava a diminuição do poder dos sindicatos e consequentemente dos operários. O Estado apenas regulamentaria a moeda e, a participação estatal em investimentos de políticas sociais seria restrita. Buscava-se um rigor orçamentário e tributário mais elevado de modo a viabilizar a restauração dos lucros das empresas.

O papel do Estado neoliberal na teoria é de definição razoavelmente simples. De acordo com Harvey (2014, p. 75), o pensamento neoliberal “deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio”. A ideia é garantir direitos que favoreçam a liberdade pessoal, uma vez que esta é vista como essencial ao sucesso institucional, econômico e social.

A estrutura em que é pautada o ideário neoliberal está firmada em obrigações contratuais acordados livremente entre entidades em âmbito de mercado, e cabe ao Estado validar os acordos estabelecidos e proteger a liberdade própria de cada um frente aos acordos firmados. Mesmo que para isso utilize a força e a violência como forma de garantir os direitos particulares. “A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegida. O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio

dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades”. (HARVEY, 2014, p. 75). Por conseguinte, entende-se que o Estado pode se impor, por meio da supremacia do seu poder, para garantir a liberdade específica de construção de relações comerciais.

Na égide neoliberal, a supervalorização das iniciativas privadas é vista como estratégia motivadora de geração de riquezas e estímulo ao surgimento de novas tecnologias. Dessa maneira, tal postura aumentaria o poder de compra da população, proporcionando assim, uma melhoria no padrão de vida de todos, pois se a situação econômica de um determinado lugar se sobressai, tem-se como resultado o benefício de toda população, o que o Harvey (2014) chama de “efeito multiplicador”. Logo, o pensamento neoliberal sustenta que o controle da pobreza, quer local ou mundial, seria mais eficiente se agisse mediante livres acordos de comércio no âmbito do mercado.

Outro fator que aponta para a atuação do Estado em assegurar a liberdade individual, segundo o pensamento neoliberal, diz respeito ao processo de privatização. Partindo do entendimento de Harvey (2014), a política neoliberal é particularmente favorável à promoção da privatização de ativos. No entanto, a fragilidade e a escassez de claros direitos de propriedade, tão presente em países em desenvolvimento, é apontada como um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento econômico e de bem-estar social.

A questão da propriedade nos remete ao pensamento lockeano, que a enxergava como um direito natural e inviolável. Baseado nisso, surge a ideia do contrato social, que para Locke, se concretizaria no ato da transição do estado de natureza para o estado civil. Estariam preservadas a propriedade e a comunidade das discordâncias internas e externas. O Estado seria o garantidor do direito de propriedade. (LOCKE, 2006).

Na concepção de Harvey (2014, p. 76), “o reconhecimento e a atribuição de direitos de propriedade são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada “tragédia dos bens comuns”. Tal prática seria capaz de garantir o direito à propriedade e uma suposta livre relação comercial e mercantil, assim evitaria que os indivíduos agissem de forma pessoal baseados em seus próprios interesses, comprometendo-se com o bem-estar coletivo. A exemplo, o autor cita a questão da superexploração, por uma minoria, dos bens comuns a todos como a terra e a água. Nesse sentido, setores antes gerenciados pelo Estado seriam passados à gestão privada, desregulando-se de medidas estatais.

Na perspectiva de entender a relação dualista entre Estado e a prática da desregulamentação no contexto neoliberal, Moraes (2001) classificou o neoliberalismo a partir de três fatores que compreendem o campo das políticas sociais, a saber: *focalizar*, cuja ação se dá pela substituição da política de acesso universal pelo acesso de seleção;

descentralizar os processos operacionais, transferindo responsabilidades do Estado para o setor privado; e por último, o *privatizar*, que consiste na transferência de bens públicos para a iniciativa privada. De certo modo, esses aspectos regem a prática do pensar neoliberal nessa esfera. De forma que esses três fatores vêm ganhando força e sendo disseminado por meio das mídias, dos partidos políticos, por algumas organizações patronais, e ainda pelas próprias universidades e demais instituições de pesquisa, e até mesmo pelos movimentos sindicais.

É nesse contexto que as pretensões neoliberais, como movimento político do capital, buscam controlar a ordem econômica e política. Os resultados dessa política recairiam principalmente sobre as classes subalternas dos países mais afetados pelo projeto neoliberal, pois sentiriam os impactos de forma mais precisa, deixando de serem assistidas pelo poder público e passando a ser alvo de iniciativas da sociedade civil. Essa discussão vem ganhando corpo ao longo dos anos. A retirada do Estado de serviços de natureza pública configura uma das primazias do projeto político neoliberal, como apontado por Moraes (2001). Portanto, cabe aqui discutir a relação que se estabelece entre programa neoliberal, Estado e sociedade civil.

2.1- O projeto neoliberal e a questão social

É importante destacar que, no Brasil, os primeiros indícios que apontam para osurgimento das ONGs, de acordo com Landim (2002), se deram no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, em um contexto de governos de base desenvolvimentista, que são aqueles que seguem uma linha teórica centrada no crescimento econômico focado no fortalecimento do processo industrial e mercantil, com intensa intervenção do Estado. Como expressão desse fenômeno, temos os governos de *Getúlio Vargas* e *Juscelino Kubitschek*. Estes, oportunizavam maior atenção às medidas públicas que cediam abertura para a entrada de empresas que tinham por interesses “investir” no país.

No início desse período, o quantitativo de ONGs no território brasileiro era modesto e atuava basicamente em frentes religiosas e de assistencialismo filantrópico, de caridade. Somente entre os anos de 1964 e 1985, em pleno regime militar, que as organizações não governamentais começaram a ganhar forças. Isso se deu devido a lutas protagonizadas pela sociedade civil organizada da época, geralmente composta, em sua maioria, por trabalhadores, artistas, estudantes universitários. (GALVÃO; ARAUJO, 2018).

Com o passar dos anos o número de ONGs no Brasil só crescia. Entretanto, a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve uma crise nesse segmento, isso porque

o Estado já se colocava como agente mobilizador das questões sociais, de participação e democracia. Desse modo, a contar da década de 1990, com a adoção das políticas neoliberais, e sob constante pressão por parte dos setores econômicos, bem como do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), muitas organizações sociais se aliaram ao Estado e passaram a dividir responsabilidades sociais na esfera da participação civil. (GOHN, 2010).

Segundo Galvão e Araújo (2018, p. 108), boa parte das ONGs “passaram a desempenhar papel prioritariamente assistencialista, visto que assumiram o discurso neoliberal da ‘ineficiência e incapacidade do Estado’ para lidar com a ampla gama dos problemas sociais”. De certo modo, essa mudança fez com que a ONGs e OSs se tornassem uma expressão velada de intenções empresariais. Como bem frisou *Cibele Rizek*¹¹, em entrevista ao Instituto HumanitasUnisinos (IHU) sobre “*A forte transformação das heterogêneas periferias brasileiras*”, essas organizações não teriam obrigatoriamente um compromisso com os processos de emancipação humana, pois foram concebidas, em sua maioria, por uma natureza empresarial privada. É esse o cenário que vem se apresentando ao longo dos anos, inclusive nos governos petistas que compreenderam os anos de 2003 a 2016, tidos também como neoliberais.

É necessário entender que as décadas de 2000 e 2010 permaneceram quase que inalteradas quanto às relações existentes entre organizações sociais e o poder público, no que diz respeito às questões políticas-ideológicas, mesmo com o advento de um governo de centro-esquerda no ano de 2003. Permanecia então, em toda a federação, a mesma diretriz política baseada em princípios de gestão participativa em conformidade com a atuação do projeto neoliberal.

Segundo Andreazzi e Bravo (2014), se torna importante problematizar essas questões ao ponto de entender qual seria o caráter econômico-político dessas novas instituições que se propõem a atuar no campo social. Seria uma forma gerencial alternativa à estatal? Estariam inseridas em estratégias que fortalecem o ciclo de acumulação de capital? Para as autoras, essas perguntas, se respondidas, evidenciariam os laços existentes entre Estado e as OSs, e se essas relações seriam apenas uma forma na tentativa de consolidação do grande capital financeiro para o primeiro e o segundo setor.

Nesse contexto, as organizações sociais, ao longo dos anos 2000, têm sido apenas uma ampliação do que já acontecia na década de 1990, ou seja, os governos continuavam e

¹¹ Doutora em Sociologia. Professora e pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, da Universidade de São Paulo (USP).

continuam a transferir parte de suas responsabilidades sociais ao chamado “terceiro setor”. Desse modo, os governantes de base progressista articularam em tornar legítima a atuação das mais diversas organizações sociais, delineando um perfil institucional que fosse capaz de executar ações no terreno da questão social, além de fortalecer, por meio de incentivos fiscais, o segmento empresarial a “investir” em projetos sociais sob o discurso da RSE.

Considerando o exposto acima, é percebido que o ponto de partida para a entrada de organizações da sociedade civil no campo da atuação social se explica, em grande medida, pelo processo de recuo do Estado nessa esfera de ação a partir da década de 1990, marco de introdução da política neoliberal no Brasil. Entretanto, o final dos anos 1980 foi marcado por episódios que proporcionaram um terreno favorável a conflitos de natureza social, bem como a luta por direitos universais, a exemplo temos a questão da luta pela seguridade social e demais medidas, que já vinham acontecendo no decorrer da década e que tiveram seu ápice com a promulgação da Constituição Federal de 1988, um momento importante para a questão social no Brasil, pois foram definidas algumas medidas de caráter social vinculadas a uma maior representação da chamada cidadania.

Ao definir um sistema de Seguridade Social que incorpora Previdência, Saúde e Assistência Social, a nova Constituição acenou com a promessa de incorporar à cidadania uma maioria que, à margem do mercado formal de trabalho, sempre esteve fora de qualquer mecanismo de proteção social. (TELLES, 1999, p. 4).

A Constituição Federal de 1988 sinalizava para uma promessa de incorporar ações voltadas à cidadania, à população, uma vez que, segundo Telles (1999), esse contingente de pessoas estaria fora do eixo formal de trabalho e também à margem de proteção social. Acrescenta ainda que a nova Constituição favoreceu para que uma significativa parcela da população trabalhadora, entre formais e informais, fosse incorporada à seguridade social.

Para evidencição desse histórico, Telles (1999) apresenta números que justificam sua visão em se tratando da população trabalhadora. Os dados revelam que em 1990, entre desempregados e trabalhadores informais, aproximadamente 52% dos economicamente ativos encontravam-se distantes de qualquer garantia e proteção social, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) publicados naquele ano. Esse percentual, no decorrer da década, ganhou força e atingiu 59,8% até o ano de 1995, em decorrência, segundo a autora, “do efeito conjugado de crise econômica e reestruturação produtiva”, referindo-se exclusivamente à população ativa.

A situação apresentada por Vera Telles sobre o atraso social brasileiro na década de 1990 configura o que Raichelis (1997) chama de “Universo da Pobreza”, termo que não se

restringe a caracterizar pessoas que vivem em situação de extrema miséria ou em condições de pauperização, mas para retratar o avesso do mundo do trabalho. Quem não está empregado formalmente está fora da suposta segurança social ofertada pelo Estado, como por exemplo, de assistência em caso de acidentes de trabalho, doenças, invalidez, maternidade, além das garantias e proteções conquistadas por suas respectivas categorias sindicais.

Parte da população que se encontra desvinculada das regras formais de contratos de trabalho ficou alheia às garantias de natureza social. Nessa conjuntura, surgem espaços para atuação das organizações de caráter filantrópico ou de benevolência social, que segundo Telles (1999), seria uma trama fragmentada e descontínua de serviços e programas sociais que promovem iniciativas morais de ajuda ao necessitado. Não produzem direitos e não são judicialmente reclamáveis.

A abertura de espaços para atuação no segmento social por parte de organizações privadas é entendida por Montañó (2002) como um novo arranjo concernente à questão social. Esse arranjo é caracterizado por provocar relevantes alterações no perfil do que se considera “cidadão”, o qual está cada vez mais vinculado ao poder do consumo ao invés do trabalho e da vida política. Além disso, mudanças na legislação trabalhista, flexibilização e eliminação de leis e de direitos que outrora foram adquiridos pelos trabalhadores; a diminuição da participação social nos processos decisórios nacionais; e, por fim, a composição de um “novo contrato social” que substitui o trato social do período fordista/keynesiano. De acordo com o autor, tais arranjos molduram um processo central que seria a configuração de uma nova modalidade de trato à “questão social”, fenômeno esse que está escondido por trás do que é chamado de “Terceiro Setor”.

Sob outra perspectiva, o discurso de uma crise e a suposta escassez de recursos, fundamentado em um pensamento econômico, são utilizados como argumentos para justificar a retração do Estado da sua responsabilidade social, fortalecendo a expansão de ações comerciais por parte da sociedade civil no terreno do “terceiro setor”. Na leitura de Montañó (2002, p. 2), a afirmação de que haveria hoje uma “nova questão social” teria a pretensão de justificar esse novo trato à da “questão social”. Nesse sentido, se existe uma nova “questão social” razoável seria apresentar os caminhos viáveis de intervir nela. A “questão social”, que em boa medida “exprime a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, e a desigual participação da distribuição de riqueza social”, permanece inalterada. Nesse sentido, o que se percebe é o “surgimento e alteração, na contemporaneidade, de suas refrações e expressões”. Com base nesse raciocínio o autor afirma que o que existe “são novas manifestações da velha questão social”.

A velha “questão social” cuja referência está ligada ao período de políticas sociais caracterizadas pelo modelo do *WelfareState*, era alvo de iniciativas de políticas sociais como resposta política e não, tão somente, por meio de repressões. Todavia, no que se refere ao plano atual, a resposta social à “nova questão social” tem sido constituída fora do âmbito social e cedida para o campo privado, individual imediatista. A justificativa dessa transferência de responsabilidades é apresentada pelos neoliberais como algo que gera despesas, gastos excessivos aos cofres públicos. Bresser-Pereira (1998, p. 139) afirma que:

As políticas sociais universais, não-contratualistas e constitutivas de direito de cidadania são acusadas pelos neoliberais de propiciarem o esvaziamento de fundos públicos, “mal aplicados” em atividades burocratizadas, sem retorno e que estendem a cobertura a toda a população indiscriminadamente. No Brasil, a jovem Constituição de 1988 e sua concepção de Seguridade Social – constituída pelas Previdência, Saúde e Assistência – parecem ser, neste caso, as vilãs.

Há uma inversão no entendimento das políticas de seguridade social, por parte dos neoliberais, ao disseminarem a ideia de que as políticas sociais oneram o Estado e o retorno é visto como inexistente. Embasado neste pensamento, o autor externa que, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 é considerada a versão mais “cidadã” que o país já teve, tendo em vista suas garantias. Mas nesse contexto, seria a grande vilã, pois tem diretrizes que divergem dos interesses político-econômico do projeto neoliberal.

A alusão de que existiria uma crise capitalista instigou os neoliberais a mirarem em uma suposta reconstituição do mercado, desde a proposição dessa presumida “necessidade” foram estabelecidas medidas que reduzissem ou extinguissem a intervenção do Estado em diversas áreas e atividades sociais. Para Montañó (2002, p. 2), o mercado seria agora “a instância maior, por excelência, de regulação e legitimação social”. Entretanto, o “igualitarismo” propagandeado pelo Estado intervencionista, deve ser, no pensamento neoliberal, refutado. E em contrapartida, a desigualdade e a concorrência na visão neoliberal seriam as motrizes e o estímulo ao “desenvolvimento social”. A crítica neoliberal às investidas de um Estado de bem-estar social, segundo Laurell (1995, p. 163), se concentra no combate às políticas sociais impostas pelo Estado intervencionista, que implicariam em “desmercantilização, solidariedade social e coletivismo”.

Não obstante, o projeto neoliberal age de forma a extinguir as condições de direitos adquiridos a partir das políticas sociais e assistenciais de caráter universalista, de igualdade de acesso, de base solidarista e de responsabilidade social. Desta forma, é posto em prática, em substituição aos ideários intervencionistas, uma série de medidas polimórficas em respostas às

necessidades individuais, medidas essas definidas por Laurell (1995, p. 163) como: “(...) privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando-se programas e reduzindo-se benefícios; canalização dos gastos para os grupos carentes e a descentralização em nível local”. Contudo, nenhuma destas respostas constituiriam direitos garantidos, mas meras ações de ordem humanitária, filantrópicas de cunho voluntário ou ainda, um serviço meramente comercial, em que a qualidade desses serviços deve suprir as necessidades de cada usuário. Na visão de Montaño (2002, p. 3), “a universalização cede lugar à focalização e descentralização, e a “solidariedade social” passa a ser localizada, pontual, associada à autoajuda”.

É nesta estrutura que se estabelece o novo trato da “questão social”. As políticas de cunho social têm sido moldadas a interesses mais profundos, vinculadas à rentabilidade econômica e mercantil. Tais políticas estão sendo gradativamente retiradas das mãos do Estado e sendo privatizadas, transferidas para a esfera do mercado, cedendo espaço para a sociedade civil atuar diretamente. Em consonância a isso, as políticas sociais estatais assumem um caráter focalizado, agindo exclusivamente em setores de escassez específicas, de carências pontuais onde as necessidades básicas não estão sendo supridas. Também são descentralizadas administrativamente, no que compreende uma gestão financeira e executiva, pois quanto às questões normativas e políticas, mantem-se centralizadas.

Para Montaño (2002, p. 3), “os serviços sociais, a assistência estatal, as subvenções de produtos e serviços de caráter popular estão cada vez mais enfraquecidas no que compreendem os níveis de qualidade, quantidade e variabilidade”, ou seja, essas medidas são tão precisas que acabam reduzindo a abrangência da atuação. O autor é categórico ao afirmar que essas iniciativas não passam de “podres serviços estatais”, pois para suprir os vácuos deixados pela não atuação do Estado na esfera social, parcelas importantes da “questão social”, quando lucrativas, são transferidas para o mercado. Em contrapartida, para a “sociedade civil” ou “terceiro setor” são transferidos quando deficitário aos que vendem ou fornecem “gratuitamente” serviços sociais.

De acordo com Montaño (2002), o retrato da “questão social” apresentado acima se contrapõe à incondicionalidade, unidade e universalidade existente no período keynesiano. Entretanto, o novo trato à “questão social” no projeto político neoliberal pode ser entendido a partir da coexistência de dois pontos centrais que, de certo modo, colaborariam na justificativa de uma gama de organizações da sociedade civil atuarem no terreno da responsabilidade social. E justificariam também a retirada do Estado desse campo.

O primeiro ponto a ser destacado é a questão da *precarização das políticas sociais e assistência estatais*. Nesta perspectiva, o Estado não seria capaz de oferecer serviços sociais no nível da exigência apresentada pela realidade e de forma “gratuita”. Este argumento é bastante presente nas estratégias do pensamento neoliberal e concentra-se em uma dupla atuação: a de *focalização e descentralização* das políticas sociais ofertadas pelo Estado. Seria essa a resposta dos neoliberais à “questão social”. Portanto, seria preciso atuar com prioridade em ações voltadas à população mais carente socialmente. (MONTAÑO, 2002).

O segundo ponto caberia à *privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais*. Este quesito pode ser compreendido em dois aspectos: o de *re-mercantilização* dos serviços sociais, os quais, para Montaña (2002, p. 4), enquanto são lucrativos, transformam-se em “serviços mercantis”, agregam-se valores comerciais, tornam-se mercadorias e acabam sendo literalmente vendidos à população. Para o autor essa prática seria a mais evidente “nova forma de apropriação da mais valia do trabalhador”. É esse o cenário que justifica o tipo de “ajuda empresarial” de serviços sociais voltados à população.

Um segundo aspecto é quanto à *re-filantropização* das respostas à “questão social”. À medida que o Estado recua no oferecimento de serviços sociais, amplos setores da população ficam desassistidos pela assistência estatal. Populações que não teriam condições financeiras para aderirem a serviços de natureza privada, pois o custo geralmente é elevado. Transfere-se então à “sociedade civil” a responsabilidade de atuar neste segmento, na base da caridade, filantropia, ou ainda, na base do voluntariado. Para Montaña (2002, p. 4), “é neste espaço que surgirá o ‘terceiro setor’, atendendo a população ‘excluída’. Isto se constitui como ‘uma luva’ na mão do projeto neoliberal”.

Posso apontar aqui o ICE-MA como exemplo de resposta à “questão social”, haja vista que o Instituto se coloca como uma instituição que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do estado a partir de projetos e ações voltados para as dinâmicas de mercado. Além disso, capacitar empresários para a prática da RS faria com que as portas das empresas se abrissem para ajudar o Instituto na aplicabilidade de novos projetos. Deste modo, as instituições que compõem a sociedade civil e atuam no segmento aqui apresentado acabam por se encaixarem, de certa forma, no esquema de privatização das áreas econômicas e de *re-mercantilização e re-filantropização* da “questão social”, uma vez que assumem papéis inerentes ao Estado.

Existe então um triplo processo que estrutura o projeto neoliberal e que oportuniza força ao chamado “terceiro setor”, e vem como resposta ao recuo estatal das obrigações de cunho social. Consoante a isso, Montaña (2002, p. 4, grifo nosso) complementa:

Este triplo processo, no âmbito do “terceiro setor”, de precária intervenção estatal, de re-filantropização da “questão social”, acompanhada de uma re-mercantilização desta, desenvolvida pela empresa privada, consolidam-se três modalidades de serviços de qualidades diferentes – o privado/**mercantil**, de boa qualidade; o **estatal**/“gratuito”, precário e o **filantrópico**/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – para duas categorias de cidadãos: os “integrados”/consumidores e os “excluídos”/assistidos.

Para o autor, os serviços estatais, filantrópicos e mercantis constituem o tripé da resposta à “questão social”, pautado em um processo que cumpre tanto uma função ideológica quanto de viabilidade econômica. Isso representa, na prática, o fato das organizações do chamado “terceiro setor” serem ineficientes financeiramente, inviáveis economicamente para atuar e, com base nisso, constroem total dependência de investimentos públicos para seu funcionamento mínimo. Na construção do discurso dessas entidades, essa dependência monetária do poder público é chamada, ideologicamente de “parceria” entre a esfera estatal e a sociedade civil. É o Estado mantendo financeiramente a atuação do “terceiro setor” que Montañó (2002) vê como precária.

O chamado “terceiro setor” é compreendido, no projeto neoliberal, como sendo um meio de resposta à sociedade frente à retirada do Estado das medidas de incidência nas áreas tidas como “sociais”. Para tanto, é preciso compreender como este terreno se transforma num instrumento de funcionalidade em meio às transformações do capital. Montañó (2002, p. 5) aponta o sentido da discussão que envolve o termo *instrumentalização* e esclarece que “ser meio para alcançar as finalidades desejadas significa ser *instrumento* (ou ser instrumentalizado) para tal propósito”. Desta forma, a instrumentalidade conduz à mediação entre metas e objetivos fins, concepções (teleologia) e as condições naturais existentes, que seriam as casualidades apresentadas, e as relações e processos sociais postos. Nesse sentido, para o alcance de um propósito, deve-se ter conhecimento das condições existentes, além das possibilidades e dificuldades, para então se atingir um fim predeterminado.

Por tanto, a instrumentalização é essencial para o entendimento da funcionalidade de algo em relação a sua finalidade, e é nesse sentido que visualizamos o “terceiro setor” como instrumentalização neoliberal que precisa ser compreendido a partir de suas destinações, metas e objetivos, para então compreender a sua aplicação. Na ausência da compreensão dos efeitos seria inviável a clara visão das verdadeiras intenções sociais desse segmento. É a partir dessa compreensão que entenderemos o “para que” e o “como” dos acontecimentos frente a esse terreno, especificamente.

O modo capitalista de produção impõe relações sociais molduradas na acumulação de capital, o que de certa forma, gera mediações sociais de regulação ideológica. De acordo com

Paulo Netto (1992, p. 37), “a sociedade burguesa, firmada em um sistema capitalista, com seu monopólio organizado e regulando o mercado, produz e reproduz os seus agentes sociais particulares”. Estabelece as regras, impõe estruturas, cria instituições, políticas que favorecem suas ideologias dando sustentação aos planos e sua produção e reprodução.

Montaño (2002, p. 5), reafirma o pensamento de Paulo Netto quando se refere ao sistema capitalista de produção como *meio* que transforma “todas as relações sociais” em mecanismo de obtenção de capital e também, de reprodução das relações sociais voltadas a tal fim, ou seja, *instrumentaliza* todas as esferas da vida social para o alcance de suas pretensões, que nada mais é do que a acumulação e ampliação de capital. Assim sendo, uma instituição, sujeito ou objeto, segundo o autor citado, não necessariamente representaria um canal visto como “natural” para alcançar sua finalidade. Seria necessário adaptá-lo, convertê-lo em *meio* adequado, isto é, ser *instrumentalizado*. A exemplo disso, o trabalhador, em sua forma natural, seria convertido em assalariado, forma modificada para alcançar um fim desejado. Desta maneira, o processo produtivo capitalista teria o poder de converter instituições e práticas sociais em instrumentos capazes de contribuir com a reprodução do capital.

Esse capitalismo monopolista, baseado em estratégias neoliberais, busca, especialmente, a *instrumentalização* de uma série de valores, práticas, sujeitos e instâncias no campo da sociedade civil. O “terceiro setor”, por exemplo, segundo Montaño (2002), instrumentaliza valores altruístas de “solidariedade individual” e de “voluntariado”, além das organizações que se articulam em torno desse setor. Nessa perspectiva capitalista neoliberal, existe uma luta por instrumentalizar a sociedade civil e transformá-la em instituições de ordem caridosa, amigável, dócil “sem quaisquer intensões lucrativas” além do bem-estar social. E na visão do autor, esta seria, ainda, politicamente “desestruturada e desmobilizada”.

Esse contexto, apresentado por Carlos Montaño, é o pano de fundo para o debate sobre o “terceiro setor” como força ideológica para a transformação da sociedade civil em *instrumento* para o projeto neoliberal potencializar sua estratégia de reestruturar o capital, especificamente no que diz respeito à reforma da Seguridade Social. Desde modo, na visão de Montaño (2002), a funcionalidade do “terceiro setor” ao projeto neoliberal se fundamenta em torná-lo *instrumento*, *meio* para pontos específicos de atuação.

O primeiro ponto específico a ser destacado faz referência ao fato de justificar e legitimar o andamento do ato de desestruturação da Seguridade Social e, na mesma medida, a *desresponsabilização* do Estado nas questões pertinentes à intervenção social. Desse modo, tende-se a justificar a perda de direitos universais garantidos na Constituição de 1988, bem como a Seguridade Social, representada pela Saúde, Previdência e Assistência, a partir do

chamado “terceiro setor”, que de forma ideológica tem operado. Segundo Montañó (2002, p. 7), na “‘necessidade’ de ‘compensar’, ‘substituir’ ou ‘remediar’” os serviços sociais precários da responsabilidade do Estado. Frente a isso, a população tende a aceitar benevolmente a retirada estatal de suas responsabilidades sociais. Essa desresponsabilização do Estado acaba por ser preenchida por ações desenvolvidas pela sociedade civil, de forças voluntárias, filantrópicas e não governamentais. Esta substituição é percebida ideologicamente, pela população favorecida, como “ganhos” de benefícios solidários por parte da iniciativa privada intitulada “terceiro setor”.

Para Montañó (2002), no *WelfareState*, se as políticas sociais eram úteis ao capital, eram também, simultaneamente, operantes quanto à necessidade por garantias trabalhistas e por direitos sociais universais. Entretanto, o desapego neoliberal dado pela recusa estatal instiga que as conquistas adquiridas deixem de existir em virtude da retirada direta do Estado do segmento social. Desse modo, a atuação do “terceiro setor” vem a calhar, pois se transforma em *instrumento* para encobrir todo esse processo de perda de direitos, e ainda contribuir para sua ampla aceitação popular. É nesse contexto que o chamado “terceiro setor” assume a incumbência de “suavizar” os impactos de uma possível oposição frente às reformas neoliberais.

Na concepção de Petras (1999, p. 46), enquanto os neoliberais articulavam a concessão das rentáveis propriedades estatais ao setor privado, as ONG’s, que assumiram as atribuições outrora de responsabilidade das agências estatais, não faziam parte da resistência dos sindicatos”. Em concordância a isso, as novas entidades do “terceiro setor”, aquelas responsáveis pelas questões dos serviços sociais foram qualificadas como de “caráter público”, garantindo assim a “parceria” financeira com o Estado, porém de atribuição privada. Isto é, atribui responsabilidades públicas da esfera social a organizações privadas da sociedade civil.

A real *desresponsabilização* do Estado quanto à “questão social” deve ser entendida a partir da sua articulação com a autorresponsabilização dos beneficiários carentes e com o desligamento do capital na intervenção social exercida pela sociedade civil, no contexto das políticas neoliberais. Nesse entendimento, não é cabível relacionar o termo “desresponsabilização estatal” com a ausência sumária e em sua totalidade das ações de intervenções na “questão social”. O Estado se afastaria da oferta de atribuições sociais, contudo, permaneceria como financiador e agente promotor do processo ideológico de “transferência” das atribuições sociais para o então “terceiro setor”, ou seja, o Estado ainda seria um importante ator dessa movimentação.

O segundo ponto seria então o de desonerar o capital da responsabilidade de co-financiador das respostas às diferentes situações que englobam a “questão social” mediante políticas públicas. Nessa perspectiva, a atribuição dada ao Estado como o responsável pela resposta à “questão social” deve ser entendida como sendo de responsabilidade de toda a sociedade, em um gesto de “solidariedade sistêmica” entre indivíduos. O Estado seria apenas um instrumento interventor para a sua realização. Essa intervenção à “questão social” seria financiada a partir de investimentos de toda a sociedade de forma involuntária, mediante a capacidade de contribuição de cada um, levando-se em consideração sua renda e seu patrimônio em prol do financiamento à intervenção social estatal.

Essa movimentação em favor da desoneração do capital, quanto às obrigações de financiar as ações de incidências sociais e a transferência das responsabilidades aos seus possíveis usuários, por meio das privatizações ou terceirização de setores de atuação social, não se limita a uma simples retirada parcial do Estado desse terreno, mas passa pela passagem das responsabilidades à sociedade em financiar serviços públicos. É a sociedade de média e baixa renda se colocando como autorresponsável pela solução de suas próprias necessidades. Para Montaña (2002), essa movimentação é vista como uma estratégia de autofinanciamento pelos próprios sujeitos carentes, complementada pela participação voluntária quando for o caso. Nessa configuração, o capital deixa suas obrigações de co-financiador das políticas sociais do Estado, passando de uma “solidariedade sistêmica”, na qual existe as contribuições compulsórias e diferencial, para uma “solidariedade de caráter individualista e voluntariada”. Tal articulação acaba por exonerar o capital de suas obrigações, de sua intervenção na arena social, deixando suas atribuições de responsabilidade social a cargo de “doações” voluntárias, com um discurso de contribuição mediante uma possível concretização cidadã, longe de quaisquer obrigações.

Um terceiro ponto dessa discussão é representado pela busca do projeto neoliberal em despolitizar os conflitos sociais, além de transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”. A busca por dissipar conflitos e mediá-los, trazendo-os para mais perto da esfera estatal, gerou uma relação entre Estado e sociedade de forma *instrumentalizada*, convertida em *meio* para sufocar possíveis lutas sociais, em decorrência das condições de classes, dirigidas contra as idealizações defendidas pelo projeto neoliberal – reforma do Estado, reestruturação produtiva e globalização. Desse modo, são estabelecidas as “parcerias” com o Estado, onde se firmam as articulações envolvendo projetos filantrópicos empresariais na busca de um “equilíbrio social” que “beneficie a população”.

Nota-se que as “parcerias” construídas ao longo desse processo, as quais se estabelecem no terreno da filantropia e do voluntarismo, tendem a ser transformadas em medidas emergenciais e pontuais. São tratadas com caráter de assistencialismo e de forma isolada, sem que haja espaço para constituir direitos ou garantias, uma medida tão somente curativa. Em contrapartida, cria-se uma dependência habitual, nomeada por Montañó (2002) como “dependência crônica do necessitado”, em virtude dos serviços emergenciais prestados pelas entidades da sociedade civil, que de nenhum modo, garanta um serviço permanente e frequente. O que acontece é a crescente oferta de serviços precários e de insuficiência para oportunizar o mínimo de humanidade às necessidades dos seus usuários.

Todo esse serviço “social” baseado em ações voluntárias ou de filantropia por parte das entidades do “terceiro setor” acaba por calar as vozes descontentes que possivelmente se levantariam para questionar sobre a qualidade dos serviços prestados e a ausência do Estado na oferta desses serviços. Para Montañó (2002, p. 9), essas vozes representadas pelo barulho dos “conflitos de classes, das tendências subversivas e transgressoras da ordem, seriam canalizadas por mecanismos institucionais e convertidas em confrontos “dentro” do sistema e não mais “contra” o sistema”. Essa nova configuração de “lutas de classe”, disseminada pela sociedade civil se transformaria e passaria a ser vista como iniciativas de ajuda-mútua. Seria a benevolência exercida em forma de “parceria” entre o empresariado e o Estado.

Enquanto a população se torna dependente da caridade da sociedade civil, o poder público estatal se concentra e torna-se mais forte nas mãos dos neoliberais. Desse modo, o Estado representaria muito mais que uma simples parceria, seria um subsidiador, maior promotor e incentivador da expansão de organizações que compreendam o chamado “terceiro setor”. E para firmar essa parceria, o Estado sistematiza esses acordos por meio legais para o alcance de tal propósito.

O quarto ponto será evidenciado pela estratégia de fortalecer a cultura ideológica do *possibilismo*. Essa imposição ideológica parte da intenção de desmerecer o ideário socialista afirmando que os projetos dessa esfera teriam fracassado em suas obrigações. Foram atribuídos a esses as sequelas da “questão social” que tanto aflige a população. E, em virtude de sua suposta ineficiência, a sociedade estaria sofrendo as consequências por essa inaptidão. Decorrente disso, instaura-se a desesperança, por parte da população, em esperar por serviços estatais que lhes assistam, na medida que as ações do “terceiro setor” lhes têm “assistido”. Ou seja, há um trabalho ideológico de fragilização dos vínculos entre instituições públicas democráticas e sociedade, e, nessa mesma medida, transferirem a sua confiança para aquelas

entidades que compõem a sociedade civil, que oferecem serviços focalizados, individuais e imediatistas.

A imposição do pensamento neoliberal, nesse aspecto, é tão forte que se contrapor a este se tornaria um ato de rebeldia por parte de revoltosos nostálgicos e sem causa, adeptos de “velhas” iniciativas de ampla expansão e que tinha o Estado como centro de todo acontecimento social. (MONTAÑO, 2002). Em tal caso, se dedicar em querer modificar algo “imodificável”, se referindo às reformas estatais e produtivas, ao neoliberalismo e ao processo de “globalização”, se tornaria um ato inútil e sem efeitos. O ideal seria desfazer-se de quaisquer atos que contrariassem a nova “questão social” formulada em princípios neoliberais e dedicar-se a fazer o possível nos limites do permitido pelas “naturais” tendências atuais. A partir dessa imposição cria-se a ideologia do *possibilísimo*, das possibilidades.

O quinto ponto faz referência à redução dos impactos, nesse caso, negativos, em decorrência do aumento do desemprego. Por conseguinte, cabe ao “terceiro setor” minimizar os impactos de modo a ocupar um número elevado de pessoas desempregadas. Laudim (1999) revela que o “terceiro setor” foi responsável pela ocupação de cerca de 1.119.533 pessoas desempregadas no ano de 1995. O Brasil, no ano de 2016, apontava um número elevado de organizações da sociedade civil atuando no campo social, aproximadamente 400 mil organizações, como visto nesse trabalho. O ICE-MA é expressão desse dado numérico, e, assim como as demais, gera algum tipo de ocupação profissional, mesmo que de forma voluntária, recebendo, ao invés de salários, ajuda de custo. Obedecendo ao disposto na Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

As Organizações Não Governamentais (ONG's) e as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP's), que de certa forma compõem o chamado “terceiro setor”, são percebidas muito além de organizações de ajuda social. Elas têm se configurado como agentes de “ajuda-mútua” devido à sua contribuição imprescindível aos seus membros, pois estão sendo fontes de ocupação e renda. Segundo Montaña (2002, p. 10), “seu efeito direto é a diminuição dos impactos do desemprego operado sobretudo na indústria; mais ainda, o encobrimento das reais dimensões desse processo de demissão em cascata”. Mediante a isso, existiria uma maior aceitação e conformidade com os índices de desemprego e uma maior valorização do “terceiro setor”, que de certo modo, colabora na ocupação de pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Nesse contexto, o ICE-MA, em tempos de iniciação de carreira, já teve um quadro de pessoas composto por 13 colaboradores, devidamente

remunerados, porém, de acordo com Darci Júnior, devido à forte recessão econômica que o país enfrentou no ano de 2015, a equipe foi sendo reduzida e, hoje, comporta apenas dois colaboradores adequadamente registrados.

É nítida a relevância do chamado “terceiro setor” como campo de ocupação e geração de renda a trabalhadores desempregados. A pretensão aqui, não seria de desmerecimento desse setor, mas de levantar uma discussão fazendo referência à forma como esse setor tem sido *instrumentalizado* pelo poder do capital com o propósito de apaziguar os desconfortos e insatisfações populares referentes aos índices de desemprego gerados pelo projeto neoliberal. A intenção é minimizar conflitos e inquietações. Entretanto, para Antunes (1999, p. 113), “o ‘Terceiro Setor’ não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital”.

Ademais, o efeito ideológico da “ocupação do tempo livre”, que muitas vezes tem sido provocado pelo processo tecnológico na indústria, ocasiona maiores ociosidades do tempo do trabalhador e que, a partir disso, “sobra-se” tempo para ser ocupado em ações voluntárias em proveito de uma comunidade ou um nicho social específico. Nesse sentido, atuar no campo do voluntariado, deixa a “ilusão” de amenizar o desconforto pela não absorção pelo mercado de trabalho e faz a sensação de desemprego se tornar, ideologicamente, em “tempo livre, ocioso”.

Por fim, o sexto ponto equivale-se às estratégias de banalização da “questão social” e à atribuição de autoresponsabilidade por parte de seus sujeitos quanto às respostas às suas sequelas. A partir da *instrumentalização* do “terceiro setor” como estratégia neoliberal, as respostas às sequelas da “questão social” deixam de ser uma função do Estado em garantir direitos universais e passam a ser atribuídas às entidades que compõem a sociedade civil e que atuam de forma localizada e de *autoresponsabilidade* dos sujeitos portadores de carências. É uma transferência de funções do Estado (sistema de solidariedade universal) para o chamado “terceiro setor” (solidariedade individual e focalizada).

O que era de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser de (auto)responsabilidade dos próprios sujeitos afetados pela “questão social”; o que era sustentado pelo princípio da solidariedade universal passa a ser sustentado pela solidariedade individual, micro; o que era desenvolvido pelo aparelho do Estado passa agora a ser implementado no espaço local, o que era constitutivo de direito passa a ser atividade voluntária, fortuita, concessão, filantropia. (MONTAÑO, 2002, p. 11).

Em todo esse processo de concessão de atribuições, característico da instrumentalização do “terceiro setor” na proposta neoliberal, apontado pelo autor supracitado, deixa de ser responsabilidade sumária do Estado e passa a ser de autoresponsabilidade dos usuários dos serviços pertinentes a esse terreno (voluntarismo, filantropia). Desse modo, as respostas à “questão social” deixam de ser de responsabilidade de todos, mediada financeiramente pelo Estado e um direito do cidadão, passando a uma articulação voluntária que ajuda o próximo e um *não-direito* do cidadão.

Para compreender esse processo, segundo Montañó (2002), é preciso entender dois pontos centrais, o primeiro seria a incitação de uma imagem elucidada de construção de uma suposta cidadania e democracia, porém desconsiderando os fatores que implicam na efetiva concretização dos termos. O segundo seria a incitação ideológica de uma imagem de transferência de funções da esfera estatal, representada por ser naturalmente burocrática, ineficiente, corrupta, para um setor, visto pelos neoliberais como ágil, eficiente, democrático e com alta aceitação popular. Nesse último quesito, seria uma sociedade civil convertida em “terceiro setor”, o que configura a *desresponsabilização* estatal das respostas às sequelas da “questão social”.

A finalidade dos neoliberais em retirar o Estado da responsabilidade na mediação da “questão social” e possibilitar terreno para atuação do “terceiro setor” não seria propriamente por incidência econômica e tampouco pela eficiência desse setor, mas por motivos *político-ideológicos*, que segundo Montañó (2002, p. 12), pode ser caracterizado por:

(...) retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Para ao autor, o “terceiro setor”, como *meio* ou *instrumento* do projeto neoliberal, assume a incumbência de justificar e legitimar o processo de pulverização da Seguridade Social estatal, além de desconfigurar as lutas sociais contra a reforma do Estado em parceria com o mesmo. Desse modo, não só reduziria os impactos negativos em decorrência do aumento dos índices de desemprego, como tornaria as respostas à “questão social” como uma prática rotineira, diária. Tudo isso no intuito de abafar as possíveis contrarreações de classe. Nesse sentido, redimensionaria as manifestações populares para atividades previamente conchavadas entre Estado e o empresariado, o resultado disso seria a minimização do

enfrentamento ao projeto neoliberal e a maior aceitação das iniciativas do chamado “terceiro setor” por parte da população.

2.2- Sociedade civil, participação e cidadania: projeto neoliberal e disputa por significados

A busca pela aceitação do modelo político neoliberal tem sido alvo de frequentes debates e tornou-se um campo propício para uma discussão cujos fundamentos são representados por termos de ordem, como: “sociedade civil”, “participação” e “cidadania”. Esses termos têm sido, assim como o chamado “terceiro setor”, instrumentalizados para representar a “positividade” da abrangência das medidas defendidas por esse modelo.

Há uma pretensão imposta pelos neoliberais em ressignificar termos de forma que a sociedade absorva os novos significados e os associe como algo positivo e benéfico para toda a população. Dagnino (2004) classifica essa busca pela ressignificação de termos como “crise discursiva” pois se trata da conquista de espaço, a partir de uma disputa simbólica de novos significados no intuito de alienação popular, na pretensão de demonstrar as ações da sociedade civil como algo benevolente e inquestionável.

A “crise” gerada pela busca de ressignificação resultou em uma dualidade de conceitos que desentoe de suas finalidades. De um lado o *projeto neoliberal*, que desde a década de 1990 vem ganhando força no Brasil como proposta política e, do outro, o anseio por um *projeto democratizante* que contrariaria os regimes autoritários impostos pelo regime militar no Brasil. Na concepção de Dagnino (2004), tal convergência existente entre o *projeto neoliberal* e o *processo democratizante* é perceptível no país, e é sumariamente marcada por uma disputa político-cultural e pela desconfiguração de significados que se instala ao redor de três termos: *sociedade civil*, *participação* e *cidadania*. Desse modo, o firmamento democrático da política brasileira deveria ser entendido da seguinte maneira: “O processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos, ligados a dois projetos políticos distintos”. (DAGNINO, 2004, p. 141).

É imprescindível entender que essa “confluência perversa”, mencionada pela autora, diz respeito a uma junção de ideais aparentemente antagônicas em seus significados, mas que têm buscado, por meio de uma ressignificação, unir pensamentos opostos em noções convergentes. Neste sentido, estamos nos referindo a um *projeto neoliberal* e a um *projeto democratizante*, em que cada um tem seus princípios básicos sobre os quais se articula uma variedade de subprojetos.

A Constituição Federal de 1988 tem sido a referência inicial formalizada que estabeleceu o princípio da participação da sociedade civil. Os empreendimentos de cunho

social, que compunham esse terreno, compartilhavam de ideais democratizantes e participativos, desde os anos 1980, sob crescente expansão do campo *cidadania e democracia*. E como dito anteriormente, em resposta ao regime militar, havia luta política que buscava maior participação da sociedade, baseada em cidadania. Nesse aspecto, os movimentos sociais e suas lutas desempenharam um papel fundamental de participação frente à causa social.

Para melhor compreensão desse percurso democratizante é indispensável perceber dois momentos que pontuam essa trajetória e que são apontados por Dagnino (2004) como essenciais ao entendimento desse momento histórico. O primeiro marco seria o restabelecimento da democracia formal, mediante o retorno ao voto livre nas eleições e a reestruturação política partidária. Essas mudanças auxiliaram o projeto participativo da sociedade civil a ser conduzido ao âmbito do poder do Estado, em suas três esferas de atuação – municipal, estadual e federal.

O segundo marco, como reflexo do primeiro, se reporta ao mesmo período de tempo, assim sendo, o distanciamento que havia entre sociedade civil e o Estado, nas décadas anteriores, dá espaço a uma intensificação da participação política e da interação entre essas duas dimensões. Essa aposta visaria tornar a sociedade civil como base central dos projetos sociais, ou mesmo de forma implícita ao próprio esforço de constituir possibilidades que permitissem a aproximação, mediante diálogos, do Estado e da população. Como exemplo dessas possibilidades podemos apontar a criação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos legalmente, e o mais comum deles, os Orçamentos Participativos, que historicamente se fez presente em várias administrações públicas pelo país.

Existe uma emergência por parte do Estado, desde o governo de Fernando Collor de Mello, na implementação de um projeto neoliberal que estimula o Estado a se isentar de suas obrigações de garantidor de direitos, retirando-se do campo da responsabilidade social e, na mesma medida, transferindo suas responsabilidades para a sociedade civil. Essa estratégia constitui o centro do processo de adequação social ao modelo neoliberal estabelecido durante o Consenso de Washington¹².

Para Dagnino (2004, p. 142), “a perversidade entre o projeto neoliberal e o democratizante estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”. Nesse

¹² Conjunto de dez medidas econômicas, de caráter liberal, que tinha como finalidade acelerar o desenvolvimento de alguns países. O Consenso de Washington reúne o pensamento econômico e político acordado durante o evento realizado em Washington no ano de 1989. Essas medidas, hoje, condizem com a base das medidas econômicas do projeto neoliberal. (BRESEER-PEREIRA, 1998).

sentindo, o objetivo comum entre esses projetos, em tornar a sociedade civil mais atuante na esfera pública é perceptível. Existe uma “perversidade” trabalhada cuidadosamente através da utilização de referências comuns de termos que dificultam as reais intenções de significados, tornando-as mais familiares e sedutores aos olhos da sociedade e dos próprios atores da sociedade civil envolvidos no processo.

O conflito existente entre o *projeto neoliberal* e o *projeto democratizante* seria caracterizado pela disputa de significados de termos aparentemente comuns, tais como: *sociedade civil*, *participação* e *cidadania*. O uso desses termos que, supostamente é simples, abriga uma complexidade que gera definições distintas e, a partir dessa complexidade, instaura-se uma batalha de compreensão de significação que na concepção de Dagnino (2004, p. 142-143) é chamada de “crise discursiva”, isto é, “a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos”. Nessa acepção, segundo a autora, a “perversidade” além da busca por uma sociedade civil mais ativa e propositiva, também se pode pensar o termo como “a um fenômeno cujas consequências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderia esperar”.

A partir da nebulosidade de significados, do antagonismo dos projetos, que almejam uma finalidade única, de elevação e valorização da sociedade civil, ainda será necessário superar alguns dilemas em prol do avanço democrático no país. De acordo com Dagnino (2004, p. 144), é preciso acabar com as análises simplistas e unidirecionais. É fundamental também estabelecer uma definição que esclareça, mais adequadamente, a compreensão de “projetos políticos¹³”, a começar por uma abordagem teórica e, logo mais, ao nível empírico, baseada na investigação e análises dos projetos que estão em disputa. Além disso, é indispensável acabar com a ideia de que o Estado é um vilão, ou como expressa a autora: “encarnação do mal”, do mesmo modo que a sociedade civil é vista como um “espaço de virtudes democratizantes”. Essa abordagem de definição simplória que envolve Estado e sociedade civil, em nada ajudaria a compreender o processo complexo que envolve a questão democrática, quer dizer, essa generalização prejudicaria, com suas formas simplistas, o entendimento de que a sociedade é atravessada por conflitos e relações de poder, algo fundamental para a real compreensão da questão democrática.

¹³Dagnino (2004, p. 144) utiliza a expressão “Projetos políticos” “num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos”.

Na concepção de Dagnino (2004, p. 145), a saída para a superação desse estigma seria compreender a abrangência do termo *projetos políticos*. Como consequência, haveria uma chance de desmistificar as ideias de ineficiência do Estado e de extrema eficiência da sociedade civil. Deste modo, a autora afirma que: “A noção de projetos políticos pode contribuir para superar essa visão homogeneizadora tanto do Estado quanto da sociedade civil e o reconhecimento da sua diversidade interna, como base para repensar as suas relações”.

No que compreende todo esse processo de ressignificação de termos centrais – *sociedade civil*, *participação* e *cidadania* –, Dagnino (2004) afirma que a escolha por esses termos se justifica por serem elementos centrais dentro dos descolamentos de sentidos que os dois projetos promovem. É uma linguagem muito próxima, porém com significados distintos, mas que mantém entre si uma estreita relação. Como exemplificação, a autora destaca o termo *sociedade civil*, sendo um daqueles que mais se visualiza a mudança de significado produzido na égide neoliberal. O termo *sociedade civil*, segundo Alvarez (1999, *apud* Dagnino, 2004), tem se deslocado “perigosamente” à “expressão “ONG”, de modo que o perigo está na chamada “onguização” dos movimentos que lutam pela causa social. “O predomínio maciço das ONG’s expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados”. (DAGNINO, 2004, p. 150).

Inerente a esse processo de deslocamento de significados, a noção de *participação*, que é constituída como uma referência importante desse projeto político passa pelas mesmas mudanças de significação a que o termo *sociedade civil* foi sujeito, em virtude da imposição da chamada “participação solidária” e pela ênfase à participação da sociedade, especialmente de empresas em ações voluntárias e de responsabilidade social. Para Telles (2001), o fundamento desse deslocamento de significado de participação pode ser evidenciado pela adoção de uma perspectiva privatista e individualista, que seria capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da *participação social*. Desta forma, para a autora, a concepção de “solidariedade”, carro-chefe dessa participação redefinida, é desvinculada de seu real significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral.

O deslocamento do termo *participativo* para um significado mais pontual, acaba por pressionar a mudança de sentido do termo *projeto participativo*, despolitizando-o. Desta maneira, os espaços abertos à participação da sociedade civil nos debates para formulação de políticas públicas se restringem a meros cumprimentos legais de participação social, os quais serão, na oportunidade, apresentadas à população as implementações e a execução de políticas públicas. O intuito é destacar que o setor privado está oferecendo serviços públicos, antes

considerados como atribuições do Estado, do que necessariamente trocar ideias com a população para possíveis tomadas de decisões com o objeto de formulação e implementação dessas políticas.

Dagnino (2004) elucida o que a denominação de “organizações sociais”, termo utilizado na Reforma Administrativa do Estado, que designava a participação da sociedade civil nas implementações de políticas públicas, é reduzida e claramente excluída do processo de decisão para elaboração de medidas públicas. A função de “participação efetiva” na tomada de decisão seria restrita a um “núcleo estratégico” do Estado. Nesse sentido, a ressignificação do termo *participação* é deslocada restritamente para o terreno da gestão privada, aplicando-se a ênfase gerencialista que percorre o terreno da administração privada para o terreno da administração pública. Essa mudança de significado se contrapõe ao entendimento propriamente político da participação, aquela concebida no interior do projeto participativo, a qual se caracteriza pela partilha do poder entre Estado e a sociedade civil.

Por fim, o termo cidadania compreende o caso mais “dramático” nesse processo de deslocamento de significados. Isso porque, segundo Dagnino (2004, p. 153), “foi precisamente por meio dessa noção que o projeto participativo obteve seus maiores ganhos culturais e políticos”. Considerando que ao se reformular de forma inovadora seus conteúdos, conseguiu o mérito de adentrar no cenário político e cultural da sociedade brasileira, e a partir daí, conseguimos entender o significado dramático assumido pelo termo cidadania no projeto neoliberal.

De início, quero me reportar a Thomas Marshall, autor que aparece ao longo do século XX como referência importante na literatura acadêmica que toca discussões sobre cidadania e que desenvolveu um estudo relacionando cidadania a uma definição de status social. Para ele, “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade¹⁴.” (MARSHALL, 1967, p. 76). Nesse sentido, os que possuem tal status, seriam iguais e teriam direitos e obrigações pertinentes ao título de cidadão. Para Marshall (1967), entretanto, a própria sociedade fez questão de estabelecer a imagem de uma “cidadania ideal”, capaz de medir seu sucesso e de designar sua aceitação. (MARSHALL, 1967).

No processo brasileiro, para Dagnino (2004), a então chamada “nova cidadania” ou “cidadania ampliada” começou a ser articulada a partir das mobilizações de movimentos sociais que, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, se estabeleciam no

14 A noção de comunidade, nesse contexto, foi empregada fazendo referência a um agrupamento populacional que está de algum modo ligado por interesses comuns. Não tenho a pretensão aqui em entrar no mérito conceitual do termo, mas de esclarecer a forma superficial e estigmatizada que a expressão assume nesse contexto.

cenário brasileiro em prol de reivindicação de melhoria na qualidade de vida urbana, principalmente no que compreendia as questões de moradia, transporte, saúde, educação, além de questões essenciais como o fornecimento de água e luz, além de uma discussão que envolvia temas delicados como: gênero, raça, etnia, dentre outros aspectos que se fizeram necessários ao debate.

Tendo sua origem na luta por direitos civis, políticos e humanos, em meio a um regime político ditatorial militar, os movimentos sociais almejavam maior espaço para atuarem na luta pela construção de uma política democrática e de transformação social, criando vínculos estreitos entre cultura e política. Para Dagnino (2004), era uma luta que buscava incorporar características sociais contemporâneas, como, por exemplo, a valorização das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais e de seus respectivos direitos como pessoa.

Essa luta pela transformação social e por políticas democráticas buscavam ampliar do terreno para atuarem no espaço da política. De acordo com a autora, essas pretensões interfeririam diretamente para a transformação cultural e para a construção da democracia. Consequentemente, a chamada “nova cidadania” se constitui de representações que se contrapõem ao autoritarismo social em prol de uma maior representação democrática.

(...) a nova cidadania interpela construções culturais, como as subjacentes ao autoritarismo social, como alvos políticos fundamentais da democratização. Assim, a redefinição da noção de cidadania, formulada pelos movimentos sociais, expressa não somente uma estratégia política, mas também uma política cultural. (DAGNINO, 2004, p. 153).

Os movimentos sociais em sua luta pela cidadania reformulam o pensamento e o termo passa a assumir uma vertente de significado não só pelo olhar político, característico de um regime, mas, além disso, por um caráter mais participativo e cultural. Nessa perspectiva, o termo cidadania sai do confinamento de relações existentes dentro do Estado ou mesmo entre Estado e indivíduo, e passa então a ser estabelecido no interior da própria sociedade, contextualizadas as reais necessidades sociais. Conforme Dagnino (2004, p. 154), “A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade”, ou seja, vai muito além da incorporação no sistema político, alcançando um formato mais igualitário de relações sociais, novas regras de convívio social, desde um gerenciamento de conflito a uma questão de ordem e responsabilidade pública. Para Telles (1994) esse novo formato de cidadania, o qual implica em maior igualdade de relações sociais, é o reconhecimento do outro como ser portador de interesses e de direitos e forma legítima.

A então concepção de cidadania, propagada pelos movimentos sociais na década de 1980, rendeu consideráveis mudanças institucionais, especificamente, as garantias contidas na Constituição de 1988. Em virtude dessa propagação, ao contrário de outros países do continente, no Brasil o termo *cidadania* não se restringiu a tão somente designar o conjunto da população “cidadã”, mas em representar uma gama de “significados” e “subjektividades” políticas. “É esse significado político, no seu potencial transformador, que passa a ser alvo das concepções neoliberais de cidadania”. (DAGNINO, 2004, p. 155).

O deslocamento do termo *cidadania*, nos moldes neoliberais, repousa sobre alguns procedimentos, que, de certo modo, tanto resgata uma concepção liberal tradicional do termo quanto traz elementos sociais novos e contemporâneos. De inovador, é reproduzido o significado coletivo do termo, já que anteriormente o termo era empregado, na visão dos movimentos sociais, de forma individualizada. De tradicional, temos a conexão criada entre cidadania e mercado. Neste aspecto, ser cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, seja como consumidor ou como produtor. Passa a existir, a partir de então, a necessidade da imposição de uma relação comercial como um princípio inerente a esse processo.

Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto no qual o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. (DAGNINO, 2004, p. 155).

O Estado mais uma vez se retiraria do mérito em garantir suporte nas dinâmicas do mundo do trabalho ou demais serviços sociais oferecidos à população, deixando a encargo do mercado essa responsabilidade. A ele caberia abrir terreno para a implementação de empreendimentos comerciais e facilitar os trâmites de financiamento para instalação empresarial. Por conseguinte, há um deslocamento de significados, no qual ser cidadão está estreitamente relacionado à participação individual nas relações de mercado, no que compreende geração de renda, empregabilidade, ou ainda, mera ocupação tempo.

Com o impacto desse deslocamento de significados são concretizadas as perdas de direitos trabalhistas, já que nesse modelo os acordos de negociação entre empregado e patrão estariam livres de direitos. Além da “flexibilização” do trabalho, seja de carga horária, seja de questões salariais, inclui-se também as perdas sociais garantidas em lei, sendo justificadas pela lógica de que essas garantias sociais constituem barreiras para o livre funcionamento das

relações de mercado, o que impediria o desenvolvimento comercial e restringiria a modernização do comércio e da indústria.

A transferência de funções do Estado para o mercado e a ressignificação do termo *cidadania* coloca o cidadão portador de direitos como risco ao desenvolvimento do país. Passam a ser vistos como inimigos das reformas que foram traçadas para encolher as responsabilidades do Estado e ampliar as relações comerciais. Na visão de Telles (2001), este cenário registra uma inversão peculiar, que consiste na diluição de direitos conquistados, que outrora eram vistos como símbolo da modernidade, e que passam agora a ser símbolo do “atraso”, pois impedem o avanço e a potencialidade modernizante do mercado.

É o cenário das “classes inacabadas” que se constituem nesse imenso e hoje crescente mercado informal. A novidade dos tempos atuais é que essa figura clássica de nosso “atraso” foi metamorfoseada em símbolo de nossa modernidade e referência pela qual transformar direitos consagrados em privilégios que nos atam aos anacronismos de tempos passados. (TELLES, 2001, p. 15).

A inversão do termo *cidadania* passa a ser associada às dinâmicas das relações de mercado. Há uma supervalorização dessas relações a ponto de se transformarem em sinônimo de modernidade. Em contrapartida, se prender a direitos e garantias adquiridas ao longo do tempo tornou-se uma expressão de atraso. Ou seja, no campo neoliberal o termo *cidadania*, assumido como legítimo, expõe concepções no viés de mercado como instância alternativa ao ser cidadão de viés progressista. Conforme Dagnino (2004, p. 156), esse deslocamento seria, na medida em que ele se torna a encarnação das virtudes modernas, “o único caminho para o sonho latino-americano de inclusão no Primeiro Mundo”.

A importância do deslocamento de significados para o *projeto neoliberal* é primordial, a exemplo disso, a ressignificação que a noção de cidadania foi submetida teve uma mudança dramática, pois toda a ideia de cidadania passa a ser pontuada no campo da gestão. Até mesmo a mais severa das preocupações sociais brasileira, que é a pobreza, tem sido tratada pelas estratégias de gerenciamento e rentabilidade. É um caminho contrário àquele que os movimentos sociais lutavam durante o final das décadas de 1980 e início dos anos 1990, em que a questão social e a pobreza eram vistas intrinsecamente na construção do termo *cidadania*, vinculadas , ainda, à questão de igualdade de direitos, além da abertura de

participação social, por exemplo, com a criação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA)¹⁵.

O *projeto neoliberal* impõe uma nova forma de gestão das questões sociais, voltada ao processo de gerenciamento, vinculando relações de mercado e transformando direitos e garantias coletivas em ações de caridade localizadas. De certo modo, os projetos desenvolvidos pelo ICE-MA, atualmente, não estão propriamente firmados no aspecto da “caridade”, e isso é justificado na fala do presidente deliberativo do Instituto, ao que ele afirma por não caracterizar a finalidade atual da ICE-MA. A prioridade é construir parcerias com empresários, a partir da disseminação da prática da RSE. E, quanto aos projetos gerenciados pelo ICE-MA, é sempre a de formação da personalidade humana no sentido de gerar “desenvolvimento” aos seus participantes.

Com o entendimento *da cidadania* nos preceitos do *projeto neoliberal*, como algo ligado à responsabilidade moral privada, cria-se mais um espaço para atuação da sociedade civil. A população é convidada a aderir ao trabalho voluntário e, segundo Dagnino (2004, p. 157), este tem se tornado “o *hobby* favorito da classe média brasileira, quando não mais uma alternativa terapêutica para aflições individuais”. A autora ressalta que existe um apelo emocional, afetivo, que é repassado à população por meio dos veículos de comunicação, convidando as pessoas a doarem não apenas dinheiro, mas também seu tempo em prol dos serviços de caridade, e em seu discurso é ressaltado que essa prática, vista como valorosa e caridosa, é de fato cidadania.

O novo significado de *cidadania*, estabelecido mediante o “terceiro setor”, tem dominado o cenário empresarial e gerado inúmeras contradições, já que numa perspectiva encontra-se a prática de caridade e assistencialismo por parte das empresas, contudo, ao mesmo tempo, há a busca pela lucratividade, por intermédio de um *marketing* que expõe as preocupações com as questões sociais dessas mesmas empresas, baseada na chamada “responsabilidade social”. Essa prática tem tomado dimensões gigantescas no Brasil e tem constituído o novo perfil de cidadania no país. A exemplo desse novo perfil podemos pensar no próprio ICE-MA que já no seu nome faz referência a uma cidadania moldada em caráter empresarial e que traz como proposta o exercício da cidadania vinculada a entrada do indivíduo no mercado de trabalho. Ou ainda, de acordo com Paoli (2003), esse novo contorno de cidadania, construído nos moldes neoliberais, está baseado no discurso marcado pela

¹⁵ De acordo com Dagnino (2004, p. 156), “O Conselho de Segurança Alimentar, que afirmava a alimentação como um direito, foi dissolvido nos primeiros dias do governo de Fernando Henrique Cardoso e substituído pelo Conselho da Comunidade Solidária.

ausência de direitos universais, bem como de quaisquer debates sobre as questões de pobreza e desigualdade social.

Segundo Dagnino (2004), uma das consequências do processo de resignificação seria o deslocamento de algumas questões que passam a ser tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica. A exemplo dessas questões, a autora aponta a pobreza e a desigualdade, que estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, além da justiça, da igualdade e da cidadania. Nesse aspecto, podemos pensar que a própria mudança de sentido do termo *sociedade civil* para *terceiro setor* demonstraria as intenções de retirar a *cidadania* do terreno da política, das mãos do Estado e transferi-la para a esfera privada. É no processo de formulação das políticas sociais, fazendo referência à pobreza e à desigualdade que se visualiza mais nitidamente o avanço das estratégias neoliberais no campo da cidadania.

Com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada. (DAGNINO, 2004, p. 158).

Segundo a autora, o modelo neoliberal, por meio da elaboração de políticas sociais, tem criado espaços para a sociedade civil desenvolver atividades de cunho social, levando à população serviços assistenciais que, de forma emergencial, tem suprido necessidades pontuais de certos grupos de indivíduos. A questão a ser levantada nesse cenário é que geralmente essa assistência tem sido imposta não como direitos garantidos, mas como ajuda a seres humanos “carentes” por meio de ações voluntárias baseadas em um discurso, por parte das próprias instituições da sociedade civil, de que exista uma escassez de recursos públicos destinados as políticas sociais e, além disso, tratar as questões de pobreza e desigualdade social deve ser prioridade, emergencial, focada e objetiva, embora momentânea.

A sociedade civil é convocada, em nome de uma certa “cidadania”, a atender as necessidades de uma parcela da população que se encontra desvalida, desde que haja uma subordinação nessas estratégias, em que os direitos universais estejam se rendendo a meros serviços prestados sem garantias e obrigações, e a distribuição desses serviços e benefícios sociais sejam executados com “aleatoriedade na base da boa vontade ou competência dessas mesmas organizações”. (TELLES, 2001, p. 14). Desse modo, a oferta de serviços e benefícios sociais vai assumindo e ocupando o lugar dos direitos e da cidadania, eliminando não só a

demanda de direitos, mas também obstando a própria formulação dos direitos e da cidadania, e a enunciação da questão pública. Exemplo disso é o Observatório Social de São Luís, que faz parte das ações do ICE-MA, e que por muito tempo forneceu relatórios da dinâmica social para o poder público executivo municipal. O objetivo, segundo Darci Júnior, era mapear as situações de fragilidade social, como pobreza, violência, saneamento, entre outros pontos, no intuito do poder público atuar diretamente na situação. Ou ainda, fazer parcerias com a iniciativa privada para que essa possa atuar nesses casos.

Para Dagnino (2004, p. 159), quando direitos são transformados em serviços de “caridade” e a noção de cidadania é convertida em “solidariedade”, “a eficácia simbólica dos direitos na construção de uma sociedade igualitária e democrática se perde, reforçando ainda mais um já poderoso privatismo como a orientação dominante no conjunto das relações sociais”. Essa seria então a nítida manifestação neoliberal, a qual esse projeto operaria não apenas como uma abordagem de Estado mínimo, no que se restringe a alocação de recursos para as políticas sociais de redução da pobreza e de desigualdade, mas atuando também com uma abordagem minimalista tanto da política como da democracia, isso porque restringe não apenas a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de atuação. É preciso registrar que, ao realizar esse esvaziamento do terreno conflitivo da política, o projeto neoliberal faz política. Como esclarece Oliveira, (2007, p. 15):

Política no sentido de Rancière é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui em dissenso. Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe minimamente uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito.

Todo esse recuo por parte do Estado no que compreende suas responsabilidades sociais reflete no encolhimento do espaço da política e também da democracia, pois no contexto neoliberal, ambas são limitadas ao mínimo necessário. Como visto, esse Estado mínimo no campo dos investimentos chamados “sociais” e máximo na tentativa de oferecer condições para a exploração mercantil, é seletivo e aleatório, e suas consequências são nítidas quanto à exclusão daqueles que se contrapõem ao avanço do *projeto neoliberal*, a exemplo temos as lutas dos movimentos sociais. Por outro lado, foi assim que o projeto participativo e democratizante se estruturou para bater de frente e combater essas conspecções mínimas, reducionistas da política e da democracia. Desse modo, se o *projeto neoliberal* e o *projeto democratizante* se configuram como antagonicos, não existe uma confluência entre ambos.

2.3- Projeto neoliberal e mundo do trabalho

Conforme apresentado na secção anterior, a representatividade do termo *cidadania* no projeto neoliberal tem se constituído em meio às relações que envolvem as dinâmicas de mercado de forma gerencialista e individual. Por esse ângulo, a ideologia neoliberal e suas implicações são construídas no processo de exaltação mercantil.

A ideologia neoliberal, apontada por BoitoJúnior (1999) como uma abordagem contemporânea, é vista como um típico liberalismo econômico que eleva o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial; assim há a diminuição da atuação do Estado na economia. Para o autor, o liberalismo econômico se distingue do liberalismo político, pois este tem uma contribuição maior no interesse dos direitos individuais do cidadão e numa postura política voltada ao exercício de tais direitos. A ideia central existente no pensamento neoliberal baseia-se no discurso da valorização e defesa do mercado.

A postura neoliberal contemporânea de ultravalorização das práticas mercantis se contrapõe ao projeto democratizante, já que não proporciona abertura política democrática. Para BoitoJúnior (1999, p. 24), esta tem sido a grande questão problema do projeto neoliberal: a ausência da democracia e da participação cidadã. A orientação neoliberal permite que o ato democrático seja entendido no viés do mercado, a partir de um discurso que propaga a relação de cidadania baseada em uma postura econômica, inclusive, acima do poder do Estado.

Essa ideologia neoliberal de exaltação do mercado se expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica, em primeiro lugar, já que o livre jogo de oferta e da procura e do sistema de preços a ele ligado permitiram uma alocação ótima dos recursos disponíveis ao indicar as necessidades individuais e punir as empresas ineficazes. Essa alocação otimizada de recursos na produção faria crescer a riqueza geral. Superioridade política e moral, em segundo lugar, já que a soberania do consumidor, inerente a um ambiente de concorrência, permitiria ao desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 25).

Não obstante, o projeto neoliberal coloca as relações de mercado acima das relações de Estado e nisso se justificaria o recuo estatal de setores que envolvem a atuação social democrática e de participação cidadã. Porém, o cidadão teria a oportunidade de exercer sua suposta “cidadania” mediante a livre concorrência de mercado e, ainda, através da liberdade de escolha de estabelecimentos para construção de suas relações comerciais. Tal ato seria a representação sumária do acesso democrático ao projeto neoliberal. Desta forma, a liberdade que o cidadão possuiria estaria vinculada ao poder de escolha de o quê comprar e onde

comprar, diretriz típica do liberalismo econômico. A liberdade da decisão de consumo e a liberdade de participação política seriam a elucidação do desenvolvimento moral e intelectual exercida pelos cidadãos, tendo em vista a oportunidade de optar por preços e ofertas que melhor lhes apresentassem.

O caráter impopular e antidemocrático do projeto neoliberal foi ganhando espaço na política brasileira ao longo dos anos 1990, como já apontado nesse trabalho. Contudo, a questão que se apresenta faz referência à política neoliberal e suas implicações no âmbito do trabalho que, por sua vez, têm sido contrárias aos interesses da classe trabalhadora, afirma BoitoJúnior (1999). Por consequência desta política, o autor aponta três questões centrais que caracterizam as implicações da política neoliberal para a questão do trabalho no Brasil.

Num primeiro momento é apontado a questão da *redução do emprego e do salário*. O aumento no desemprego durante as décadas de 1980 a 1990 tem sido motivo de polêmicas, logo é preciso examinar criteriosamente os pontos que têm colaborado para a evolução do desemprego durante este recorte temporal. De acordo com BoitoJúnior (1999), muitos observadores têm apontado a evolução da tecnologia na indústria, na agricultura e no setor de serviços como o único vilão causador do desemprego. Se pensarmos dessa forma, podemos entender que o desemprego é consequência natural do “progresso tecnológico” e isentaria a política neoliberal da culpa do aumento do desemprego.

É inegável que a modernização colabora para o aumento do desemprego, principalmente no que concerne a utilização de maquinários importados em substituição da mão de obra humana, contudo, essa não pode ser apontada como a principal causa do desemprego no Brasil. Prova disso é que nos “Estado Unidos, Japão e Coreia que são economias que conhecem um processo muito mais amplo que o brasileiro de modernização tecnológica e que apresentam taxas de desemprego muito menores que a do Brasil”. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 87).

A exemplo do caso brasileiro, o autor mostra que entre os anos de 1992 a 1997, o setor bancário extinguiu cerca de 500 mil postos de emprego. Essa redução resulta diretamente a concentração e do aumento da produtividade do trabalho. Para BoitoJúnior (1999), a elevação da produtividade não está diretamente ligada à modernização tecnológica, mas em grande medida, às novas formas de organização do trabalho nas empresas e fusões. Por conseguinte, o autor destaca que essa característica é pontual nas grandes empresas monopolistas, que segundo Antunes (2011) tem sido um fator colaborativo para a chamada “crise do capital”. Em virtude disso, é preciso estabelecer critérios de fusões e redução de gastos, gerando assim

o desemprego em grande quantidade, principalmente no que compreende grandes empresas. Diminui-se o número de funcionários, porém aumenta-se a lucratividade.

Para aquelas unidades produtivas e de serviços que não sofreram ainda o processo de modificações tecnológicas, a taxa do aumento do desemprego é condicionada às medidas de políticas econômicas. Segundo BoitoJúnior (1999, p. 88), “a taxa de desemprego no Brasil atingiu o patamar superior a 10%”, no qual permaneceu até o final da década de 1990, “isso em virtude do resultado direto da política econômica recessiva do governo Collor”. Antunes (1999) complementa que a partir da década de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, esse processo se intensifica em decorrência da implementação de elementos que configuram a política econômica neoliberal.

Há outros aspectos da política neoliberal que se apresentam como causadores do aumento do desemprego. BoitoJúnior (1999, p. 88) aponta como causa “a redução dos gastos e dos investimentos governamentais na área social”. Essa medida, segundo o autor, estagnou a criação de empregos no setor público. Para Antunes (2006, p. 32), “a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado” seria um dos fatores para o aumento do desemprego.

Outro fator importante seria a política de privatização, característica dos governos neoliberais, que diretamente fechou vários postos de emprego. Somente nas empresas privadas foram mais de 90 mil empregos extintos. Diversas medidas adotadas, tais como a extinção de postos de trabalhos ilegais retiram milhares de adultos do mercado de trabalho, e as mudanças do valor real das pensões e aposentadorias fizeram os idosos voltarem para o mercado de trabalho, ocupando, assim, funções que poderiam ser ocupadas por outras pessoas que se encontram desempregadas.

Um dado importante a ser destacado é que entre os anos de 1990 a 1993, período que compreende os primeiros anos do governo de Fernando Collor, a taxa de desemprego aumenta. Com a mudança da política recessiva do governo Collor para uma política de crescimento moderado nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso é que o Brasil começa a diminuir o índice de desemprego, passando de 39,4 para 40,7 milhões de empregados entre os anos de 1993 a 1995. (BOITO JÚNIOR, 1999).

No que concerne ao aumento do desemprego, o autor faz uma comparação entre a taxa média anual do desemprego, antes dos governos neoliberais, com os mesmos indicadores para a década de 1990, período da política neoliberal no Brasil. Desse modo, são evidenciados os seguintes dados comparativos, no que compreende a cidade de São Paulo:

Temos dados para a Grande São Paulo, no período que vai de 1985 a 1995. A taxa média de desemprego total entre os anos de 1985 e 1989 foi de 9,8%. Essa taxa média subiu para 13,2% no período de 1990 a 1995. Transformadas em números absolutos, essas taxas representaram uma média anual de 664 mil pessoas desempregadas na Grande São Paulo para os anos de 1985-1989 e de 1,02 milhões para os anos do neoliberalismo – 1990 a 1995. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 92).

Os dados mostram que houve um aumento considerável da taxa média anual de desemprego durante o período da política neoliberal em São Paulo, alcançando um percentual de 13,2%, ou seja 1,02 milhões de pessoas desempregas. O comparativo apresentado pelo autor evidencia uma realidade assustadora e nos remete a um entendimento de que o neoliberalismo, por meio de suas práticas de retração do Estado e de uma política de corte de gastos foi responsável por colocar o Brasil em um patamar antes nunca alcançado em toda sua história econômica.

Um ponto relevante nessa discussão, quanto às implicações do desemprego na política neoliberal, é evidenciado por Boito Júnior (1999) como sendo a desregulamentação do trabalho. O projeto neoliberal teria estagnado o avanço de direitos e garantias do trabalhador e teria focado maciçamente apenas em políticas de abertura comercial e de privatização. Havia uma diluição de responsabilidades por parte do Estado em assegurar direitos aos trabalhadores e em contrapartida, abria-se espaço para o avanço de iniciativas individuais, de empreendimentos e demais acordos comerciais. Essa estratégia buscava, entre outras finalidades, tornar mais flexível a atuação do empregado dando a ele o direito de fazer seu próprio tempo. Desta maneira, estatisticamente, haveria uma diminuição do índice de desemprego, haja vista que a política neoliberal cedia espaço para o indivíduo se manter no mercado, uma vez que, tal prática ideológica se apresentava como uma tentativa de camuflar por estatísticas os índices de desemprego, abrandando-os.

Recentemente os índices de desemprego têm sido “abrandados” por estatísticas que escondem formas de desemprego. As consequências do enorme processo de desregulamentação da força de trabalho, da inexistência de mecanismos regulamentadores das condições de trabalho e da enorme flexibilização do mercado possibilitaram uma expansão sem precedentes do trabalho *part time*; no entanto, a consideração dos trabalhadores nessas condições como fazendo parte do contingente de empregados, reduz fortemente as estatísticas de desemprego. (ANTUNES, 1999, p. 73).

A prática de suavizar os índices de desemprego, nos governos neoliberais, se dá por meio da desregulamentação do trabalho e consequentemente de uma flexibilização do mercado em proporcionar condições de trabalho mais dinâmicas, no qual inclui a questão das horas trabalhadas, onde o empregado é inserido no mercado sem exigências contratuais,

obrigações e garantias, podendo ocupar-se por um turno do seu dia e assumir outras responsabilidades nos demais horários. Para o autor, essa seria uma estratégia desses governos em tornar o desemprego o mais sutil possível, numericamente.

Essa prática foi adotada pelo ICE-MA, uma vez que o Instituto, ao longo de sua trajetória, apostou em projetos que, de certa forma, colaborassem para que jovens fossem “qualificados” e atuassem no mercado de trabalho. Essa medida fez com que a sensação de desemprego não fosse percebida, uma vez que esses jovens estavam ocupados, envolvidos em alguma atividade, aprendendo algum ofício a ser adotado quando fossem inseridos no mercado de trabalho. A exemplo disso, Darci Júnior apontou o projeto *Gera Renda* como uma iniciativa de “sucesso” que colaborou para fortalecer os laços entre o Instituto e o empresariado de São Luís-MA. Como fruto desse enlace, foi apontado a AJEC, uma iniciativa que tinha por objetivo formar jovens empreendedores do bairro do Coroadinho. Embora seja percebido a importância desses empreendimentos, isso pouco muda nos índices de desemprego, uma vez que esse público ainda se encontra em grande medida desempregado ou precarizado.

Uma questão, nesse contexto, que merece ser destacado é quanto a desregulamentação do mercado de trabalho nos governos neoliberais que incidiu diretamente na redução do salário mínimo no Brasil. Boito Júnior (1999) afirma, com base nos dados divulgado pelo Dieese no ano de 1994, que a política neoliberal, além de elevar o número de desempregados, arrochou os salários dos trabalhadores.

O salário mínimo real caiu a menos da metade entre 1989 e 1996. Tomando por base o mês de julho de 1940 como índice 100, o salário mínimo real era de 40,70 em 1989. Ele caiu, com pequenas oscilações, até 1993, quando atingiu o patamar de 28,60. A partir de então, isto é, durante os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a queda se torna regular e acentuada, atingindo no primeiro semestre de 1996 o índice mais baixo da sua história: 17,71. (DIEESE, 1994, p. 50, *apud* BOITO JÚNIOR, 1999, p. 97).

Os dados comprovam que entre os anos de 1993 a 1996 o salário mínimo real caiu consideravelmente. Essa inconstância nos valores salariais dos trabalhadores, de acordo com Antunes (1999, p. 232), “possibilitou níveis de acumulação que atraíram fortemente o capital monopolista”. Esse processo nada mais é do que uma tradução fidedigna do receituário de uma política neoliberal de acumulação de capital e valorização econômica.

Em geral, as consequências da política neoliberal para a aceleração do desemprego durante a década de 1990 podem ser entendidas a partir de uma série de efeitos nefastos para a classe trabalhadora, a começar por perceber que o projeto neoliberal foi responsável pelo

aumento considerável do número de desempregados no Brasil; o desemprego não seria uma consequência do avanço tecnológico, mas de fatores relacionados a uma política econômica de desregulamentação do trabalho, apontada como a saída para o desenvolvimento; a questão da desindexação dos salários dos trabalhadores e a transferência da estabilidade do emprego do funcionalismo público para os contratos temporários de trabalho. Essas seriam consequência danosas causadas pelo projeto neoliberal.

No segundo momento, é destacado a questão da *concentração de renda e redução dos gastos sociais*. Segundo BoitoJúnior (1999), existe uma tentativa dos governos neoliberais em suprimir os reais dados do desemprego e também da concentração de renda e diminuição dos gastos com ações de caráter social. Tudo isso porque durante o governo de FHC:

Houve uma pequena melhora na distribuição de renda na passagem do ano de 1994 para o de 1995. Segundo dados do Ipea, em 1994, os 50% mais pobres da população se apropriavam de 10,4% da renda; em 1995, essa participação tinha crescido um pouco, passando para 11,6%. No mesmo biênio, a participação dos 20% mais ricos tinha caído, passando de 65,7% para 63,3%. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 100).

Para o autor, essa “melhoria” pouco se sustenta, tendo em vista que com a mudança da política econômica, com o adimplemento do plano real e com o controle inflacionário da época, permitiu-se ao governo conceder crédito direto ao consumidor, o que de certa forma, aumentou o poder de compra e de serviços dos setores populares no ano de 1995. Esse procedimento colaborou para a transferência de renda da classe média para trabalhadores individuais, autônomos ligados à prestação de serviços, tais como: eletricitistas, encanadores, faxineiros entre outros.

Alves e Antunes (2004) revelam que o alcance dessa melhoria se deu primeiramente em uma modalidade de prestação de serviços, voltados à atuação de *trabalhadores informais tradicionais*. Essa categoria requer baixa capitalização para o exercício de suas funções e suas pretensões de renda são pontuadas na busca em obter um mínimo para seu consumo individual e familiar. De acordo com Antunes (2011, p. 409), essa categoria é nomeada de *instáveis*, pois possuem baixo conhecimento profissional e, em sua maioria, desenvolvem atividade de prestação de serviços e atuam de forma autônoma, sem qualquer registro profissional. A exemplo, o autor aponta “as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedor ambulante de artigos de consumo mais imediatos, como alimentos, vestuário, calçados e bens de consumo pessoal, camelôs, empregado doméstico, sapateiros e oficinas de reparos”.

Seria bastante conveniente aos governos neoliberais investirem nesse segmento, almejando a melhoria dos índices de concentração de renda e de baixo investimento no

âmbito social. Boito Júnior (1999, p. 100) aponta que a “melhoria nesses indicadores é “muito pequena diante da magnitude da desigualdade socioeconômica existente no país”. Além disso, o período de um biênio não seria suficiente para uma análise conclusiva dessa magnitude, seria necessária uma abordagem de distribuição de renda considerando períodos mais abrangentes. “(...) o curto período de apenas um biênio omite que a década neoliberal, no seu conjunto, agravou o quadro da distribuição da renda no Brasil”. Em demonstração a essa concentração de renda e do atraso social o autor faz um comparativo entre as décadas anteriores a partir de 1960, até as décadas que compreendem os anos de 1990 a 1996.

Na década de 1960, os 50% mais pobres detiveram, como média anual, 18% da renda nacional; na década de 1970, essa parcela da renda apropriada pelos mais pobres caiu 15% e na década de 1980 para 14%. De fato, segundo o Ipea, os governos neoliberais conseguiram jogar a renda dos mais pobres ainda mais para baixo. Entre os anos de 1990 e 1996, a média foi de 12% da renda apropriada pelas 50% mais pobres. Abstraídas circunstâncias de momento, as médias por décadas evidenciam que o neoliberalismo agravou a concentração de renda herdada da ditadura militar e da Nova República. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 100).

Boito Júnior não enxerga que a melhoria apontada pelos neoliberais se torne uma tendência para os novos anos, em razão de que nos anos anteriores, por volta de 1990 a 1991, já havia ocorrido algo parecido e que posteriormente a esses anos, a renda se reconcentra. O autor chama essas nuances de *oscilações* e que o avanço apontado pelos governos neoliberais não passaria de meras oscilações que são tratadas e evidenciadas como melhorias em virtude de uma política econômica.

Por fim, o terceiro ponto é marcado pela *privatização e descentralização na política social brasileira*, a prática de redução de gastos sociais e recuo do Estado da causa social foi evidente nos governos neoliberais de toda a década de 1990. Esses governos lutaram para implementar, embora de forma gradual, um modelo de política social nos moldes neoliberais de privatização e de descentralização dos encargos.

Para contextualizar a prática de privatização nos referidos governos, Boito Júnior (1999) relata que o governo de Fernando Collor cogitava realizar uma reforma neoliberal da previdência e da administração pública, porém o baixo apoio no congresso impediu essas medidas; Itamar Franco defendia mais cautela na política de privatização, já que vivíamos períodos de crise e de revolta popular, era sugerível frear tais medidas; o governo de Fernando Henrique Cardoso, visto pelo autor como um dos governos mais neoliberais da década, travou uma batalha para retomar o pensamento de Collor e assim aprovar as reformas neoliberais da previdência e da administração pública.

Durante o governo de FHC, “a privatização dos serviços urbanos de eletricidade, de fornecimento de água e de telefonia, já plenamente realizada em inúmeros países da América Latina, no Brasil apenas se iniciava”. (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 106). O autor esclarece que apenas no governo de Fernando Henrique o projeto neoliberal ganhou força na luta pela privatização e descentralização da política brasileira, e a partir desses governos que conseguimos visualizar a onda de privatização travada no Brasil.

Antunes (1999) destaca que as propostas de privatização acelerada, iniciadas durante o governo Collor foram retomadas no governo de FHC e ganham forças mediante a adoção de uma política de corte neoliberal nos gastos sociais. Tal atitude acarretou implicações diretas nas relações trabalhistas, pois houve uma retração da força de trabalho industrial, o que ocasionou aumento do subproletariado, dos terceirizados, aumento dos subempregos, ou seja, intensificou distintas modalidades do trabalhador precarizado. Desse modo, ficou a cargo do então governo intensificar o processo de desmonte dos “parcos” direitos trabalhistas que foram construídos ao longo de várias décadas de luta e ação dos trabalhadores.

Na onda que se iniciava de privatização, a descentralização de encargos seria algo inevitável, seria a consequência mais natural desse processo para prosseguimento da política de redução dos gastos sociais. BoitoJúnior (1999, p. 107) apresenta o principal argumento do governo na tentativa de defesa dos cortes na área social, a saber: “O argumento dos seus defensores é que a Constituição Federal de 1988 diminuiu a participação da União no total da arrecadação tributária, sendo lógico, portanto, que diminuam, também, seus encargos”. A justificativa de que a Constituição limitaria o poder de atuação da União na captação de tributos, mesmo que esse ato possa diminuir algumas obrigações financeiras do governo, seria a mais nítida expressão de um típico governo que entende o investimento na área social como um fardo. E para o autor, quanto às mudanças impostas pela Constituição, talvez se possa afirmar que os estados estejam muito mais debilitados financeiramente em comparação ao governo federal, tendo em vista que cada unidade da federação era autônoma.

Em todo esse processo de descentralização de gastos na política social brasileira, de acordo com BoitoJúnior (1999), algumas áreas sofreram maiores impactos, bem como: a saúde, a educação, a habitação e a assistência social. No caso da *saúde pública*, o autor afirma que cerca da metade dos estados brasileiros não têm condições financeiras de arcarem com os gastos do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que as verbas repassadas pelo governo federal diminuiriam e os repasses se tornaram incertos no que diz respeito a valores. Pautado em uma postura neoliberal, o governo federal abre espaço para o segmento privado de saúde atuar por meio de convênios e as empresas neste setor têm seus gastos abatidos do Imposto de

Renda. Entra em questão aqui a qualidade do serviço prestado por essas empresas, uma vez que a seleção de doenças a serem cobertas pelos planos são escalonadas de acordo com o poder aquisitivo de cada cliente.

No que compreende a descentralização dos encargos na área da *educação*, ela teria sido gerida por agências internacionais, bem como aponta BoitoJúnior (1999), como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tais agências, em acordo com o governo federal, apoiavam a ideia de concentração dos recursos públicos para o ensino básico e ainda a adoção de medidas que culminassem em parcerias com associações civis e demais empresas. Houve uma descentralização de responsabilidades, porque a maior parte do ensino obrigatório foi transferida aos estados e municípios. BoitoJúnior (1999) afirma que essa prática pode ser vista como um ato de privatização, já que o poder executivo estadual ou municipal transferiria atribuições financeiras e de gestão da escola para empresas privadas ou para associações civis.

A partir disso, os recursos federais só serão repassados aos estados e municípios por meio de ações e projetos específicos. O ensino fundamental deveria ser municipalizado para poder ter direito a receber os investimentos da União, em contrapartida a essas medidas, para o autor, houve resistência por parte de alguns municípios que alegavam não terem condições técnicas e financeiras para mantimento dessas ações. Entretanto, as pretensões por parte do governo federal seriam de, em um certo espaço de tempo, desvincular os estados das obrigações da oferta do ensino médio e transferi-lo para as obrigações dos municípios. Desse modo, “as empresas de ensino teriam mais espaços para crescer e a educação acentuaria seu perfil mais elitista”. (BOITO JÚNIOR 1999, p. 109).

Outro ponto importante que exemplifica as medidas de descentralização de encargos faz referência à política de *habitação*. Nesse aspecto, a descentralização se deu, em suma, por “abandono”. Isso porque o governo federal de certo modo deixou de investir em políticas de habitação, transferindo todas as responsabilidades para os estados e municípios. Desta forma, a atuação se daria em conformidade com suas disponibilidades e interesses. Havia uma preocupação quanto ao abandono do executivo federal em deixar as políticas de habitação nas mãos de estados e municípios para atuarem de acordo com suas possibilidades. Era iminente que estaria fadado ao fracasso, visto que “os programas habitacionais estaduais e municipais são descontínuos, instáveis e não institucionalizados e tendem a reforçar as disparidades regionais em matéria de habitação”. (BOITO JÚNIOR 1999, p. 109).

Em se tratando das políticas de *assistência social* não houve nenhuma descentralização de encargos, em virtude dos investimentos serem mínimos, quase inexistentes. O fato de não haver a descentralização de encargos nos moldes que ocorreu nas outras áreas, não exclui a assistência social do descaso do poder executivo, pois os recursos são poucos e descontínuos.

Na assistência social gasta-se pouco e quando se quer, já que a institucionalização dos programas é mínima, e o governo funciona como doador. Ele não se depara como movimentos de usuários ou sindicais reivindicando direitos, já que a profissionalização também é mínima e a clientela é desorganizada. (BOITO JÚNIOR 1999, p. 109).

O autor apresenta a assistência social ofertada pelo Estado como sendo a personificação da *filantropia pública*, isso nada mais é do que um meio instrumentalizado para promoção eleitoral de figuras e partidos políticos na promoção de lideranças políticas locais e regionais conservadoras. O Estado é visto como doador, assim não se responsabiliza em garantir direitos e consequentemente se desobriga de possíveis cobranças e reivindicações por parte de seus clientes.

A inexistência da descentralização de gastos na assistência social é conveniente aos governos neoliberais, porque servem de caminho para a autopromoção eleitoral e de valorização de suas próprias estratégias para manter-se no governo. É interessante que não haja contingenciamento de gastos, tanto é que no governo de Fernando Collor o projeto de lei que descentralizava os investimentos da Lei Orçamentaria Anual da Assistência Social (LOAS), foi vetado pelo então presidente da república. Segundo Boito Júnior (1999) houve outras iniciativas de descentralização vindas da área econômica durante o governo de Itamar Franco com o intuito de corte de gastos, porém sem êxito. Os interesses políticos prevaleciam.

Foi abordado neste tópico, de forma sucinta e sem pretensões de esgotar a discussão, mas apenas de tratar da política neoliberal e suas implicações nas relações sociais. Além disso, dentro do projeto neoliberal, apresentou-se o papel do Estado na oferta de políticas públicas voltadas à questões de incidência social, bem como à abertura que os governos da década de 1990 construíram para a ascensão da sociedade civil, principalmente, para a atuação em setores públicos de caráter social. Com intuito de alcançar essas pretensões, se fez necessário uma construção de ideias que percorreu desde o entendimento da *questão social*, da *ressignificação de termos*, tais como: sociedade civil, participação e cidadania, e as implicações disso na agregação de valor ao indivíduo: o *trabalho*. Como estratégia adotada na pesquisa, esse capítulo firmou uma abordagem histórica como plano de fundo, na finalidade

de entender o presente a partir dos acontecimentos que marcaram a história da política brasileira, especialmente das chamadas políticas sociais.

3 -A PRÁTICA SOCIAL-EMPRESARIAL DO ICE-MA NO CAMPO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A construção desse capítulo se deu a partir de uma perspectiva analítica no intuito de confrontar as concepções e práticas do ICE-MA com o parâmetro conceitual mobilizado para a análise do objeto da pesquisa. Nesse momento de confronto entre discurso e prática, busco apresentar elementos que possam responder se as práticas do ICE-MA contribuem para a edificação de um quadro de cidadania ampliada e desenvolvimento social efetivo. Foi o momento de trabalhar asnoções de cidadania e desenvolvimento social a partir do projeto *Ferramentas e Caminho*, empreendimento concebido sob o discurso da chamada responsabilidade social empresarial.

3.1- O projeto “Ferramentas e Caminho”

As ações de responsabilidade social têm ocupado um espaço significativo no planejamento de muitas empresas, e existem algumas razões para que isso aconteça. Investir em causas sociais tem sido uma estratégia de valorização de negócios que envolve atores como o Estado, organizações da sociedade civil, empresas, entre outros. Para Amaral (2007, p.1), “as grandes empresas são as maiores investidoras, o que muitas vezes acontece através de parcerias com entidades beneficentes e prestadoras de serviço sociais”. Esse fato, de certo modo, justificaria o número de entidades que têm se colocado como prestadoras de serviços “sociais”, assim como os projetos por elas desenvolvidos.

Portanto, será apresentado, a partir de agora, uma contextualização que percorre o campo de atuação da “Responsabilidade Social Empresarial”, bem como uma análise a contar da caracterização do projeto “Ferramentas e Caminho”, sob incumbência do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA). O propósito dessa apresentação consiste em verificar como práticas de RSE se estabelecem e, ainda, identificar impactos gerados por essas iniciativas na vida de seus participantes.

O projeto *Ferramentas e Caminho*, foi desenvolvido na cidade de São Luís, capital do Maranhão. E tem por finalidade a geração de renda a partir da prática profissionalizante de mão de obra feminina. Desse modo, o empreendimento foi comumente intitulado por seus colaboradores como: *Projeto Ferramentas e Caminho - Gera Renda Mulher*, uma iniciativa do ICE-MA, e que segundo o próprio Instituto tem como foco a formação de mulheres com idade entre 14 e 64 anos, instrumentalizando-as para a prática do empreendedorismo e/ou

inserção no mercado de trabalho na área da beleza, almejando a geração de emprego e renda, promovendo sua inclusão produtiva através da formação profissional.

Segundo o ICE-MA, essa iniciativa busca gerar alternativas formais de sustento, autonomia e independência financeira que contribuam para o desenvolvimento dessas mulheres, em especial as mulheres em situação de “vulnerabilidade social”. O projeto incide em áreas urbanas e rurais com elevados indicadores de pobreza e desigualdades sociais. As comunidades principais foram polo Cantinho do Céu, atendendo a área urbana, e Anjo da Guarda, atendendo a área Itaqui Bacanga e zona rural. Assumindo como público-alvo mulheres em situação de vulnerabilidade, bem como se dirigindo ao trato de questões como violência doméstica, gravidez na adolescência, deficiência e desemprego.

O *Projeto Ferramentas e Caminhom* como inspiração o projeto *Gera Renda*, promovido pela *Associação de Jovens Empreendedores do Coroadinho* em parceria com o ICE-MA, no ano de 2004, como apontado no primeiro capítulo deste trabalho, no que concerne ao eixo de *Desenvolvimento Comunitário*. Para o Instituto o *Gera Renda* deu muito certo. A prova disso seria o fato de que cerca de 300 jovens foram atendidos, sendo 120 com formação na área da beleza, tendo como resultado 100% de participantes certificados e, após dois anos de finalizado o projeto, 80% dos participantes permaneciam ativos, tendo suas fontes de renda decorrentes da formação profissional.

Na onda desse suposto “sucesso” do projeto *Gera Renda*, o *Ferramenta e Caminho* propõe como estratégia a formação profissional de 150 mulheres, com a criação de uma rede de profissionais que poderão atuar em salões de beleza e clínicas estéticas, ou empreender através de seus próprios negócios, como Microempreendedor Individual (MEI), podendo empregar outras mulheres, prestar serviços para empresas e ainda dispor de benefícios legais do INSS, bem como montar um salão-cooperativa na comunidade. Para o ICE-MA, essas estratégias estimulariam uma cadeia produtiva local e ajudariam no fortalecimento econômico e social de seus participantes.

Segundo o ICE-MA, a infraestrutura utilizada para o oferecimento do curso para o aprendizado e geração de renda foi do salão escola *Instituto Embelleze*¹⁶, parceiro do Instituto, localizado no bairro Cantinho do Céu/Cohama em São Luís-MA, no período de quatro meses. Foi utilizado também o espaço na Casa Brasil, no Anjo da Guarda, onde agrega o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e a Sala do Empreendedor. Ao final de cada curso as

¹⁶ Empresa que atua no mercado brasileiro desde 1998 e em sua descrição se caracteriza como sendo um instituto que tem o propósito de qualificar e certificar profissionais que buscam atuar no mundo da beleza. Fonte: <https://www.institutoembelleze.com>

participantes receberam sua certificação, estando aptas a trabalharem, pois receberiam um kit com instrumentos e produtos essenciais para a prática profissional.

De acordo com o ICE-MA, a formação profissional ofertada compreende os ofícios de manicure e pedicure, escovista, depilação e *design* de sobrancelhas. Sendo adotada uma metodologia baseada em aulas teóricas e práticas com duração de quatro horas cada, até a conclusão da carga horária. A formação consiste em avaliações teóricas e práticas, com o alcance mínimo de média sete para aprovação. Abrange também visitas a salões de beleza e clínicas estéticas, bem como oficinas e workshops com temas transversais e interdisciplinares.

Como base no que foi evidenciado sobre a caracterização do projeto *Ferramentas e Caminho*, tal empreendimento tem por foco principal desenvolver práticas que possam, de alguma maneira, colaborar na geração de trabalho e renda, tendo como impulso a prática empreendedora. Assumindo como linha de atuação a qualificação profissional para inserção no mundo de trabalho. E tem por objetivo principal formar mulheres, instrumentalizando-as para a prática do empreendedorismo e/ou inserção no mercado de trabalho na área da beleza. É o que evidencia o quadro abaixo, divulgado pelo ICE-MA e que apresenta os objetivos e ações a serem cumpridas ao longo da execução do projeto citado.

Quadro 3: Descrição dos objetivos específicos e ações correspondentes ao projeto Ferramentas e Caminho – Gera Renda Mulher

Objetivo específico	Ações Correspondentes
Formar profissionais na área da beleza: escovistas, designers de sobrancelhas, depiladoras e manicures e pedicures	Realização de aula inaugural; Realização de 168h/aulas totais; Avaliações teóricas, práticas e participativas; Realização de 6 oficinas sobre empreendedorismo; Promoção de 6 oficinas de modelos de negócios; Promoção de 6 oficinas de gestão de negócios; Realização de 6 oficina sobre biossegurança e sustentabilidade; Realização de visitas a salões de beleza; Realização de evento de certificação; Realização de atendimentos no salão escola (Cohama) pelas alunas certificadas e voluntárias, por até quatro meses.
Encaminhar para o mercado de trabalho	Prospecção de parcerias para encaminhamento para estágio em salão; Realização de cadastramento no SINE; Realização de monitoramento do desempenho e resultado financeiros das participantes;
Formalizar negócios na área da beleza	Realização de 1 workshop sobre MEI; Execução de rodadas de mentoria (orientação/vivência na rotina dos negócios) com os participantes que se cadastrarem como MEI.

Fonte: ICE-MA, 2020

De acordo com as informações evidenciadas no quadro acima, percebo que as intenções do projeto consistem em inserir mulheres no mercado de trabalho, e para isso acontecer, na perspectiva do Instituto, será necessário qualificar a mão de obra, oportunizando a elas conhecimento e competitividade para enfrentar o mercado. Na visão do ICE-MA, o projeto será qualificado como “de sucesso” caso consiga formar e certificar um mínimo de 90% das participantes, bem como alcançar a marca de 5% dessas, devidamente cadastradas como Microempreendedor Individual. Além disso, atingir 80% das participantes gerando renda com o exercício profissional.

Segundo o Instituto, a mensuração dos resultados será feita a partir da quantidade de alunas certificadas e cadastradas como MEI, bem como o levantamento de renda a ser

realizado na finalização do curso *Prática no Salão Escola*, e também pelo número de alunas geradoras de rendas após quatro meses de certificadas. O monitoramento será realizado também a partir da aplicação de pesquisa de condição socioeconômica através de formulário, no início do projeto. Mediante o controle de notas e participação ao final do cumprimento da carga horária do curso será solicitado comprovante de registro de Microempreendedor Individual e o comprovante de pagamento de serviço de beleza realizado pelo aluno no salão escola. A fiscalização e monitoramento dessas ações serão realizadas pelo analista responsável pelo projeto, em parceria com a instituição formadora, Instituto Embelleze.

Cabe expor que o ICE-MA dispõe de profissional para área de comunicação, que fez toda gestão de mídia e relacionamento com a imprensa. Para divulgação, foram mantidas rotinas de assessoria de comunicação, com a produção de *releases*, relacionamento com a imprensa e produção de *marketing*, bem como a produção de materiais gráficos. Também serão utilizadas as redes sociais do ICE-MA e dos parceiros do projeto para divulgação do empreendimento. Além disso, há uniforme com as marcas do financiador e demais parceiros para uma melhor divulgação de seus *logos*. Ao final do projeto foi apresentado relatório de mídia para evidenciação dos resultados obtidos.

Quanto ao impacto pretendido pelo ICE-MA é apontado a mudança na qualidade de vida da comunidade atendida, pois tem por meta possibilitar o desenvolvimento dos beneficiados a partir de programa de capacitação, cursos profissionalizantes, fomento ao empreendedorismo, estímulo ao protagonismo feminino. Essas iniciativas, segundo o Instituto, colaboram para a transformação social, pois impactariam diretamente na organização da comunidade, alavancando a capacidade de trabalho e geração de renda, influenciando políticas públicas e elevando o nível social e econômico do contexto atingido.

A Alcoa e o Instituto Embelleze são parceiros do projeto *Ferramentas e Caminho*. O primeiro investiu cerca de R\$ 149.450,00, correspondente a 73% dos possíveis custos para a realização do projeto. Os demais encargos ficaram por conta do próprio ICE-MA, que investiu, a princípio, cerca de R\$ 45.800,00 para compra de materiais e demais serviços de mobilização e monitoramento. O Instituto Embelleze, da cidade de São Luís-MA, foi convidado para ser parceiro desse empreendimento em virtude de sua filosofia empresarial de, segundo o próprio Instituto, transformação de vidas por meio da prática empreendedora no segmento da beleza. De acordo com o ICE-MA, a parceria com o Instituto EmbellezeCohama é antiga, desde a iniciativa do projeto Associação de Jovens Empreendedores do Coroadinho (AJEC). O Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão almeja alcançar o cumprimento de 100% de formação das alunas inscritas, cumprindo os prazos e obedecendo o cronograma

de atividades e executando as ações dentro do limite orçamentário.

De forma indireta, o projeto *Ferramentas e Caminho* conta ainda com a parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMCAS) e da Casa Brasil. Por fim, quero ressaltar que a inspiração para a realização dessa iniciativa é antiga, percorrendo os anos de 2004 a 2006. Porém este será o primeiro projeto voltado exclusivamente para geração de renda feminina, a partir de ações de qualificação profissional, intermediado pelo ICE-MA.

Toda essa explanação do projeto *Ferramentas e Caminho* e do discurso de geração de renda acompanhada do argumento de que é preciso profissionalizar, qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, e que a prática empreendedora seria o caminho adequado para o desenvolvimento social e econômico de um lugar, bem como essa prática se traduz em uma suposta cidadania construídas em moldes mercantilizados, me faz pensar no que Barbosa (2007, p. 177) pontua sobre a conjuntura política neoliberal que cerca o discurso e a prática da RSE, a saber:

Falar em responsabilidade social empresarial pode parecer descabido, mas não o é, pois esta é apresentada pelo discurso de diversos atores sociais como um dos caminhos possíveis para a construção de novas formas de promoção de cidadania e de inserção social, não mais centradas na figura do Estado, mas sim nas chamadas parcerias intersetoriais. Um tipo de cidadania que elide a figura do Estado como esfera pública em que a vida em comum pode ser pensada e o converte em simples esfera de exercício biopolítico na qual uma massa global de indivíduos é gerida por um conjunto de técnicas que os reduz a simples estatística.

A autora apresenta uma questão que remete a uma reflexão acerca das ações sociais praticadas sobre o viés da RSE. Para ela, as práticas de natureza social, em sua maioria, são conduzidas de forma a beneficiar setores como o Estado e a própria classe empresarial. Isso porque a responsabilidade social, no molde empresarial, contribuiria muito mais para o esvaziamento do Estado enquanto meio de promoção de direitos sociais e de provimento de bens públicos, na mesma medida que abre espaço para empresas atuarem e se fortalecerem com estratégias midiáticas de “empresa cidadã”. A concepção de cidadania passa a ser dita por uma classe dominante, que busca potencializar cada vez mais a noção de participação social a partir de uma ótica de mercado. Isso faz com que, como citado acima, “uma massa global de indivíduos seja agora gerida por um conjunto de técnicas que os reduz a simples estatísticas”. (BARBOSA, 2007, p. 177).

Desse modo, percebo que o projeto *Ferramentas e Caminho* se reduz a esse molde empresarial de responsabilidade social, pois busca propagar uma cidadania voltada à qualificação profissional de mulheres que, em sua maioria, serão conduzidas ao mercado de

trabalho, de forma autônoma e possivelmente precária, já que a proposta do projeto é torná-las independentes, registradas como MEI, contribuindo economicamente com o Estado por meio de seus encargos, porém sem gerar obrigações contratuais com empresas ou com o poder público diretamente.

Percebo que desde a elaboração do projeto o ICE-MA, juntamente com seus parceiros, e aqui enquadra-se até a própria Secretaria Municipal de Assistência Social, tratam de catalogar e percentualizar suas ações a partir de dados quantitativos. Até as próprias mulheres, alunas do projeto, são contabilizadas de forma numérica. Mesmo as suas ações após a conclusão do curso já estão previamente definidas em resultados que serão transformados em dados percentuais e que em momento oportuno serão postos em análise para um julgamento positivo ou negativo de resultados.

A questão que se levanta agora é se de fato as ações erguidas sobre a égide da RSE têm colaborado para impulsionar práticas com horizonte de construção de uma cidadania ampliada e de que forma essas práticas colaboram para a edificação de um quadro que aponte de fato para a emancipação humana. Cidadania e igualdade substantiva na prática do ICE-MA

3.2- O ICE-MA e a questão da cidadania

Para abrir esta seção, vejo como necessário me reportar ao conceito de cidadania abordado no segundo capítulo desse trabalho, onde a noção de *cidadania* é associada às ideias liberais difundidas especialmente por Locke. Para esse pensador, todos os homens nascem livres e são, por natureza, iguais. Contudo, o que nos remete a um pensamento mais questionador é o fato de que ser livre e igual, mesmo que de forma simbólica, não anularia a existência de desigualdades sociais. Essas, por sua vez, segundo Tonet (2005, p. 49), seriam “o resultado do próprio desdobramento da igualdade e da liberdade naturais”. Nisso, entendo que a ânsia por uma realização pessoal, fruto das noções de liberdade e igualdade da visão liberal, propiciaria entre os indivíduos um cenário de concorrência, dando origem a toda sorte de conflitos.

Entendo que a suposta liberdade, tão característica do homem natural, seja a expressão mais nítida do egoísmo proprietário privado. Se a concepção hegemônica de *cidadania* está firmada nas noções de liberdade e igualdade, em registro liberal, percebo que o horizonte de *cidadania ampliada* está longe de ser alcançado. Assim, uma cidadania efetiva pode aparecer como algo inatingível nas bases de uma sociabilidade capitalista, uma vez que nesse quadro

haveria uma tensão significativa entre liberdade e igualdade. Como podemos ver no trecho abaixo:

(...) haveria um antagonismo insolúvel entre igualdade e liberdade. A ênfase em uma delas resultaria, necessariamente, em restrição à outra. E como a liberdade é considerada a categoria mais importante, ela naturalmente tem precedência sobre a igualdade, o que significa que a preservação da liberdade implicaria abrir mão de uma igualdade social. (TONET, 2005, p. 5).

A questão da liberdade e igualdade se manifesta em uma sociedade capitalista a partir da livre realização pessoal de indivíduos altamente competitivos, fundamentados na ordem do direito ou por ideologias da própria manifestação do capital. Deste modo, segundo Tonet (2005, p. 6), “a liberdade é concebida como autodeterminação de um indivíduo *egóico-proprietário*, que se manifesta na ‘livre-iniciativa’ tomada no mercado, sob o discurso de que todos são formalmente livres e iguais”. Tudo isso se torna mais real quando percebemos que a sociedade civil está, de certa forma, firmada em princípios mercadológicos, envolvida em um processo de interesses privados que, em seu desdobramento, se tornam “representante” de ações de caráter público.

Toda essa operação de concessão de atribuição, através da transferência de responsabilidades da esfera pública para a privada, de certo modo, alcança o indivíduo, de forma que para ele ser livre, igual, racional e proprietário, só no âmbito das relações de mercado. (TONET, 2005). O desdobramento dessa postura de concessão se traduz na tentativa de fazer com que a *cidadania* seja resultado de um desdobramento desigual, passando a ser vista como um direito à liberdade que lhe foi adquirida na origem de sua vida civil.

É preciso considerar o posicionamento de Arendt (1979) sobre igualdade. Para ela, os homens nascem iguais, porém diferentes. A igualdade nesse caso, só se constituiria a partir de uma intervenção política de organização social, pois é ela (sociedade política) quem atribui direitos aos indivíduos e, para ela, o direito a ter direitos seria o primeiro ato de igualdade. Essa concepção, de certa forma, remete ao pensamento de Marshall (1967), quando o mesmo afirma que a *cidadania* seria composta pela garantia do indivíduo em possuir direitos, fossem esses civis, políticos ou sociais. Isso permite entender que o vínculo existente entre direitos e cidadania está firmado na possibilidade da pessoa humana estar ligada a algum tipo de sociedade política organizada, tanto sendo portadora de direitos quanto podendo ser julgada por suas atitudes, caso, por algum descumprimento, haja violação dos direitos alheios. Haveria então uma repreensão por parte dessa sociedade organizada, jurídica-política em fazer cumprir o ordenamento legal. (LAFER, 1988).

A noção de que *cidadania* está ligada a uma organização política de direitos e participação, no registro da busca pela emancipação humana, as relações de *cidadania* devem estar firmadas tanto nos aspectos civis e políticos, como nos sociais e econômicos, caso das relações de trabalho. A questão que se apresenta seria a de não confundir a noção de *cidadania ampliada*, que pode colaborar para a emancipação social, com uma *cidadania puramente mercantil neoliberal*, que obedece a regras impostas por uma classe que privilegia a liberdade comercial sem muitas vezes cogitar a relevância de uma igualdade substantiva no campo dos direitos humanos, como apontado por Tonet (2005).

Para refletir mais precisamente sobre a noção *decidadania ampliada* recorro ao pensando de Carlos Nelson Coutinho, que apresenta a noção de *cidadania* atrelada à perspectiva de *democracia*. Para o autor, o conceito de democracia é sinônimo de “soberania popular”, passível de ser definida como “a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos à participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. (COUTINHO, 1999, p. 42). Para Coutinho (1999), o entendimento da questão democrática, no chamado “mundo moderno”, é em boa medida firmado na concepção de Rousseau, sendo concebida a partir da plena participação dos indivíduos no controle da esfera política e da existência de um quadro socioeconômico de razoável igualdade. Já por *cidadania*, Coutinho (1999, p. 42) entende

(...) a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (...) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

No entendimento de Coutinho (1999), *cidadania* estaria relacionada tanto à questão da democracia quanto da soberania popular. Seria então a capacidade de cada indivíduo de se apropriar dos haveres públicos que lhes possibilitem uma maior potencialidade de realização humana. O autor faz saber que a *cidadania* não é algo permanente, ela é histórica e conquistada. Não é dada de forma alinhada de cima para baixo, pelo contrário, vem de baixo para cima, como resultado de constantes lutas que têm sido travadas pelas classes subalternas.

Cidadania seria o resultado de lutas sociais a fim de conquistar direitos. Nesse sentido, ser cidadão passaria pelo direito a ter direito, passando a ser parte de um corpo político-social, contribuindo de forma direta para a “formação do governo, participando ativamente das assembleias nas quais se tomavam as decisões que envolviam a coletividade e exercendo os cargos que executavam essas decisões”. (COUTINHO, 1999, p. 43).

Como frisado anteriormente, o “status de cidadania” se constitui a partir de conquistas através das lutas sociais. Não existem direitos naturais, pois não nascemos sendo portadores de quaisquer garantias políticas. Elas são fenômenos sociais. Marshall (1967) apresenta, além dos direitos políticos, de participação na esfera do poder político e nas decisões que tocam a vida coletiva, outros dois tipos de direitos que, em conjunto, são essenciais para um entendimento razoavelmente ampliado da noção de cidadania. Os *direitos civis*, que surgem pós Revolução Gloriosa, em 1688, na Inglaterra, fazem referência, basicamente, ao direito à vida, à liberdade de pensamento, à propriedade, de movimento, como ir e vir. Coutinho (1999) afirma que os *direitos civis* não devem ser vistos como “naturais”, como descreve o pensamento lockeano, mas como históricos, pois foram constituídos a partir de lutas sociais travadas por uma burguesia que buscava sua acessão social contra um Estado absolutista, cujo intuito era defender os interesses dos aristocratas feudais e do alto clero.

Considerando o pensamento de Marx – registrado no livro *Sobre a questão judaica*, escrito de 1843, o qual discute a tentativa dos judeus de conseguir emancipação política –, Coutinho (1999) evidencia que os direitos civis não seriam suficientes para garantir a chamada cidadania ampliada, tampouco um quadro de “emancipação humana”, como colocado por Marx, mas seriam necessários. O autor ainda esclarece que:

O próprio direito de propriedade não é negado por Marx (...), mas sim requalificado: para que esse direito se torne efetivamente universal, assegurando a todos a apropriação dos frutos do próprio trabalho, a propriedade não pode ser privilégio de uns poucos, devendo ao contrário ser socializada e, desse modo, universalizada. Portanto, a cidadania plena (...) certamente incorpora os direitos civis (...), mas não se limita a eles. (COUTINHO, 1999, p. 47).

Por último, Marshall (1967) apresenta os *direitos sociais*¹⁷. Esse nível de cidadania foi sendo debatido ao longo do século XIX, porém só começa a ganhar notoriedade e efetiva materialidade no século XX, de forma gradativa. Para Coutinho (1999), essa categoria de direitos compreende a possibilidade do cidadão participar da riqueza material e espiritual das instituições sociais e políticas. Coutinho, apoiado na visão de Marx, critica o fato de que todos os bens sociais, toda riqueza material e cultural e, ainda, todas as instituições sociais e políticas, dizem respeito à coletividade. Entretanto, vasta parcela desta não é capaz de se reapropriar efetivamente desses bens, dada a divisão da sociedade em classes antagônicas.

¹⁷ Coutinho (1999) questiona o uso da expressão “direitos sociais” por Marshall, uma vez que tanto os direitos políticos quanto os civis seriam “sociais”. A crítica pode ser explicada pela matriz de pensamento a que Coutinho se filia. Partindo do marxismo, o autor concebe economia e política como expressões de uma mesma realidade social. No caso de Marshall, teórico ligado à perspectiva liberal, a fratura entre economia e política é concebível.

No processo de estabelecimento do Estado burguês, ainda no quadro do liberalismo do século XIX, os direitos sociais foram recorrentemente negados sob alegação de que estimulariam, entre outras questões, “a preguiça, a violação das leis do mercado (e, portanto, o direito individual à propriedade), além de impedirem os homens de se libertar da tutela de um poder estatal autoritário e paternalista”. Esse fato justificaria a forma gradual e conflitiva que a afirmação de direitos sociais assumiu ao longo do século XX, direitos que permanecem sendo negados no século XXI pela manifestação da política de traço neoliberal. (COUTINHO, 1999, p. 50).

Como um importante direito social universal conquistado, destaco a educação pública, que segundo a Constituição Federal de 1988 deve ser laica e gratuita. Outros direitos sociais são o direito à saúde, à habitação e à previdência pública. Nessa perspectiva, embora ainda distantes, os direitos sociais universais são o que mais se aproximam de uma *cidadania ampliada*, e, de certa forma, essas conquistas poderiam contribuir para o longo e conflitivo trajeto rumo ao que Marx chamou de “emancipação humana”, que contaria, inclusive, com a supressão da divisão hierárquica do trabalho, das classes sociais e do próprio Estado. Esses direitos devem ser vistos como conquistas da coletividade e não só de uma parcela da população. É a partir desse entendimento que devemos discutir as questões de cidadania baseada em princípios que devem ter como horizonte elementos como “universalidade” e “emancipação humana”, e não, simplesmente, uma representatividade comercial de inserção no mercado de trabalho. O que está em discussão aqui é a existência de condições políticas, econômicas e sociais para a *efetiva* participação política e para o *efetivo* controle, por parte do conjunto da sociedade e das decisões que tocam a vida coletiva.

No intuito de entender melhor essa discussão sobre *cidadania ampliada* e *cidadania burguesa* ou *mercantil*, pretendo apresentar a visão, por parte dos membros do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão acerca de suas concepções do que o *Projeto Ferramentas e Caminho* tem colocado para o desenvolvimento da cidadania das mulheres que compõem esse projeto. Na oportunidade, foi entrevistada a senhora Deborah Maria Martins Ferreira, Presidente da Diretoria Executiva e membra atual da equipe executiva do ICE-MA.

De início procurei conhecer de onde partiu a inspiração para a idealização do projeto *Ferramentas e Caminho*, que, na fala da presidente, surgiu a partir de uma suposta necessidade da localidade no entorno da ALCOA e Vale, no Itaqui Bacanga, onde a equipe do ICE-MA identificou um problema maior no acesso a trabalho, emprego e renda. Nesse sentido, o Instituto começou a agir na elaboração de um projeto, modelando, segundo a organização, uma proposta de qualificação que valorizasse o potencial daquela área. (DIÁRIO DE

CAMPO, 2020). Nessa perspectiva, o ICE-MA tem promovido aquilo que Saes (2000) entende como desdobramento da evolução da expressão cidadania a partir de postura social capitalista. Que nada mais é do que relacionar diretos políticos e civis a uma abrangência mercadológica de trabalho, respaldados no discurso de geração de emprego e renda.

Para Marshall (1967), a instauração das liberdades civis seria uma espécie de terreno fértil essencial para à reprodução do capitalismo, uma vez que a liberdade traria ao indivíduo a possibilidade de acumular capital através de relações comerciais. Já a participação social no poder público seria a mais nítida manifestação da pessoa se sentir útil e participante nas tomadas de decisão do Estado.

Questionei ainda quanto aos fatores que se apresentaram como primordiais para a elaboração do projeto. Na concepção da diretora do ICE-MA, os fatores foram pensados a partir das experiências que as empresas (ALCOA e Instituto Embelleze) tiveram com a responsabilidade social e com a geração de renda. Para Deborah, era preciso dar um passo a mais. As iniciativas anteriores foram baseadas apenas na qualificação dos participantes, por meio da aquisição de conhecimento teórico de mercado, abertura e gerenciamento de empreendimentos. Agora era preciso trazer o conhecimento prático: a qualificação da mão de obra. Segundo ela, a qualificação permite o conhecimento, mas esse conhecimento não é suficiente para transformar em um objetivo fim, que é trabalho, emprego e renda. “A gente pensou formas que girem um pouco além da mera capacitação”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

O principal fator motivador desse projeto é a geração de emprego e o fomento do mercado de trabalho. O mais interessante dessa movimentação é o fato dessas práticas estarem positivamente carregadas de uma ideia de “salvação social”. Mesmo se mantendo nos marcos do próprio liberalismo, a depender das fontes de embasamento, é possível questionar tal perspectiva. Um autor como Marshall (1967), por exemplo, argumenta que a busca por emprego e renda tão somente, não solucionaria os problemas de desigualdade social. A desigualdade, nessa perspectiva, se apresenta como categoria de *status*. Existiria uma condição de classificação que a obtenção de renda sozinha não seria capaz de sanar. Para o autor, essa mudança só seria efetivaria a partir de uma igualdade de cidadania, munida de direitos civis, políticos e sociais.

Entendo que caberia à sociedade “politicamente organizada” o mérito de tornar menos desigual o retrato social apresentado hoje no país. Seria preciso reduzir os excessos de desigualdade que o próprio sistema capitalista produziu ao longo dos anos, e a partir disso, garantir o mínimo de bem-estar à população. Desse modo, vejo que o projeto desenvolvido

pelo ICE-MA, bem como o envolvimento de seus parceiros, não conseguem alcançar a raiz do problema, que é estrutural. Percebo ainda que gerar capacitação profissional da forma que o Instituto tem feito pouco implicará na mudança da realidade apresentada, pois são atitudes pontuais. Capacitar mão de obra sem oferecer o mínimo de justiça-social é um tanto insignificante para minimizar as desigualdades sociais.

Dando continuidade, vejo que a inserção no mercado de trabalho seria a principal meta do ICE-MA ao pensar na abordagem social do *Projeto Ferramentas e Caminho*. E ao ser questionada quanto a isso, a diretora do Instituto demonstrou que as iniciativas de trabalho e renda tem sido uma prioridade das empresas parceiras envolvidas na causa por financiarem o projeto. “A Vale, a Alumar e a ALCOA, por exemplo, parceiras do Instituto, têm suas prioridades no investimento social a partir das relações de trabalho e renda por serem um dos pilares do ‘desenvolvimento social’”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

O ICE-MA se adequa a essa ideia: priorização das relações de trabalho e geração de renda, pois “nossa prioridade é pensar nas questões que vão impactar lá na frente, em um cenário muito maior de desenvolvimento”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Por “desenvolvimento”, entendo que, dentro desse contexto, considerando as características do *Projeto Ferramentas e Caminho*, está atrelado a inserção da mulher no mercado de trabalho. Bem como o cumprimento das metas traçadas durante a elaboração do projeto, pois, de acordo com Deborah Ferreira, o que se espera com essa iniciativa é que as 150 mulheres (total de alunas matriculadas) possam ter uma oportunidade de serem inseridas no mercado de trabalho e, assim, serem capazes de transformar suas vidas e sua localidade a partir do ofício aprendido durante as aulas de beleza, ministradas pela equipe técnica do Instituto Embelleze, parceira do ICE-MA. “Esse é o impacto que a gente espera. Acreditamos na mulher como agente de transformação do seu lugar e de toda uma sociedade. Quando ela (a mulher) se transforma, transforma também a realidade de sua família. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Por esse discurso, percebo que exista intenções por parte dessas iniciativas de promoção social, visto que atribuições estatais estão, de certo modo, sendo transferidas para a iniciativa privada. Entendo que é papel do Estado promover políticas que diminuam o índice de desemprego e articulem as estratégias para geração de emprego e renda. Essa articulação não exclui a participação das empresas. Entretanto, vejo que as ações deveriam gerar algum tipo de vínculo entre poder público, setor privado e sociedade de forma contínua e não como se tem observado, como a própria iniciativa do ICE-MA, com ações pontuais, revestidas por um discurso de responsabilidade social das empresas para com a sociedade. Essa prática me remete ao que Barbosa (2007, p. 177) acredita quando afirma que o “Estado não é

operacionalizado para promover igualdade e justiça social, mas sim gerenciar necessidades não contempladas ou carências não suprimidas de indivíduos, convertidos em uma massa estatisticamente seccionável e quantificável”. E acrescento ainda que o próprio Estado tem utilizado o caminho empresarial para isso, sob a forte presença do discurso de RSE.

Como a abordagem social do *Projeto Ferramentas e Caminho* está voltada para o gênero feminino e sua qualificação para atuarem no segmento da beleza, senti a necessidade de entender o critério adotado pelo ICE-MA e pela SEMCAS para a “seleção” das mulheres aptas ao projeto. Segundo a diretora presidente do Instituto, foi optado por trabalhar com a mulher em estado de vulnerabilidade, que são aquelas atendidas pela política de assistência social desenvolvida pela SEMCAS. Para Deborah, “uma vez que essas mulheres não têm renda, elas estão em uma condição de desigualdade, que é uma categoria de vulnerabilidade, uma porta para a questão da violência doméstica.” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

De acordo com a presidente do ICE-MA, a partir do momento que a mulher está inserida no mercado de trabalho, e passa a ter sua própria renda, ela tem em mãos a possibilidade de buscar uma condição melhor de vida em sociedade, tanto para si como para sua família. A partir do trabalho ela se reconhecerá como “gente” e não como objeto. E, a partir da iniciativa do projeto *Ferramentas e Caminho*, ela poderá se perceber como cidadã, como uma pessoa livre, com direitos e deveres. Alguém que não é obrigada a se submeter a agressões de seu parceiro, ou quaisquer tipos de violência. É isso que a gente (ICE-MA e seus parceiros) entende como desenvolvimento social e como tornar a pessoa cidadã. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Questionei como tudo isso seria concretizado, e me foi repassado a informação de que a partir da capacitação das 150 mulheres, a pretensão do projeto é de fornecer um *kit de trabalho* para que elas já saiam da sala de aula podendo atuar no mercado. De acordo com Deborah Ferreira, podendo atuar até de forma autônoma, pois o segmento da beleza permite a possibilidade de adaptar ou modelar o negócio a sua vida, uma vez que a mulher tem parte do seu tempo comprometido com a família, com a casa e seus dependentes. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Segundo Deborah Ferreira, “com o *kit de trabalho* ela poderá trabalhar em casa, na vizinhança ou ainda se inserir no mercado dos salões que já tem uma abrangência grande e está sempre buscando inovação”. A diretora presidente do ICE-MA ainda destacou que “ter a qualificação por uma instituição de credibilidade e respeitada, como o Instituto Embelleze, facilitará para que essa mulher consiga se adequar a todas as possibilidades que surgirem nos salões de beleza”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Percebo que a máxima do pensamento que muitas empresas têm, e aqui eu insiro o próprio ICE-MA, é de que é preciso criar valor para todas as partes envolvidas nas iniciativas de natureza social. E nessa visão, Ribeiro (2005) aponta que esse preceito começa a ganhar forma a partir do entorno da própria empresa, ou seja, este conceito de RSE incorpora todo o entorno social no qual a empresa opera. E em comparação com a fala do autor e o que acontece no *Ferramentas e Caminho*, percebo que a ideia era gerar emprego e renda, qualificando mulheres que residem nas demarcações do Itaqui Bacanga, área essa onde atua a ALCOA.

Por conseguinte, percebo que as empresas, por mais que tentem atuar à sua maneira frente à questão social, não perdem de vista seus objetivos em termo de lucratividade, por isso a menção de Ribeiro (2005) sobre “criar valor para todas as partes envolvidas” na causa social. Não quero negar os efeitos dessas medidas sociais que partem do empresariado. É fato que tem uma repercussão útil para as partes, quanto aos aspectos sociais em seus negócios, mesmo que existam as contradições entre discurso e prática em muitos casos.

Vejo que uma qualificação de 168 horas, por mais que seja por uma equipe vista como reconhecida pelo seu profissionalismo, como aponta Deborah Ferreira ao se referir ao Instituto Embelleze, e a oferta de um *kit de trabalho* para as alunas já se sentirem prontas para atuarem, ainda é pouco. É pouco provável que essas práticas de RSE refletirá em uma *cidadania ampliada*, haja vista que o que vemos é tão somente a inserção de mais uma mulher no mercado de trabalho. Não é perceptível, na filosofia do *Projeto Ferramentas e Caminho*, abordagens de participação civil e política de forma mais consistente, nem mesmo a apontada por Marshall (1976), autor liberal, ao se referir à *cidadania*. O que vemos é o que já foi citado nessa seção na fala de Tonet (2005), quando afirma que a construção humana é puramente capitalista, e sua essência é meramente mercantil, ou seja, existe uma estreita relação entre um ser sujeito e um ser objeto submetidos à lógica do capital, e por essa lógica entendo a abordagem burguesa mercantil que o termo cidadania é submetido dentro do contexto do *Projeto Ferramentas e Caminho*.

Um ponto que foi destacado por Deborah Ferreira faz referência à política do projeto. Para ela a iniciativa se enquadra em um momento de inovação das práticas de RS das empresas. “As empresas ‘evoluíram’ daquele conceito inicial de RSE onde minimamente garantia os direitos dos trabalhadores, para se entender dentro de um processo de sustentabilidade”. E por sustentabilidade a diretora do Instituto esclarece que: “trabalhar a questão social, é investir no ‘desenvolvimento’ das comunidades vizinhas aos seus

empreendimentos. Isso não é uma questão de vantagem competitiva. É uma questão de negócio, uma questão de sustentabilidade do negócio”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

No trecho acima percebo a contradição no discurso e na prática do ICE-MA. A *questão social* é apresentada na fala como uma estratégia adotada pela empresa para se tornar sustentável. Isso, ao meu ver, é uma forma de se tornar competitiva, uma vez que o pensamento primário da empresa não é o bem-estar social da comunidade ao seu entrono, mas da sustentabilidade de seu negócio, como bem frisou a diretora do Instituto.

Em continuidade, Deborah Ferreira pontuou que a sustentabilidade do negócio parte de três dimensões. A primeira é a econômica, que, segundo ela, é bem resolvida na iniciativa privada. “É preciso que haja lucro para que o negócio se sustente, e isso a gente não pode ter problema de falar sobre, uma vez que a base dos negócios se sustenta a partir da questão econômica”. Destacou ainda as dimensões ambiental e social, que para o ICE-MA têm assumido um certo grau de importância. “A gente está entendendo que não dá mais para falar de negócios que se sustente apenas na base econômica, é preciso pensar na questão ambiental e em práticas sociais também”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Para o ICE-MA, existe um tripé que não se sustenta apenas pela dimensão econômica. É preciso pensar tanto na dimensão ambiental quanto na social. E por questão social, Deborah Ferreira esclarece que:

Quando falamos em questão social, nos referimos a uma transformação de sair do assistencialismo para uma questão de ‘desenvolvimento’. Não queremos ser aquela empresa que vai pacificar a sua vizinhança com projetos pontuais. Queremos de fato contribuir com o desenvolvimento do lugar aonde estamos inseridos. Isso vai para além das obrigações que temos como, por exemplo, do pagamento de impostos que é uma obrigação que a gente já cumpre. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Sobre a fala da diretora presidente do ICE-MA, vejo ainda resquícios de contradição, quando ela se reporta à questão de ações não serem pontuais, mas que gerem algum tipo de “desenvolvimento”. Daí lembro do objetivo geral do *Projeto Ferramentas e Caminho*, e aqui percebo que a ideia principal dessa iniciativa é, tão somente, instrumentalizar as mulheres matriculadas no projeto para a prática do empreendedorismo abrindo uma possibilidade, e aqui o projeto faz uso da expressão “e/ou”, deixando margem de que possa haver ou não, de inserção no mercado de trabalho na área da beleza. Dessa forma, percebo que essa iniciativa ainda é bastante pontual, pois compreende apenas aquelas em possível estado de vulnerabilidade social, bem como aquelas que residem no Itaqui Bacanga, e a área de atuação está apenas voltada para o segmento da beleza.

Para o ICE-MA, é preciso entender o local, as particularidades do lugar. Como se “desenvolver” juntos. “Não tem empreendimento que se desenvolve em sociedade desigual, onde a sociedade está cada vez mais vulnerável. É preciso pensar em projetos que vão impactar, tanto a sociedade como o próprio negócio”. Mais uma vez, percebo que associação das práticas de RSE estão entrelaçadas ao bem-estar empresarial. Não existe uma responsabilidade social por parte das empresas que não esteja vinculada à dimensão econômica. Percebo que a dimensão social, no contexto empresarial, é instrumentalizada para alcançar os aspectos financeiros. Para Deborah Ferreira, “a questão social, hoje é vista como uma questão de ‘desenvolvimento’ que é necessária inclusive para a sustentabilidade dos negócios”. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Considero, portanto, que, na visão empresarial, investimentos com ênfase no social que, de certa forma, geram algum tipo de resultado para a sociedade local têm por pretensão, segundo Gonçalves *et al* (2006), mesmo que a longo prazo, um retorno para própria empresa. Partindo desse princípio, o autor enfatiza ainda que: a “opção por uma área social de intervenção dá-se através de processo participativo de consultas internas e com a própria comunidade”. O que não foi feito durante a elaboração desse projeto. Houve apenas consultas aos números documentados pela SEMCAS. Nisso, se torna frágil as ações do *Ferramentas e Caminhos*, no intuito de desenvolvimento e cidadania ampliada, uma vez que a própria comunidade atendida pelo projeto não foi consultada diretamente.

Pensando nisso, senti a necessidade de conhecer a visão das alunas quanto às suas percepções no que compreende à atuação do projeto. Busquei entender, por meio da *observação participante*, a noção que as alunas têm quanto a sua situação social e de que forma o projeto que elas estão participando contribuiriam para uma situação de desenvolvimento social. Bem como, entender a que situação de vulnerabilidade elas se encontram.

Para esse momento da pesquisa, tive que me colocar no lugar de pesquisador, entendendo que a pesquisa social é composta por subjetividades, e deve ser conduzida a partir da obediência de etapas que envolvem a obtenção de dados a partir do *olhar* e do *ouvir* de forma epistêmica, como sugere Oliveira (1996). Munido dessas particularidades, a observação sistemática do campo empírico se apresentará de forma crítica e não ingênua.

3.3- O ICE e a questão do desenvolvimento social

O projeto *Ferramentas e Caminho*, na interpretação do ICE-MA, tornou-se um imperativo de sucesso para todos os envolvidos nesse empreendimento, uma vez que por meio de atividades de geração de renda seria capaz de edificar um quadro de desenvolvimento social. E como já destacado nesse capítulo, o referido projeto tem essa finalidade: de articulação de emprego e renda e de transformação de vida a partir do ofício no âmbito da beleza.

O forte apelo adotado nas ações sociais desempenhadas pela sociedade civil tem imprimido o tom favorável para justificar a necessidade da atuação nas localidades atendidas por projetos sociais. Nesse sentido, o termo *desenvolvimento* tem sido instrumentalizado a fim de convencer dada parcela da sociedade de que as ações sociais são benéficas e gerarão resultados positivos. Pensando nisso, Silva (2016) ressalta que o termo *desenvolvimento* se tornou um mantra adotado por vários segmentos: religioso, político, empresarial, para justificar a realização de projetos e megaprojetos sem considerar os impactos negativos que esses possam causar nas localidades em que atuam.

Esse suposto “desenvolvimento” que adentra em muitas comunidades tem, em certa medida, modificado a vida de muitas pessoas, por se tratar de ações decorrentes de parâmetros de mercado. Estão, de certa forma, incentivando o consumo e transmitindo a ideia de que o bem-estar social está entrelaçado à capacidade de acessar minimamente certos circuitos da vida no capitalismo.

Buscando aqui um paralelo para um melhor embasamento da análise, recordo que Escobar (2001) pontua a possibilidade de um diálogo entre as comunidades e a chamada modernidade, de modo que o mundo moderno não venha afetar a identidade do lugar e nem alterar suas formas de produção. O autor faz um questionamento quanto ao modelo desenvolvido na sociedade industrial moderna e como essa tem sido conferida às localidades assistidas por projetos sociais. Nesse sentido, o atual modelo econômico vem alterando as relações de identidade do lugar sem deixar espaços para a pluralidade nela existente. Não considera a forma com que as localidades se apropriam dos recursos naturais ali presentes.

O atual modelo, citado por Escobar (2001), não valoriza a noção de desenvolvimento das localidades, que seria a conservação da cultura do lugar e das dinâmicas construídas no decorrer dos anos. Essas são substituídas e, como cita o autor, desrespeitadas, ou mesmo aniquiladas, para dar espaço a uma noção de “desenvolvimento” dentro dos parâmetros estabelecidos pela lógica da maximização da lucratividade.

É possível identificar que essa não valorização é vista no projeto *Ferramentas e Caminho* a partir do momento em que a área do Itaqui Bacanga, em São Luís, não foi

consultada ou sequer levada em consideração quanto à escolha do tipo de projeto que melhor se encaixaria nas necessidades das pessoas daquele lugar. Como já citado anteriormente, a única consulta para entender a suposta realidade dos moradores foi a análise de relatórios quantitativos. O perfil das alunas foi estabelecido com mais liberdade, contudo, foi feito através de uma análise de vulnerabilidade previamente estabelecida pela SEMCAS. Essa postura determinista adotada por muitas entidades da sociedade civil, foge ao que Escobar (2001) julga ser essencial na hora de definir um lugar a ser atendido por algum projeto social. Para ele, a “preferência” por uma área social de intervenção advém de um processo participativo, não de um ato isolado. É preciso consultas internas com a própria localidade.

Para Silva (2016), a noção *desenvolvimento* tem sido a “atração” do discurso dos mais variados campos ideológicos a firmarem suas falas oficiais durante as últimas décadas. Para Escobar (1995), o termo vem sendo utilizado há séculos, contudo é possível afirmar que o uso desse vocábulo com finalidades econômicas deu-se logo após a Segunda Guerra Mundial, especificamente entre aqueles países que se sentiram afetados econômica e estruturalmente.

Com o passar dos anos, o termo *desenvolvimento* se tornou referência e sinônimo de motor do crescimento econômico, embora seus arautos apresentem caráter polissêmico. Desse modo, é essa a mudança que se estabeleceu nas relações entre os países no pós-guerra, a necessidade de novos mercados, fazendo com que *desenvolvimento* se tornasse uma espécie de combustível ideológico para a imposição de um modelo urbano-industrial, apresentado como traço de modernidade e bem-estar social, principalmente para países periféricos. (ESCOBAR, 1995).

Partindo do entendimento de Arturo Escobar, acerca do modelo de industrialização adotado por muitos países ao longo dos anos como sinônimo de crescimento econômico, Silva (2016, p. 171) contextualiza esse entendimento como sendo uma estratégia que teria a pretensão de justificar a adoção de “megaprojetos”, fosse por parte do governo ou pela própria sociedade civil através do segmento empresarial. Nesse sentido, o uso da expressão *desenvolvimento* se tornou, “o mantra vocalizado e repetido à exaustão pelos mais diferentes espectros político-partidários e ganhou contornos de discurso oficial a partir da década de 1950”.

É percebido que o termo *desenvolvimento* se tornou recorrente nos discursos, pois quem faz uso dele não encontra objeção a ponto de reprimi-lo, uma vez que isso seria bater de frente com o “progresso”. A positividade que o termo carrega lhe colocou em um pedestal inalcançável de bem-viver, de viver bem, de coletividade. Para Silva (2016), a noção nos remete a uma postura de promessa, algo que será alcançado futuramente, mas que no presente,

demanda sacrificios. Consoante a isso, Lisboa (2014) faz uso da afirmação de que *desenvolvimento* seria a mais nova “ideologia de nossa época”, em virtude do peso que ela traz no imaginário de toda a sociedade.

A pluralidade da expressão *desenvolvimento*, ainda segundo Silva (2016), colaborou para que o mercado, muitas vezes de modo articulado com o Estado, disseminasse por meio de campanhas midiáticas a chamada “ideologia do desenvolvimento”, como algo vital à melhoria das condições de vida da população. Essa ideologia faz com que o discurso do “desenvolvimento” traga soluções técnicas capazes de sanar todas as demandas sociais. Desse modo, percebo que exista uma minuciosa estratégia de logística capaz de disseminar o pensamento ideológico de *desenvolvimento*. Estratégias essas que, muitas das vezes, partem de robustas campanhas de *marketing*. A população, seduzida por essas estratégias, concebe a chegada das iniciativas pontuadas por sociais como uma oportunidade de ganho, de ajuda, ou como bem frisou Escobar (1995): a modernização urbana do lugar, mesmo que desconhecendo as implicações na identidade cultural da localidade atendida.

É preciso questionar a aceitação acrítica do termo *desenvolvimento*, de modo que possamos problematizar sua aplicabilidade e as intenções presentes no seu uso. É importante questionar o porquê de o campo político ter adotado com grande frequência o uso dessa expressão. Bem como o porquê dela ter se tornado o imperativo no discurso de empreendimentos ditos como sociais. E, por fim, o porquê do não questionamento social acerca do uso e aplicabilidade do termo, mesmo quando esse nega as particularidades do lugar.

Percebo que os questionamentos que se levantam começam a fazer algum sentido, diante da difícil situação que muitas localidades enfrentam. O Estado, por sua vez, se omite frente a essa realidade, e adere ao discurso empresarial de responsabilidade social a fim de mascarar suas obrigações, abrindo espaço para a disseminação de projetos que tenham alguma virtude social a ser desenvolvida.

Na concepção de Escobar (2005), as comunidades que são atendidas por algum projeto social de ordem empresarial acreditam no discurso positivista do “desenvolvimento”, que se vale também da esperança de mudança de vida. Essas comunidades são envolvidas por um discurso empolgante de bem-estar social, bem como de melhorias socioeconômicas, a ponto de acreditarem que finalmente a oportunidade de mudança tenha chegado a elas. Porém, o cenário que se apresenta tem sido antagônico ao discurso propagado pelas empresas. E esse adverso é pontuado por Silva (2016), quando expõe que o objetivo do discurso de *desenvolvimento* para as comunidades não seria de bem-estar social, mas seria uma estratégia

de valorização da produção em larga escala por parte das empresas. O modelo urbano-industrial sob a verbalização do “*desenvolvimento*” estaria focado na uniformização econômica dos grupos sociais a fim de aumentar o consumo por parte desse público, sob a ilusão da “modernização”.

Percebo que não é por acaso que localidades carentes são estrategicamente selecionadas para serem alvos de iniciativas sociais por parte de muitas empresas. A exemplo temo o Itaqui-Bacanga, que concentra uma área maior de *vulnerabilidade social*, compreendendo os bairros do Anjo da Guarda, Cajueiro, Sá Viana, Vila Embratel, entre outros. E são frequentemente receptores de iniciativas sociais, como, por exemplo, o projeto *Ferramenta e Caminho*.

Segundo Silva (2016), esses eixos que concentram várias localidades (bairros, zonas) se tornam alvos do discurso da necessidade de “desenvolvimento” bem antes da implementação do empreendimento. Existe todo um cuidado de convencimento da população e justificação, bem como apresentação dos supostos “benefícios” e das oportunidades que são possíveis frutos das ações a serem desenvolvidas. O autor ainda pontua que: por trás dessa justificação de “benefício”, fica subentendido à população que, se precisam desenvolver-se é porque são subdesenvolvidas e atrasadas, e na lógica do modelo urbano-industrial, essas áreas estão fora, ausentes da “modernidade”.

Nesse sentido, relaciono o modelo urbano-industrial e de modernidade ao que Porto-Gonçalves (2004, p. 24) afirma ser *desenvolvimento*. Para ele, na lógica do capital, seria “a síntese da ideia de dominação da natureza”. O autor completa ainda que ser “desenvolvido” é ser industrializado. E por “ser industrializado” ele entende que seja “tudo aquilo que nos afasta da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria”. Desse modo, entendo que, na compreensão do modelo capitalista, a expressão *desenvolvimento* é apresentada como um processo de aceleração do crescimento econômico, da produção e de consumo nos marcos da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Apreendo que o discurso do “desenvolvimento” reduzido à lógica capitalista, representada a partir de dados estatísticos, distancia-se das reais necessidades sociais. A população acaba por ficar refém de um sistema que lhe obriga a produzir e consumir sem que haja quaisquer garantias de bem-estar social, uma vez que o importante nesse jogo são os números. Para Silva (2016), as empresas que desenvolvem ações “sociais” serão beneficiadas pelos governos por meio de investimentos, sob a garantia de não responsabilização oriundos de possíveis problemas que possam advir. Como por exemplo, a resistência de pessoas

contrárias às medidas intervencionistas, atingidas pelos projetos implantados, ou seja, os investimentos por parte do governo fazem com que os problemas que possam surgir, sejam atribuídas ao setor privado e não ao setor público.

É aparentemente incoerente opor-se a ao discurso do chamado “desenvolvimento”. Para Escobar (2001), seria o mesmo que opor-se à oferta do benefício. Seria estranho, até para os grupos opositores (lideranças comunitárias ou sindicais) criticar o modelo imposto pela ideologia do desenvolvimento, uma vez que esse discurso promete a oferta de emprego e renda, assegurando independência econômica para “todos”, até mesmo para grupos apontados como marginalizados socialmente. O autor tenta alertar sobre o preço que essas localidades pagam por se apegarem as promessas de emprego, esses geralmente temporários e subalternos, marginalizados.

Notamos que o maior número de empregos que surgem com os grandes empreendimentos é na área da construção civil. Esses geralmente duram o período exato da obra e, logo depois, a mão de obra será descartada. Após a implementação do empreendimento, de acordo com Escobar (2001), restarão apenas a devastação ambiental, bem como a exploração dos moradores locais, o aumento do comércio informal ao entorno do empreendimento. Tudo em nome de um modelo econômico, sob o discurso do “desenvolvimento”, no qual a sociedade não leva a sério, tampouco se põe a questionar.

No geral, todo questionamento sobre a oferta milagrosa de “desenvolvimento” é válida. Principalmente no que compreende à esfera econômica, uma vez que os interesses financeiros modelam as intenções ocultas de cada projeto. Existe uma garantia de que os projetos sociais desenvolvidos por empresas trarão “desenvolvimento”, porém se levantam os seguintes pontos: é o desenvolvimento do quê, para quê e para quem? Esses questionamentos, segundo Escobar (2001), são as molas propulsoras de um embate que perdura mais de meio século de submissão imposta por uma classe dominante, capitalista sob a égide do mercado.

Toda essa soberania que o capital impõe à ideologia do desenvolvimento, de forma que uma classe se coloca em superioridade a outra, simplesmente por ter em mãos o domínio das relações comerciais, me remete ao estudo de Aníbal Quijano, um sociólogo nascido no Peru, responsável por tornar público o conceito de *colonialidade do poder*. Para Quijano (2005), o que presenciamos atualmente nas relações sociais, e aqui eu delimito as relações de trabalho, está enraizado em imposições. Pessoas estão sendo sutilmente envolvidas por um discurso e por ações que muito se aproximam das relações eurocêntricas de superioridade em detrimento de outras. E por se sentirem superiores, elas ditam comportamentos, bem como o

que precisa ser ofertado a uma parcela da população rotulada como marginalizada, geralmente de áreas ditas como subdesenvolvidas.

Embora o estudo de Aníbal Quijano tenha como espacialidade o cenário internacional (Europa e América), sua abordagem de *colonialidade do poder* abarca questões específicas que estão, de certo modo, entrelaçadas a uma política neoliberal, as relações de valorização do capital, de mercado. A exemplo disso, cito o projeto *Ferramentas e Caminho* como manifestação das imposições de uma classe empresarial sobre uma outra classe vista como vulnerável socialmente. E aqui percebo nitidamente uma diferenciação entre “desenvolvidos”, aqueles que elaboram e pensam nos projetos, e os “subdesenvolvidos”, aqueles que receberão as intervenções por parte dos projetos elaborados.

Existe então uma distinção social imposta sobre a óptica do capital e que assumiu dimensões internacionais de poder. Daí o entendimento de *colonialidade do poder* como expressão que integra elementos históricos, econômicos, políticos e ideológicos e que estruturam as relações de poder na atualidade. Quanto a isso, Quijano (2000, p. 342) conceitua *colonialidade* como sendo:

Uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivos, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América¹⁸.

O autor aborda *colonialidade* como um ato comportamental de imposição a partir de uma classificação racial da população, e essa classificação é apresentada como pedra angular desse padrão de poder no mundo. Isto é, um fato histórico que há anos vem impondo uma vontade de um povo frente a outros. Nesse caso, a Europa como centro do mundo, impondo comportamentos aos demais continentes, a partir de uma postura de “modernidade”, de “desenvolvimento” e de “mundo globalizado”.

O discurso da “modernidade”, atrelado à visão de “desenvolvimento” imposta por uma elite capitalista, é um agente a ser observado e que, de certa forma, aproxima a ideia de *colonialidade do poder* ao projeto *Ferramentas e Caminho*, implantado pelo ICE-MA. Uma vez que o Instituto que desenvolve as ações pertinentes ao projeto é composto por empresários no comando do segmento comercial e das relações de mercado na cidade de São

¹⁸ A colonialidade é um dos elementos constituintes e específicos do padrão mundo do poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, escopos e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e em escala social. Se origina e globaliza a partir da América. (QUIJANO, 2000, p. 342).

Luís do Maranhão. Eles têm ditado as ordens e têm conduzido quais as áreas a serem alcançadas pelos seus projetos, assim como o público-alvo, entre outros pontos. Frente a isso, se fez necessário, para formulação dessa pesquisa, conhecer a percepção das participantes que integraram o projeto *Ferramentas e Caminho* quanto à sua colocação dentro dessa intervenção social.

A princípio, não foi fácil ser inserido no cotidiano das aulas ministradas pelos profissionais do Instituto Embelleze, não pelos profissionais, mas pelas alunas. Prevendo que essa seria a primeira barreira a ser superada, busquei, com antecedência, participar de reuniões com a equipe técnica do projeto, e na oportunidade fui apresentado à diretora do Instituto Embelleze, essa sendo essencial para me conduzir a uma maior interação entre as alunas (participantes da pesquisa) e eu. Estar acompanhado pela coordenadora do Instituto fez com que eu tivesse acesso às salas de aula e pudesse observar de perto todas as atividades ali exercidas. Essa postura é apontada por Foote-White (1980) como sendo de suma importância, uma vez que o apoio de indivíduos-chaves em todos os âmbitos de investigação é crucial para uma melhor condução da pesquisa.

Com maior liberdade, proximidade e contato com os envolvidos no projeto, ao longo das aulas fui conversando com as alunas acerca dos mais variados assuntos. Em diversos momentos tentei entender e aprender um pouco do ofício da beleza, no intuito de conquistar confiança para que posteriormente, na hora de obter as respostas necessárias à pesquisa, as participantes pudessem estar mais familiarizadas comigo. Por alguns dias, fui meramente espectador e aluno, o que me fez ter propriedade e construir um vocabulário que melhor se encaixasse na comunicação com todas elas. Era preciso aprimorar-se. Colocar-se como espectador e tornar o olhar sensível a tudo que acontecia no campo. Desse modo, a exposição dos resultados se tornaria mais precisa. (OLIVEIRA, 1996).

Na oportunidade, me fiz presente nas dependências do Instituto Embelleze e Casa Brasil. Elaborei um planejamento de visitas que me permitiu fazer o acompanhamento de todas as turmas. O curso teve duração de três semanas. No período matutino, por quatro horas, eram ministradas as aulas teóricas. Já no período vespertino, as aulas eram práticas, incluindo oficinas, *workshop* e visitas técnicas, também totalizando quatro horas de duração. A somatória resultava num total de oito horas ao dia, aproximando-se das 168 horas de realização de todo o curso.

Dediquei uma semana por localidade. Cada uma dessas oferecia dois cursos: *design* de sobrancelhas e escovista no Instituto Embelleze, manicure/pedicure e depilação na Casa Brasil. Ao todo, havia seis turmas com 25 alunas. Mantive um contato direto com as alunas

por aproximadamente seis dias, mais precisamente 48 horas por localidade. Pude conversar com grupos de cinco participantes por turma, o que me possibilitou entender um pouco da realidade e intenções dessas mulheres e, a partir disso, de forma indutiva, pude perceber que as demais se encaixavam no perfil das alunas consultadas.

A busca por respostas se deu ao longo das aulas, e após perceber que eu já não era mais um estranho por ser a única pessoa do sexo masculino naquele ambiente e, na medida em que fui sendo aceito pelas alunas procurei ser bastante agradável para que as pessoas ficassem à vontade por me verem ali. Ao mesmo tempo, conforme orientação de Foote-White (1980) e deOliveira (1996), tentei não interferir durante as falas das participantes, uma vez que a intenção era entender a situação afetando-a o menos possível com a minha presença. Percebi, meio que por acaso, que já era o momento ideal de coletar informações sobre as participantes, isso porque uma delas me fez uma pergunta um tanto pessoal. Porém aproveitei a deixa para também levantar alguns questionamentos. Desse modo, comecei falando do projeto cuja finalidade é geração de renda e também os critérios de seleção do público a ser alcançado, no caso, as próprias alunas.

Não distante a isso, fiquei curioso em saber um pouco da situação pessoal de cada uma delas, e no momento oportuno interroguei, quanto à suposta situação de vulnerabilidade a que elas estavam inseridas. Uma das participantes questionou o que seria “vulnerabilidade”. Pensei em trazer uma explicação acadêmica, contudo, me contive e trouxe as opções que o próprio ICE-MA, na elaboração do projeto *Ferramentas e Caminhos*, aborda no quadro de vulnerabilidade das alunas. Logo, interroguei: vocês se reconhecem em alguma das situações que envolvam violência doméstica, gravidez na adolescência, deficiência física, desemprego ou em outras formas?

Prontamente percebi a disposição delas em responder que estavam desempregadas, porém conseguiam se “virar” para ter o “dinheirinho de pagar as contas no fim do mês”. Outras disseram que engravidaram cedo demais, por volta dos 17 a 20 anos, e que não convivem mais com seus ex-companheiros. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). A minha preocupação era quanto à violência doméstica, uma vez que esse ponto foi bastante frisado durante as reuniões de estratégias do *Ferramentas e Caminho*. A maioria delas disse que já sofreram algum tipo de violência doméstica. Não necessariamente violência física, mas psicológica, muitas das vezes, a partir de ameaças, intimidações, reclusões, entre outros. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Considerando o exposto a acima, é percebido que exista sim uma fragilidade social no cotidiano dessas alunas. É algo que vai além de necessidades concretas, como o dinheiro, por

exemplo. É algo que envolve a autoestima, a autoaceitação de potencialidade, de reconhecimento como cidadãos pertencentes à sociedade. Nesse sentido, percebo que o ICE-MA buscou tratar das questões concretas e subjetivas, as quais afligem as mulheres do projeto, a partir da formação profissional, como alcance de um bem-estar tanto financeiro, com a obtenção de renda, e a partir disso, a valorização subjetiva seria alcançada. É como se o emprego fosse o único ou o mais relevante remédio para curar as feridas que as tornaram vulneráveis socialmente.

A ênfase dada à questão da vulnerabilidade social é a mais nítida manifestação do que foi discutido nesse trabalho acerca da instrumentalização de um termo que se encaixa aos interesses do capital para, de forma ideológica, envolver as pessoas no discurso do desenvolvimento. Assim sendo, percebo que o uso da expressão *vulnerabilidade social* nos discursos da RSE alcança uma proporção bem maior de assertividade, uma vez que as pessoas que compõem o quadro de usuários das ações desenvolvidas pelas empresas, em sua maioria, demonstram certo grau de vulnerabilidade social. E para elas, opor-se às práticas oferecidas pelo segmento privado seria o mesmo que abrir mão da oportunidade de melhorar de vida.

O que de fato existe, nada mais é do que a manifestação do nítido processo apresentado por Marx, onde o movimento que abriga o “progresso social”, ou o suposto “desenvolvimento social”, está firmado nas interações entre as forças produtivas e as relações de produção. (MARX, 1985). A ideia de RSE empregada nesse projeto, o qual usa o termo *vulnerabilidade* como instrumento de convencimento social, está enraizada no modelo industrial-urbano moderno, que tem sua inspiração nas relações de produção e consumo. É preciso fazer com que a parcela da população que não gera renda, comece a gerar, nem que para isso, tenhamos que ofertar cursos e práticas que a qualifique para o mercado de trabalho.

Dando continuidade, questionei o porquê de estarem ali fazendo um curso voltado para área da beleza. Percebi por parte delas a consciência de que não poderiam perder essa oportunidade. Seria uma atitude errônea não se permitir aprender um ofício que possa futuramente gerar uma renda. Na mesma intensidade, ao responderem sobre a escolha dos cursos, elas explicaram que não foram dadas opções de escolha em sua totalidade. Uma delas relatou que queria fazer *design de sobrancelhas*, mas essa não foi a opção dada. “Queria aprender a arrumar sobrancelhas, mas me colocaram aqui, como escovista”. Assim como essa participante que ressaltou o seu descontentamento quanto à escolha do curso, outras também foram remanejadas, sob a justificativa, por parte da coordenadora do Instituto Embelleze, que a prioridade eram os cursos de maior demanda de mercado, no caso, escovistas, manicures e pedicures. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Aqui percebo que a preocupação por parte das empresas, não necessariamente está focada na pessoa, mas nas relações de mercado. Pela fala da participante, percebo que exista uma demanda de mão de obra nos salões de beleza para profissionais que saibam escovar cabelos, bem como pranchá-los. Contudo, o que está em jogo aqui é basicamente o fato da empresa não considerar a vontade da participante como algo primário. É como se o querer da participante não fosse o suficiente. Não se considera a identidade da pessoa, sua vivência, suas habilidades, sua história e trajetória de vida.

O fato da não valorização do querer da participante me faz pensar no que Escobar (2001) já discutia sobre a valorização da identidade do lugar, do pertencimento e das relações que ali foram constituídas ao longo dos anos. Porém, percebo que o projeto desenvolvido pelo ICE-MA não tem considerado o reconhecimento do lugar, tampouco das pessoas. O autor ainda vai além ao afirmar que os habitantes do lugar devem ser os protagonistas de suas histórias e nos processos de intervenção em sua comunidade por parte dos projetos ali desenvolvidos. Mas o que vemos é a valorização do mercado em detrimento das pessoas.

Percebi que todas as alunas estão cientes que o futuro traçado para elas, por meio do projeto *Ferramentas e Caminho*, está estreitamente delimitado pela prática do empreendedorismo. Elas sabem que serão registradas, após o curso, como Microempreendedoras Individuais e que, embora venham a atuar em salões de beleza de outros profissionais, elas serão apenas prestadoras de serviço, donas de sua mão de obra. Sem vínculo empregatício e totalmente responsáveis pelos seus atos. Nesse sentido, questionei se elas se reconheciam como empreendedoras, como empresárias ou se elas preferiam trabalhar para alguém. De forma espontânea, elas começaram a sorrir, admiradas pelo peso que a palavra *empresária* imprime. Interpreto essa reação como sendo algo positivo para elas. É como se ser “empresária” fosse algo inalcançável, considerando a situação de vida que naquele momento elas estavam. E sim, elas afirmaram que se viam sendo empreendedoras e que preferiam trabalhar por conta própria, uma vez que elas poderiam fazer seus horários de trabalho. (DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Analiso essa situação como sendo uma das etapas do processo de ideologia do capital. A compra do discurso por parte da população faz com que a ideologia do desenvolvimento seja vista como salvadora. A oportunidade de qualificação, de trabalho e de renda está acima de qualquer suspeita. A relação entre necessidade e a oferta da oportunidade implica a mais absoluta aceitação social. De acordo com Araujo (2002), esse fenômeno se deve à relevância que a ideologia do desenvolvimento cumpre na reprodução da ordem fundada no capital.

É percebido que muitas instituições que desempenham atividades no campo social assumem em seu discurso uma oratória de desenvolvimento para se tornarem aceitas pela sociedade. Não existe um acordo entre as partes, o que acontece é uma alienação de discurso que cativa aqueles que necessitam de assistência por parte do poder público, mas que será ofertada por setores privados. Quem sai ganhando nessa relação não é o “cliente-cidadão”, mas os grupos que se beneficiam direta ou indiretamente da desresponsabilização social do Estado.

Mantendo o ritmo de descontração e de informalidade nas interações com o público observado, elaborei um questionamento que as pegou de surpresa, fazendo com que olhassem uma para a outra, como se estivessem fazendo uma análise comparativa da sua vida com a vida das demais. O questionamento apurava se elas acreditavam que o ofício que estavam aprendendo mudaria suas vidas, e em que proporção esse fenômeno aconteceria. Após um tempo de silêncio uma delas respondeu que as mudanças dependeriam muito mais delas do que do ofício. “É a gente que faz a vida mudar. Esse curso só nos dará um empurrão, nós que teremos que lutar para ganhar dinheiro”. Logo após essa fala, as demais alunas, de forma unânime, concordaram com a fala da colega, balançavam a cabeça afirmando e reconhecendo o argumento apresentado.(DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

Entendo que se havia uma suspeita da não adesão ao discurso político-ideológico idealizado pelo capital, por parte das participantes do projeto *Ferramentas e Caminho*, acabou nessa fala. A noção de individualidade e de autorresponsabilidade já faz parte do imaginário das alunas. Independentemente de sua aptidão, o trajeto já foi definido, com base nas relações de acúmulo de capital. Dessa forma, fortalecendo as dinâmicas hierárquicas de relações sociais. Essas mulheres serão qualificadas, serão inseridas no mercado de trabalho, irão possivelmente trabalhar em salões de beleza já presentes no mercado. Parte de sua renda será entregue a(ao) proprietário(a) do estabelecimento como forma de locação do espaço e demais despesas recorrentes. Nesse possível cenário permanecerá a reprodução da divisão de classes e da hierarquia do trabalho.

Vejo que existe uma relação entre a dominação e a exploração, porém de forma turva, isso porque, segundo Quijano (2002, p. 7), “a relação entre o capitalismo como estrutura global de controle do trabalho e sua organização em espaços particulares de dominação (...) ainda é uma questão aberta. Em geral, todo padrão de poder não são sempre claras, muito menos sistêmicas ou orgânicas”. Subentende-se que essa relação é uma manifestação de dominação em moldes coloniais de valorização do trabalho acima do bem-estar social.

Perguntei a elas o que mudaria em suas vidas após começarem a trabalhar e possuírem uma renda. Elas responderam que “tudo mudaria”. “A gente vai ser vista com outros olhos, as pessoas poderão confiar na gente na hora de vender fiado, na certeza que teremos o dinheiro para pagar as contas. Seremos vistas como pessoas honestas. Passaremos a ter voz, a sermos notadas”. Outra participante afirmou que ter uma renda seria a oportunidade de oferecer uma vida melhor aos filhos. “Eles precisam ter um futuro melhor. Trabalhar e conquistar um espaço no mercado de trabalho. Eles irão estudar e ser gente”. Complementando o raciocínio da colega, outra participante relatou que: “Não é por nós, é por eles (os filhos). É preciso pensar no desenvolvimento deles, sabe? É querer que eles tenham as oportunidades que a gente não teve”.(DIÁRIO DE CAMPO, 2020).

As falas das participantes evidenciam a busca por melhoria de vida, tanto as suas como de seus familiares. E durante a conversa pude perceber que a noção de “melhoria de vida” está relacionada ao aspecto econômico, representado pela possibilidade de se ter um emprego, de ser responsável por construir sua própria renda. Um emprego para elas seria a realização do tão discutido “desenvolvimento social”.

As expressões ditas por elas como “ser gente”, “ser notadas”, “oportunidades”, traduzem o anseio por uma vida mais representativa social e economicamente. Elas querem ocupar um espaço que possivelmente não imaginavam. Isso para elas é sinônimo de ser desenvolvido, é como se elas estivessem chegando aonde queriam chegar. Mesmo que de forma conduzida, velando-se os interesses.

A noção de *desenvolvimento social* que se traduz, de acordo com as falas das participantes, é a mesma que se vê nos discursos dos projetos que têm por premissa a RSE. É um desenvolvimento com base na *Teoria da modernidade*, apontada por Araujo (2002) como sendo aquela que busca ultrapassar as questões puramente econômicas, mas que o enfoque é o “modernizar-se”.

A menção à modernidade, segundo Araujo (2002) consistiria em sair do seu estado de natureza de forma gradual, em uma perspectiva “evolucionista”. Nesse sentido, ser desenvolvido é ser moderno. Segundo o autor, a sociedade busca uma evolução a partir de três caminhos, a *unidirecional*, onde a sociedade se moveria de um estado “primitivo” para um estado “avançado”; a *progressista*, no qual o ponto de chegada é necessariamente positivo; por fim, a *gradual*, onde o processo é evolucionário, não revolucionário. O processo de desenvolvimento, nos termos dessa “modernização”, seria a transição de uma sociedade tradicional a uma sociedade moderna, ou seja, aquela que deixa o estado de natureza,

representada pelo “atraso” e pelo subdesenvolvimento, e passando a evoluído, moderno, desenvolvido.

O projeto *Ferramentas e Caminho*, na ideia de que ofertar um ofício a um público feminino, de condição financeira fragilizada, suscetível a vulnerabilidades sociais, seria uma forma de conduzi-las a um estado de evolução social, resgatando-as do atraso e guiando-as a um patamar de mudança de vida. Nesse sentido, o discurso de modernidade está conectado à noção de desenvolvimento para o ICE-MA, uma vez que o alvo é tornar essas mulheres, evoluídas, desenvolvidas, modernas, economicamente ativas.

Para Araujo (2002), o termo *desenvolvimento* traz a ideia de transformação de uma realidade para uma direção já definida. De acordo com o autor, queira ou não, a ideia de desenvolvimento está firmada em uma filosofia histórica de onde se pretende chegar. A partir disso, é definido o ponto de chegada, que seria uma sociedade moderna, europeia, capitalista, racionalista, científica, técnica e assim por diante. Essa seria a tão almejada finalidade para qual a noção de desenvolvimento foi instrumentalizada.

A lógica do projeto aqui apresentado, bem como as intenções do ICE-MA e de seus parceiros, partem da busca dessa sociedade “evoluída, desenvolvida e moderna”, tendo como caminho as relações de mercado a partir de um modelo urbano-industrial-financeiro de modernidade. É um desenvolvimento que tem por alvo uma abordagem puramente econômica, a qual usa como estratégia o campo da responsabilidade social para alcançar interesses e fins empresariais. Distanciando-se do que seria ideal para campo social, um desenvolvimento efetivo, pleno, nos moldes do chamado *bem viver*, e não como sinônimo de gestão-manutenção, onde o Estado e o segmento empresarial são os protagonistas.

Segundo Alcântara e Sampaio (2017), a noção de melhoria de vida a partir da exaltação econômica está ligada a uma visão clássica de desenvolvimento. Para os autores, é preciso superar esse tradicionalismo clássico que prende a sociedade em modelos e discursos de modernidade como sinônimo de crescimento econômico incessante, linear e antropocêntrico. De acordo com Quijano (2002), esse pensamento é o que vemos de mais atual sobre a *colonialidadedo poder*. É preciso pensar e atuar para *descolonizar* essa concepção de que o desenvolvimento social efetivo seja tão somente alcançado por meio das relações de mercado, financeiras e econômicas.

Considerando o exposto no parágrafo anterior, Alcântara e Sampaio (2017) sugerem dar maior atenção à alternativa de *bem viver* como possibilidade de um novo modelo “civilizatório”, na tentativa de reconsiderar as relações com a natureza e de condenar o consumo não responsável. Desse modo, Quijano (2002) enfatiza que para o processo de

descolonização seria necessário entender que descolonizar vai além de uma transformação que resultaria em deixar de ser colonizado. É preciso estratégias que apontem para uma mudança, uma construção, superação e emancipação por meio de alternativas que gerem, de fato, um desenvolvimento efetivo.

A proposta de *bem viver* seria uma alternativa que possivelmente teria a função de descolonização do pensamento de *desenvolvimento econômico* como única e suficiente alternativa de melhoria de vida. Embora não tenhamos um esboço teórico-metodológico sobre o *bem viver* que de fato sinalize o seu sentido real, esse tem sido o grande debate quanto às estratégias de qualidade de vida em países da América Latina, como pontua Alcântara e Sampaio (2017, p. 233):

Países como Equador e Bolívia buscaram novos paradigmas socioeconômicos na construção de um projeto de sociedade, designado como *Bem Viver* (...). O debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere reflexão sobre o sentido de *Bem Viver*, o qual se relaciona a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política, ética. Nessa perspectiva, há necessidade de amadurecer o diálogo sobre o tema *Bem Viver* como uma proposta alternativa de desenvolvimento, quando se pensa a relação sociedade e natureza.

Os autores acima citados afirmam que existe um debate quanto às alternativas que condicionem melhoria de qualidade de vida além do que já se disseminou sobre desenvolvimento econômico. Desse modo, carece a necessidade de amadurecer o diálogo sobre o *bem viver* como proposta alternativa de desenvolvimento, considerando tanto as dinâmicas sociais como suas relações de pertencimento do natural com o lugar.

Por esse ângulo, compreendo que a proposta de *bem viver* se relacionaria de forma mais real quanto ao que se almeja sobre qualidade de vida da população, por exemplo, alimentação, vestuário, habitação, entre outros pontos. Nisso, percebo que o alcance dessa qualidade de vida, segundo a proposta de *bem viver*, só se daria a partir da educação, das relações sociais como família, trabalho e também, do próprio meio ambiente.

O *bem viver* se apresenta como uma opção a partir de um comportamento de mudança que se abre a uma nova dimensão de *desenvolvimento*, e que a finalidade não esteja centralizada na acumulação de bens, mas que promova uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e acima de tudo, democrática. (ALCÂNTARA, SAMPAIO, 2017). Conforme Quijano (2013), *bem viver* alcançaria os patamares de igualdade e justiça social, aproximando e valorizando povos e culturas a partir de diálogos, como meio de conhecer os diferentes modos de vida.

Relacionando a proposta de *bem viver* com o projeto *Ferramentas e Caminho*, percebo que faltou considerar as particularidades do lugar onde as mulheres vivem. Conhecer por meio das subjetividades e não de modo quantitativo, com base em dados elaborados por terceiros. Para o *bem viver* existe uma identidade social a ser observada. E para conhecê-la será preciso imergir profundamente no lugar onde se habita, e, a partir disso, compreender as mais diversas expressões que ali possam existir, como modo de vida, comportamentos, arte, linguagem, entre outras manifestações. (QUIJANO, 2013).

O ICE-MA, por ser uma empresa constituída em modelos comerciais, assume em seus projetos uma visão dentro daquilo que ele consegue reconhecer como ideal pela sociedade. Algo que possa privilegiar o cenário mercadológico do Maranhão, como levar a uma parcela da população os serviços de assistencialismo social a partir do que eles elucidaram sobre responsabilidade social. Não existe uma pretensão por parte dessa pesquisa em mudar a história que constituiu o pensamento do Instituto, ou ainda de todas as empresas que compreendem a sociedade civil. Entretanto, existe a de apresentar novas ferramentas e novos caminhos que possam ser alternativas para um desenvolvimento social efetivo.

Assim como Quijano (2013), não há ambição em pregar a descolonização, até porque não temos como negar o colonial. Não é possível fingir que a colonização não tenha existido e

negar suas implicações no modo de pensar e agir da sociedade. O que se pretende é uma luta constante para a elaboração de alternativas que se apresentem como meios para o surgimento de novos rumos. Por isso, é tão valioso o debate sobre o *bem viver*, pois sua proposta está firmada em uma questão histórica aberta e que oportuniza contínuas discussões e práticas em nome da construção de novos saberes.

Não podemos negar a RSE pelo fato de ter sido resignificada. A ideologia que o discurso da responsabilidade social apresenta tem retratado interesses mercadológicos e políticos, estruturados em favor da valorização do capital. Porém cabe a nós a tarefa de debater e de apresentar alternativas que minimizem a superioridade que a noção de responsabilidade social tem assumido no decorrer dos anos.

3.4- A Responsabilidade Social Empresarial como estratégia ideológica

A discussão apresentada nesse capítulo foi constituída a partir de uma abordagem mais ampla do que já foi discutido anteriormente acerca da chamada “Responsabilidade Social Empresarial”. Na oportunidade, busquei respostas a uma inquietação levantada logo no início desse trabalho e que, de certo modo, nos permitiu compreender as possíveis implicações da prática da RSE na promoção de um suposto quadro “mercantil” de cidadania e desenvolvimento social. Mercantil porque a lógica da responsabilidade social apresentada pelas empresas e também pelo Estado tem percorrido o caminho de geração de renda como sinônimo de desenvolvimento. Nisso, percebo que exista um distanciamento, por parte dessas empresas, das causas estruturais que geram desigualdades sociais, econômicas e políticas, relacionadas à lógica de acumulação e valorização do capital.

É preciso então compreender como as práticas de responsabilidade social empresarial se estabelecem e, assim, identificar os impactos que essas ações causam no campo social. Busquei examinar se as ações de RS contribuiriam para a superação estrutural do quadro de precariedade social ou se, meramente, estão engessadas a uma postura de gestão-manutenção da miséria mediante cumprimentos de obrigações sociais. Para tanto, me condicionei a uma explanação analítica das informações relativas à prática do ICE-MA, a partir do acompanhamento do *Projeto Ferramentas e Caminho*, que constituiu a base desse capítulo, a fim de pensá-las a partir de noções como cidadania e desenvolvimento social.

De início, senti a necessidade de estabelecer uma discussão sobre a expressão “Responsabilidade Social Empresarial”. Parto da afirmação apresentada por Costa e Veloso (2014), quando ambos afirmam que a RSE seria uma realidade e não um modismo. Essa

concepção oportuniza uma discussão quanto a algo real que se tornou um imperativo de gestão de várias empresas. Segundo esses autores, existiria, nesse contexto, uma demanda de recursos privados na área social, no entanto, com fins públicos. Existiria, então, uma intenção por parte do empresariado em dar continuidade à proposta de responsabilidade social e de expansão de investimento. Isso demonstra, de certo modo, a dimensão da importância e de retorno geralmente financeiro para as empresas envolvidas.

Cabe lembrar que o período pós-carta de 1988 trouxe mudanças significativas quanto a direitos civis, políticos e sociais, bem como houve o aumento da presença de organizações privadas atuando em frentes de interesse público, como por exemplo as ONG's, ou ainda, a chamada sociedade civil. A discussão da RSE passa a ganhar estruturas reais à medida que a sociedade civil começa a articular e assumir funções sociais historicamente concebidas como de responsabilidade estatal/governamental. Essa aproximação é responsável pelo desenho de um novo cenário, que se constitui a partir de um debate sobre direitos sociais, a exemplo: “os direitos da mulher, negros, índios, meio ambiente, consumidor, entre outros pressionando as empresas a uma mudança de postura em relação ao comportamento dela na sociedade”. (COSTA, VELOSO, 2014, p. 2).

Uma vez que a premissa empresarial, como aponta Ashley (2005), durante muito tempo constituía-se na busca excessiva por lucratividade e bem-estar financeiro de seus acionistas, a responsabilidade da maioria das empresas estava fixada na satisfação de seus proprietários e colaboradores. Entretanto, havia ações de responsabilidade social externas à empresa. Essas ações eram chamadas de filantropia e tinham por finalidade a caridade, ao mesmo tempo que favoreciam positivamente a imagem das empresas.

A mudança do pensamento corporativo que permeou a última década do século XX é vista por Costa e Veloso (2014, p. 3) como sendo “fruto de um processo de construção e legitimação”, bem como resultado de um contexto “histórico, político e econômico bem preciso”. Embasado nisso, entendo que exista um discurso recorrente e midiático de que a RSE seja algo que fluiu naturalmente, a partir de um debate de fortalecimento da questão social, em decorrência de ações empresariais. No entanto, o que se identificou foi que houve uma suposta pressão por parte da sociedade civil para a mudança tanto do pensamento empresarial como de legislação.

Percebo que a prioridade em oportunizar produtos mais seguros e menos prejudiciais à natureza fez com que essa prática fosse comumente vista pela sociedade como algo positivo. Porém, a percepção que tenho a respeito é de que a prática da RSE não dialoga com as reais necessidades sociais. Como afirma Costa e Veloso (2014), o passo tem sido mais lento do que

o discurso. Percebo ainda que, a princípio, a pressão da sociedade civil consistiria na busca por espaço e não necessariamente em prol do bem-estar social.

Assim sendo, é preciso problematizar essas questões, tanto da insistência que consistiu em pressão da sociedade civil para a mudança de comportamento empresarial, quanto da real significação da relação entre sociedade civil, Estado e Empresariado. Fernandes (2002) põe em dúvida justamente a construção dessas relações, e indaga se, de fato, o engajamento das empresas no campo social seria fruto de uma mudança cultural empresarial, no intuito de incorporar as relações corporativas à promoção da cidadania.

É questionável se existiria uma abertura para as dimensões empresariais e de cidadania se estabelecerem de forma intrínseca ou se essa relação seria impossível de se conciliar, pois, de acordo com Costa e Veloso (2014, p. 14), ao desenvolverem (as empresas) estratégias voltadas para a diminuição das desigualdades sociais, ainda assim não conseguiriam objetivamente “modificar as estruturas básicas, que envolvem as relações de trabalho e as relações de poder que efetivamente produzem desigualdades”. Nesse sentido, não seria possível visualizar, na atuação empresarial, um “novo perfil de empresas”, uma vez que, segundo Fernandes (2002, p. 101), “as empresas não estariam efetivamente contribuindo para a promoção de uma cidadania ativa e inclusiva, mas apenas realizando ações pontuais que dificilmente se diferenciariam da filantropia”.

Com base na explanação acima apresentada, percebo então que a noção de responsabilidade social que paira no ideário empresarial, consistiria em relacionar sociedade com economia. Caberia a prática da RSE em tornar essa visão mais presente na imaginação da população. Para Costa e Veloso (2014), a RSE se apresentaria como um processo de mediação entre economia e sociedade, visando a encontrar um denominador comum que tornasse essa relação mais integrada e menos conflituosa.

A busca pela aproximação de fatores econômicos e sociais como algo intrínseco soa como mais uma estratégia de instrumentalizar a noção de responsabilidade social empresarial em algo genuíno, gratuito e participativo. Como discutido no capítulo anterior desse trabalho, existe uma ideologia política que consiste em ressignificar termos que, de certo modo, deixam de ser entendidos na sua forma crítica e política e passam a ser utilizados com a intenção de alcançar um fim desejado. Nesse caso, o fim seria a maior aceitação popular das estratégias que aproximam questões econômicas e relações de mercado com fatores sociais, de “cidadania” e de “desenvolvimento” ao alcance de todos. (DAGNINO, 2004).

Reportando-me à década de 1990 para reafirmar, uma vez que essa questão já foi apresentada nesse trabalho em capítulos anteriores, esse período, em especial, foi marcado por

significativas transformações na história política e social brasileira, na esteira do projeto neoliberal e da globalização econômica. Ao longo desse espaço de tempo, mediante induções ideológicas, foi possível observar a eclosão de novas formas de ver, de analisar e de pensar a realidade, fosse em relação à reestruturação produtiva, representada pelas questões de mercado e trabalho, seja nas relações entre Estado e sociedade. (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006).

Na concepção de Simionatto e Pfeifer (2006), o que antes se configurou como conquistas adquiridas ao longo dos anos, em decorrência das lutas das camadas de classe subalternizadas, estão cada vez mais se distanciando das possibilidades de emancipação do gênero humano e se aproximando de um caminho mais mercantil da questão social. Para os autores, isso se dá pelo tamanho poder adquirido pelo fenômeno capitalista, que dentre tantas consequências dessa mudança, a que mais chama atenção é o acentuado enfraquecimento das questões referentes à cidadania. Nesse sentido, é percebido que:

A redefinição do papel do Estado a partir da introdução de medidas político-ideológicas de corte neoliberal provocou um forte retorno ao debate sobre a sociedade civil, não apenas em termos teóricos, mas, acima de tudo, prático-políticos (...). Nesse contexto, ganhou materialidade a presença das organizações empresariais, tanto no plano econômico quanto político e social, reescrevendo a narrativa acerca do Estado, da proteção social e da cidadania. (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006, p. 2).

Compreendo que o fenômeno da responsabilidade social por parte das empresas se constituiu em determinações que a circunscreve como um predicado fundamentado na ideologia do projeto neoliberal. Esse por sua vez, se deu como escore de sustentação do capitalismo atualmente. Sendo assim, vejo que a expressão RSE passa a ser entendida como prática da sociedade civil, firmada em seus diversos segmentos de projetos societários, a serviço do projeto neoliberal. Percebo ainda que essa mudança reflete significativamente em uma ideia de cidadania que parte da prática empresarial munida de elementos técnicos operacionais carregados de significados simbólicos de “serventia e de boa ação”.

Quando pensamos em uma prática social atravessada por intenções *simbólicas* e carregada de apelo de *serventia*, recorro ao pensamento de Groppo (2007), que afirma que as empresas estão sendo conduzidas, uma vez que estamos vivendo uma crescente onda do discurso social imposta pela reestruturação dos setores produtivos a serem “socialmente irresponsáveis”. O autor utiliza o termo *irresponsáveis* no sentido de que as ações “sociais” desenvolvidas por várias empresas não conceituam a prática social, de forma que existe interesses mercantis e de lucratividade.

O que se percebe é uma dinâmica de reorganização da conduta empresarial para que ela seja vista como empresa ética e de prática social. Existe uma remodelagem sobre o discurso de corte de gastos, contingenciamento de despesas, redução de mão de obra, demissões dentre outros pontos que venham a justificar o investimento na questão social. Para Groppo (2007, p. 6), essa postura se apresenta como algo contraditório, haja vista que:

Numa crescente realidade em que as empresas, graças à reestruturação dos setores produtivos e à dinâmica especulativa, tornam-se – ou são levadas a ser – Socialmente Irresponsáveis – no sentido de que não consideram mais como sua responsabilidade cuidar dos trabalhadores e comunidades sob sua dependência –, parece paradoxal que elas venham pregar agora a práxis da “Responsabilidade Social”.

A contradição se apresenta pelo fato de que a RSE não seria uma prática disposta a gerar efetiva mudança de vida, ela seria um caminho para outros fins que, de certo modo, poderiam ser pensados no registro da irresponsabilidade, pois almejam fixar suas ações em uma postura de ligeira atenção social e de profunda inquietação quanto à produção e aos serviços mercantis, a saber: o lucro e a acumulação de capital.

Em meio à discussão que a expressão responsabilidade social empresarial tem suscitado ao longo dos anos, a partir de princípios que constituem o projeto neoliberal, de início, traz uma versão contraditória, pois, de acordo com Paoli (2003), a real intenção das empresas estaria pautada na valorização da marca dos empreendimentos e de sua imagem como empresa cidadã. A máxima empresarial é única: obtenção de lucro e não solidariedade, embora aparentemente se perceba o contrário. O mais assustador nisso tudo é que exista a estreita relação de que para se ter lucro a empresa depende sim, de uma postura mais responsável socialmente. É preciso então valorizar o *marketing* social da empresa. Nesse sentido, é notório a existência de contradições no discurso e na prática da RSE. Para Groppo (2007, p. 7), as ações empresariais que percorrem o caminho da responsabilidade social têm constituído práticas distantes das reais intenções e, “anuncia-se uma coisa com a embalagem de outra muito mais bonita, para esconder a realidade do que se vende e seus efeitos”.

Há uma preocupação até com uso de vocábulos que têm a função de tornar mais agradável a prática da RSE. Percebo que até o uso dos termos *responsabilidade* e *social* assumem um “valor de uso” muito forte, carregado de “positividade”, longe de quaisquer intenções de algo que não seja bom e gratuito à população. No entanto, “os interesses e necessidades sociais a satisfazer pelo exercício ‘gratuito’ da solidariedade tornam-se embalagens a adocicar a real procura de valores de troca pela ostentação desta solidariedade”.

(GROPPO, 2007, p. 7). A expressão responsabilidade social empresarial seria mais um dos usos possivelmente instrumentalizados e regidos por uma força política ideológica pautada pelo projeto neoliberal para que viesse a servir como meio de justificar ações ofertadas por empresas e não pelo Estado.

Percebo que o uso da locução responsabilidade social empresarial seria mais um caso a ser notificado quanto ao trato de ressignificação de significados, apontado por Dagnino (2004), apresentado no segundo capítulo desse trabalho. Percebo ainda que a atuação empresarial no campo social se torna no discurso da Responsabilidade Social um verdadeiro disfarce, como aponta Arantes (2000, p. 16): uma torção semântica, uma fraude vocabular. Atribui ainda essa distorção semântica a uma postura política bem atual, que tem como pretensão a luta por ressignificados de sentidos de palavras. A exemplo ele apresenta: *destruição social* vira “reforma”, *cidadania* vira “mera participação numa comunidade qualquer”, *solidariedade* vira “filantropia”, *desempregado* vira “indivíduo com baixa empregabilidade” e *parceira* vira “ação em que a iniciativa privada entra com a ‘iniciativa’ e o poder público com os ‘fundos’”.

Pontuo, entretanto, que as organizações sociais, assim como as organizações não governamentais que atuam sob o discurso da RSE, contribuem para a reprodução das relações sociais capitalistas. Essas organizações, que se colocam como fomentadoras das práticas de cidadania e de desenvolvimento social, são as mais atuantes na disseminação da prática capitalista. Seria esse o contexto apresentado por Tonet (1999) para entender a origem da cidadania moderna. Para o autor, essa seria concebida, no discurso, a partir da pura manifestação de liberdade do ser humano. A contradição é apresentada ante o entendimento de que a liberdade que possibilita acumulação de riqueza é a mesma que gera desigualdade, uma vez que nem todos têm a posse dos meios de produção (capital, maquinário, mão de obra).

Entendo que a *cidadania*, bem como as ações desenvolvidas por instituições tidas como “sociais”, como o próprio ICE-MA, são expressões e se relacionam com as estruturas da sociedade capitalista. O Estado (burguês) oportuniza o terreno para a atuação dessas organizações. Fazemos uso então de uma cidadania concebida e estruturada tanto em concepções políticas quanto econômicas.

Esta *cidadania burguesa*, gerenciada por um Estado capitalista, munida do discurso de “participação social”, não seria capaz de gerar *emancipação humana*, uma vez que essa seria fruto da superação das próprias bases de uma sociedade pautada na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Contudo, o que se vê é a busca por uma presumida *emancipação*

política, fruto do pensamento do Estado burguês, sob o discurso de fortalecimento de uma sociedade democrática, participativa, atuante, de homens livres e iguais, como apontado por Marx (2010). O que se tem percebido é a manutenção da lógica capitalista e todas as implicações por ela decorridas, de pobreza e de desigualdade social, e que muitas das vezes vêm disfarçadas de ações de responsabilidade social empresarial.

Por fim, a partir de um olhar teórico analítico quanto ao uso da expressão Responsabilidade Social Empresarial e suas contradições, pontuo que esse trabalho não tem a pretensão de negar a participação da sociedade civil, bem como não tem a intenção de desmerecer ou ainda recusar-se a afirmar que a atuação da RSE, de certo modo, implicaria de forma benéfica a população, porém busquei apresentar uma discussão expondo os elementos que retratem as intenções políticas, econômicas, ideológicas e sociais por trás do discurso e prática da Responsabilidade Social Empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A generalização da relação das empresas com ações tidas como de natureza social é um acontecimento recente no cenário brasileiro. Registros apontam para a década de 1970, se deram, no segmento empresarial, práticas voltadas a tratar contextos marcados por precariedade socioeconômica. Entretanto, foi a partir dos anos de 1990 que o discurso da RSE ganhou força. Desse modo, a pesquisa foi constituída no intuito de entender as noções de *cidadania* e *desenvolvimento social* no campo de atuação da chamada “responsabilidade social empresarial” a partir das percepções e práticas do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão.

A RSE ganhou formas no decurso de sua atuação, assumindo uma postura dentro das relações públicas e privadas como imperativos de bem-estar social e de assistencialismo por parte do segmento empresarial. Esse fato foi percebido ao longo da pesquisa e pontuado a partir do aumento de organizações que se colocaram como intermediadoras das atribuições do Estado na oferta de serviços públicos essenciais.

A pesquisa destacou o encadeamento existente entre a noção de *cidadania* e *desenvolvimento social* na perspectiva do que comumente se entende por RSE, a partir de um discurso que obteve considerável grau de penetração no âmbito da sociedade civil. Essa última, por sua vez, popularizou a responsabilidade social como uma ação longe de quaisquer suspeitas morais, e de qualquer tipo de discordâncias teórico-políticas.

Coube registrar que no decorrer dos anos as empresas modificaram a abordagem da RSE de forma a alcançar uma aceitação maior por parte da sociedade. Houve mudanças que partiram de dentro das empresas. Essas, que almejavam apenas um assistencialismo voltado a seus colaboradores, passaram a expandir suas ações “sociais” a um grupo populacional que não estava ligado diretamente ao cotidiano corporativo. O que proporcionava a valorização da marca da instituição e a aceitação de seus produtos/serviços, uma vez que esses estabelecimentos disseminariam a prática da responsabilidade social.

O desempenho da RSE pode ser entendido como uma abordagem essencial para o segmento corporativo, uma vez que a expressão passou a ser tratada pelas empresas como um processo de gestão manutenção dos negócios. Tendo a sociedade como alvo de suas estratégias, no intuito de popularizar uma marca, um produto, um serviço a partir da aceitação do público. Isso é traduzido como uma estratégia de *marketing* e que tem como finalidade a de ganhos materiais e de valorização simbólica da empresa frente à sociedade. Desse modo, vemos a responsabilidade social voltada para interesses comerciais, alimentada por um sistema

capitalista e que abusa do discurso social para alcançar parceiros comerciais, e aceitação pública.

Assumindo-se como referência no campo da Responsabilidade Social Empresarial no domínio maranhense, temos o Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão. Observou-se que este, de acordo com seu estatuto, se propõe a contribuir com o desenvolvimento sustentável do estado a partir de relações intersetoriais que favoreçam a equidade social e a participação cidadã. Nesse sentido, o ICE-MA se coloca como uma organização social que mobiliza uma rede de empresas para a prática da responsabilidade social. Focando sua atuação no desenvolvimento do estado, em especial na cidade de São Luís, através de projetos de inclusão social.

A fim de alcançar seu objetivo institucional, o ICE-MA assumiu por estratégia de atuação o diálogo intersetorial, por isso mantém sua atividade em parceria com organizações sociais, pois entende que desta maneira pode ter seus resultados potencializados. Como fruto das parcerias com organizações sociais e empresas associadas, o Instituto conseguiu se tornar, como frisou um dos membros fundadores do ICE-MA, uma referência enquanto articulador para o desenvolvimento local. E sua estratégia de mobilização social passa pela busca por iniciativas que visam a articular a sociedade civil para o exercício da cidadania, democracia participativa e incidência em políticas públicas.

Como manifestação de sua mobilização social, o ICE-MA se dedica historicamente a iniciativas de geração de emprego e renda, a exemplo temos o *Projeto Ferramentas e Caminho*, que tem como proposta o beneficiamento direto de 150 mulheres da área do Itaqui Bacanga com formação profissional na área da beleza. Para o Instituto, a proposta de elaboração desse projeto teve início a partir da necessidade de capacitar mulheres para o ofício no âmbito da beleza. O objetivo estaria em qualificar a mão de obra feminina da área, no intuito de oportunizar independência financeira, bem como a melhoria da qualidade de vida dessas mulheres.

Diante de uma abordagem descritiva, no primeiro momento foi exposto que a atuação do ICE-MA seguiu uma tendência de mercado, uma vez que sua história está ligada à ampliação do discurso da RSE no intuito de expandir a ideia de que empresas e questões sociais devem se imbricar. Foi apontado que o Instituto surgiu como uma alternativa adotada por uma equipe que compunha o ICE-SP. Essa equipe, formada por empresários, tinha em mente que havia uma necessidade de levar ao Nordeste ações que já estavam sendo exercidas na região Sudeste, haja vista que esta região do país era apontada como uma área de forte demanda social. Configurando assim uma localidade propícia para iniciativas de

responsabilidade social a serem desenvolvidas pela ação empresarial.

A cidade de São Luís foi a porta de entrada da atuação inspirada na RSE no estado, impulsionado pela presença de empreendimentos como a Vale, Alcoa, Alumar, uma vez que essas organizações poderiam ser parceiras do ICE-MA na execução de projetos sociais. Desta forma, inúmeros projetos ao longo dos 19 anos de existência do ICE-MA foram concebidos no intuito de trazer *cidadania e desenvolvimento* aos moradores locais, como demonstrado na fala da diretora presidente do Instituto. Projetos que foram desde práticas educacionais e esporte, até cursos de formação profissional.

No decorrer da pesquisa foi constatado, a partir das falas de um dos membros fundadores do ICE-MA, que a noção de *cidadania e desenvolvimento social* está relacionada à questão econômica. Para o Instituto, investir em projetos que exercitem o saber, as relações urbanas, emprego e renda, bem como as questões de valores morais, seriam as maiores evidências de que a sociedade estaria exercendo sua cidadania e, de certo modo, estaria caminhando para um estágio maior de desenvolvimento social.

No segundo momento da pesquisa, em uma abordagem mais histórica, observou-se que a discussão que permeia a RSE está firmada em um plano mais amplo, que envolve aspectos históricos, econômicos e políticos. Histórico porque está relacionado à construção de políticas sociais que vão da oposição ao *Welfare State* até o surgimento do que entendemos por neoliberalismo. Econômico porque toda a construção envolve relações de mercado e de valorização das dinâmicas do capital. E político porque essa relação é construída a partir da retirada do Estado da chamada questão social, concedendo à sociedade civil abertura para atuação nesse terreno.

Como expressão dessas relações é apresentado o ICE-MA como instituição que tem por atribuição a construção das conexões entre poder público (Estado) e o poder privado (Empresas). O Instituto realiza na cidade de São Luís o que se discutiu no segundo capítulo dessa pesquisa. A intenção de ser uma empresa que atua de forma a construir relações intersetoriais nada mais é do que aproximar o privado do público. E por muitas vezes, o que é privado torna-se imperativo do que deveria ser executado pelo setor público. Nesse sentido, o projeto neoliberal tem assumido uma postura essencial para a mudança de atuação frente à questão social. Ele por sua vez resinifica termos, instrumentaliza os meios para alcançar suas finalidades, haja vista que instrumentalizar resultaria na preparação do terreno para maior aceitação do pensamento doutrinário que envolve seu projeto político-ideológico.

Como instrumentalização e ressignificação dos termos, temos a construção da noção de *cidadania e desenvolvimento* a partir da ideologia neoliberal, que faz com que o

entendimento dessas expressões seja construído a partir de elementos como capacidade de consumo e crescimento econômico. Ainda que o trabalho de grande parcela da população se apresente precário, subalterno, de modo informal ou, ainda, camuflado na categoria de “microempreendedor individual”. Nessa perspectiva, o projeto neoliberal coloca as relações mercantis à frente de referências como bem-estar coletivo. Isso pode ser observado com início da retirada estatal de assuntos pertinentes a questão social, de modo que *cidadania* e *desenvolvimento social* se estabelecem não a partir da lógica de construção de uma igualdade social em sentido amplo, mas das ideologias de natureza individualistas e privatistas, que comumente favorecem segmentos que já detém o poder econômico e político. A questão do trabalho, na amplitude neoliberal, foi retratada durante a pesquisa ao contar da atuação do ICE-MA através do projeto *Ferramentas e Caminho*, sob o discurso da RSE.

No terceiro momento da pesquisa foi pontuado, de forma analítica, as questões pertinentes às concepções e práticas da responsabilidade social por parte das empresas, a partir do caso do ICE-MA. Nesse horizonte, o referido projeto representa em sua aplicabilidade o meio pelo qual foram operadas as noções de *cidadania* e *desenvolvimento*.

Quanto ao projeto *Ferramentas e Caminho*, foi percebido que se tratava de uma medida ausente de quaisquer suspeitas de natureza antissocial – aquelas que fogem aos reais interesses e necessidades da coletividade – bem como, se apresentava como uma oportunidade de melhoria de vida com a qualificação da mão de obra feminina, cuja finalidade era a geração de emprego e renda. Socialmente, se tratava de uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada. E que, no conjunto de interesses da parte empresarial, esse empreendimento representaria toda uma ideia positivista a ser vendida a um segmento social sob o discurso de alcance da modernidade, do desenvolvimento, das práticas de cidadania, ou seja, de evolução social, que seria a saída de um estágio de miserabilidade, de vulnerabilidade a uma vida mais confortável e economicamente ativa.

A *cidadania* foi representada no projeto *Ferramentas e Caminho* pelas noções de igualdade e liberdade comerciais. Seria importante, nesse sentido, qualificar a mão de obra de mulheres que não tivessem boas condições enquanto geradoras do seu sustento. Percebo que essa prática é, no mínimo, contraditória, considerando que nas relações capitalistas as classes sociais têm diferentes níveis, e como poderia uma pessoa que está inserida em níveis hierárquicos inferiores obter as mesmas oportunidades para alcançar a igualdade que o sistema aponta oportunizar? Se as oportunidades não partirem diretamente do Estado, cumprindo suas obrigações de mediador, não haveria a possibilidade de uma igualdade social que pudesse gerar de fato cidadania.

Compreendo que o que o ICE-MA, por meio dos seus parceiros e dos projetos concebidos na área social, está puramente marcado por questões que estimulem a valorização das práticas empresariais e mercantis. As pessoas são inseridas nesse contexto não como indivíduos pensantes, sociais, com histórias e costumes próprios, mas como uma peça fundamental para o sucesso da prática do discurso da RSE, nos moldes econômicos do capitalismo contemporâneo.

Da mesma forma, observo que a adequação do uso do termo *desenvolvimento* na prática do discurso da RSE está diretamente atrelado às questões econômicas também. Essa noção foi percebida durante todo o projeto *Ferramentas e Caminho*. Ao longo da pesquisa foi demonstrado que ser desenvolvido, na perspectiva dominante, é deixar de ser “atrasado”, é buscar fazer uso dos meios que tornem o indivíduo dono das diretrizes de sua vida. E entre essas diretrizes, a mais gritante é o aspecto financeiro. Por isso o projeto foi construído a partir da ideia de levar qualificação profissional a mulheres de áreas carentes socialmente, apontadas pela classe empresarial como vulneráveis.

Na visão do Instituto, seria preciso estabelecer meios para que essas mulheres viessem a gerar renda, a partir de uma necessidade do mercado. O mercado necessitaria de mão de obra que trabalhasse na área da beleza. Então o ICE-MA pensa e elabora um projeto, financiado por seus parceiros a fim de preencher a necessidade que se apresenta. Nesse sentido, o Instituto faz uso da narrativa do desenvolvimento socioeconômico a partir da inserção da mulher no mercado de trabalho. Para isso, como foi visto, a Instituição conta com nomes e marcas de grande representatividade no cenário local, como Alcoa, Instituto Embelleze, no intuito de transmitir a imagem de seriedade e qualidade de suas ações.

Considerando o que foi apresentado até aqui, percebo que a presença de entidades que compõem a sociedade civil e que se propõem a atuar em causas de natureza social tem sido, por meio da abertura concedida pelo Estado, o maior agente de oferta de ações de natureza assistencial, a exemplo do próprio ICE-MA, que oferecem serviços públicos por meio de empresas privadas. Essa postura pode ser justificada por meio do projeto neoliberal que, entre outras finalidades, tem a característica de distanciar o poder público das questões sociais, dessa forma, desobrigando-o de responsabilidades e garantias sociais, até mesmo, constitucionais.

É compreendido que as organizações oriundas da sociedade civil têm por práticas, entre outras questões, inserir, a partir do discurso da RSE, atores como o Estado e empresas em ações de elaboração e execução de projetos que intervenham na prestação de serviços sociais à população, a partir da lógica do mercado. Desse modo, percebo que as instituições

têm exercido a responsabilidade social como um imperativo de gestão de seus negócios. Uma vez que elas articulam toda uma estrutura que vai desde questões históricas a projetos políticos.

Entendo ainda que as noções de *cidadania* e *desenvolvimento social* propagadas por essas empresas está fora de um contexto real de igualdade social como se apontou ao longo da discussão dessa pesquisa. As empresas pouco consideram questões pertinentes à identidade cultural da população, à valorização do lugar onde ela está inserida. Dessa maneira, os projetos sociais articulados pela sociedade civil têm sido superficiais quando se considera que o parâmetro de se proporcionar uma *cidadania ampliada*, a partir da igualdade econômica, da participação e representatividade social e política. Bem como se distancia do *desenvolvimento social efetivo*, que não carrega o viés econômico-capitalista como única alternativa e possibilidade para o alcance de qualidade de vida de uma população. Mas que valoriza e considera alternativas como a proposta do *bem viver*, por exemplo.

Foi demonstrado então, que as noções de *cidadania* e *desenvolvimento social*, são expressões da própria sociabilidade capitalista. Tanto quanto as organizações sociais, ONGs, que se manifestam, em grande medida, no âmbito da mesma dinâmica, sendo concebidas sob à luz do capital. Limitando-se tão somente ao fortalecimento da prática comercial, geradora de recursos financeiros, sob o discurso de liberdade e igualdade. Ao Estado, esse também capitalista, burguês, caberia preparar o terreno a ser percorridos pelas OSs, ONGs, essas sendo expressões veladas de intenções corporativas.

Nessa perspectiva, dirijo-me à afirmação de que as referências nas quais as expressões *cidadania* e *desenvolvimento social* foram construídas, na égide da chamada RSE, não colaborariam para um horizonte de emancipação humana. Pois suas diretrizes e ações tem como foco principal não a resolução estrutural das questões sociais existente nos marcos de uma sociedade de classes ancorada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho, mas em boa medida na prosperidade econômico-comercial das próprias empresas envolvidas. À vista disso, sustento que o objetivo traçado no início dessa pesquisa foi, de certo modo alcançado, haja vista que o intuito dessa investigação estava em buscar compreender como as referências de *cidadania* e *desenvolvimento social* se apresentavam no discurso da responsabilidade social pelas intervenções e concepções do ICE-MA.

Portanto, deixo em aberto como direcionamento para novos rumos dessa pesquisa a oportunidade de ampliação do discurso de desenvolvimento pleno e efetivo a começar das alternativas implementadas pela proposta do *bem viver*, a fim de apresentar as implicações

dessa prática no contexto social brasileiro. Reitero que a idealização dessa pesquisa se deu no fato de apresentar alternativas fora do viés capitalista neoliberal do que seja *cidadania* e *desenvolvimento social*. Entendo que as ações econômicas são importantes, porém existem abordagens que precisam ser discutidas e compreendidas como novos rumos e novas implicações.

Por fim, entendo que a pesquisa científica não se finda, antes, dela sucedem novas inquietações, de modo que a investigação nunca responderá por completo às questões propostas, uma vez que, quanto mais se investiga, mais questionamentos surgem, e assim se estabelece o ciclo do conhecimento. O propósito estabelecido para essa pesquisa nunca foi de esgotar a discussão, pelo contrário, buscamos contribuir com a temática a fim de acrescer entendimentos que se fazem necessários para a ampliação de novas questões e problemas que resultem em novas pesquisas, novos saberes.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abril 2017. p. 231-251.
- ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- AMARAL, Maria V. Responsabilidade social e gestão comunitária: a luta na cidade. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, UFMA, 2007.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999.
- _____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São. Paulo: Boitempo, 2006
- ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. **Cadernos ABONG**, n. 27 (ONGs: identidade e desafios atuais), São Paulo: ABONG/ Autores Associados, maio/2000, p. 3-27.
- ARAUJO, Elizeu Serra de. A resistência da ideologia do desenvolvimento econômico. **Rev. Economia-Ensaio**, Uberlândia, 16(2)/17(1), jul. e dez./2002. 57-75.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. 2.ed., Rio de Janeiro: Documentário, 1979.
- ASHLEY, Patrícia A. (org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Campus, 2002.
- BARBOSA, Attila M. A responsabilidade social empresarial como meio de supressão da política. In: **Política & trabalho**, n. 26, 2007, p. 177-202.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**: A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo, Editora 34, 1998.
- CALIL, Lúcia Peixoto. **Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão**: sistematização de uma experiência em construção (2001-2010). São Paulo: Sal da Terra, 2010.

COSTA, Eduardo Antonio Resende Homem da. VELOSO, Leticia. **Responsabilidade social para a empresa ou para a sociedade?** questionamentos de um conceito em construção. X Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. In: Perspectivas, vol. 22, 1999.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política e Sociedade**, n. 5, 2004.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: Os Desafios da Construção de uma Nova Ordem no Brasil dos Anos 90. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, volume 38, nº 3, 1995. 385-415.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Rev. Political Geography**. V. 20, Issue 2, February 2001. 139-174.

_____. **Encontering development**: the making and the unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y practica social. In: MATO, Daniel (Coord.) **Políticas de economia, ambiente y sociedade em tempos de globalização**. Caracas: Universidade Central de Venezuela. 2005, p. 17-31.

FERNANDES, Rubens C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

FLEURY, Sonia. Capitalismo, democracia, cidadania: contradições e insurgências. **Saúde debate** [online], vol 42, n 3, 2018, pp. 108-124.

FOOTE-WHITE, William. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. cap.3, p.77-86.

FREEMAN, Edward R. **Uma gestão de stakeholders**: uma abordagem de stakeholders. Londres: Pitman Publishing, 1984.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, 2002.

GONÇALVES, Aguinaldo et al. A responsabilidade social das empresas. In: **Org e Demo**, vol. 7, n. 1/2, 2006, p. 135-152.

GROPPO, Luís Antonio. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. **Serviço social e Sociedade**. ano XXVIII, n. 91, 2007, p. 143-162.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5º ed. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – FASFIL**. 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=destaques>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: 2002. Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO DE CIDADANIA EMPRESARIAL DO MARANHÃO (ICE-MA). **Quarta alteração do Estatuto Social do ICE-MA**. São Luís, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mapa das Organizações da Sociedade Civil**. 2016. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/dados-indicadores.html>. Acesso em: 26 jul. 2019.

LAFER, C. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia. Da Letras, 1988.

LANDIM, Leilah. **Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas**. O Social em Questão, nº 4. “Enfrentamentos da questão social”. Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, PUC-Rio, 1999.

LAURELL, Ana Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo, Cortez/CEDEC, 1995.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Dossiê Brasil: anos 90. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 18, p. 7-9, jun. 2002. p. 8.

LIMA, Deborah Castro e; Carvalho, Aracéa. **Lições do oleiro: dez anos do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão**. São Luís: Gráfica Halley, 2011.

LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento. In: ZHOURI, Norma; VALÊNCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LOCKE, John. **Segundo Tratados Sobre o Governo Civil**. 4º ed. São Paulo: Vozes, 2006.

MANZOLI, Patrícia. Da responsabilidade social do Estado para a responsabilidade social das empresas. In: **Revista Segurança urbana e juventude**, vol. 4, n. 1/2, 2011, p. 1-14.

MARSHALL. T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 35ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. **Para a crítica da economia política**. Tradução de E. Malagodi. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21^a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Fernando Silveira M. Plentz. “Empresa cidadã”: uma estratégia de hegemonia. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, 2016, p. 969-973.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta à questão social e a funcionalidade do terceiro setor. In: **Lutas sociais**, n. 8, 2002.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo. Editora Senac. 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, vol. 39, nº. 1 (1996), p. 13-37.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 373-418.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, 8(2), 1999, p. 115-127.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PETRAS, James. **Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa**. Blumenau, FURB, 1999.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “Bem Viver”: entre o “Desenvolvimento” e a “Des/Colonialidade” do Poder. **Revista Da Faculdade De Direito Da UFG**, nº 37, ano 01, 2013. 46-57.

_____. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, nº. 37, ano 17, 2002. 46-57.

_____. Colonialidad Del Poder Y Clasificación Social. **Journal of World Systems Research**, VI, 2, p. 342-386, Summer/Fall, Especial Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I, 2000.

RAICHELIS, Raquel. **Assistência social e esfera pública**: os conselhos no exercício do controle social. Cadernos ABONG, São Paulo, ABONG, no. 21, Série Especial, Subsídios à Conferência de Assistência Social - III, outubro 1997.

REDE ACE. **Cidadania empresarial no Brasil**: análise da atuação dos núcleos da Rede Ace. Recife, 2009.

RIBEIRO, Álvaro M. **Responsabilidade social empresarial**: percepções e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: PUC/MG, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo Atlas, 2012.

SAES, Décio. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. In: **Instituto de Estudos Avançados**, caderno 8, 2000, p. 1-47.

SANTOS, Elinaldo. Et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. In: **Desenvolvimento regional em debate**, n. 1, 2012, p. 44-61.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**, nº 2, vol. 17, 2016. 170-181.

SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. In: **Textos e Contextos**, n. 5, 2006, p. 1-20.

TELLES, Vera da Silva. A nova questão social brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. In: **Cad. CRH** v. 12, n. 30-31 Salvador Jan./Dez. 1999.

_____. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo, Editora 34. 2001.

_____. Sociedade civil, direitos e espaços públicos. **Polis**, 14, S. Paulo, Instituto Polis. 1994.

TONET, Ivo. Cidadania ou liberdade. **Perspectivas**, São Paulo, 22, p. 85-94, 1999.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista realizada com um membro do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perguntas **explicativas** ou **casuais**, pois o objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social. (MANZINI, 2004).

Parcerias: privado e público

- 1-Como o ICE-MA tem articulado para manter seus parceiros e para a aquisição de novas parcerias?
- 2-Por que pensar que estabelecer parcerias com empresas privadas seria o caminho para a promoção da responsabilidade social?
- 3-Em qual momento se sentiu a necessidade de estabelecer parceria com o poder público?
- 4-Em que consistiria o retorno dos investimentos para os parceiros envolvidos nos projetos?
- 5-Como o ICE-MA avalia os resultados obtidos pelas parcerias?

Projetos

- 1-Quais fatores são considerados no planejamento de um novo projeto?
- 2-Como o ICE-MA define a localidade para a aplicação de um projeto?
- 3-O que seria o “sucesso de um projeto” para o ICE-MA?
- 4-Existe algum trabalhando sendo executado, além do projeto São Mateus do Amanhã, no interior do estado? Se não houver, teria alguma perspectiva para essa expansão? Como o instituto vê essa possibilidade?

Concepções (cidadania e desenvolvimento social)

- 1-De que forma os projetos desenvolvidos pelo ICE-MA têm colaborado para a promoção da equidade social no Maranhão?
- 2-De que forma o ICE-MA mensura os resultados, pós projeto, do “desenvolvimento social” de seu contexto?
- 3-De que maneira os projetos desenvolvidos pelo ICE-MA têm contribuído para a cidadania no Maranhão?

APÊNDICEB: Roteiro da entrevista realizada com a Presidente da Diretoria Executiva do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Perguntas **explicativas** ou **casuais**, pois o objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social. (MANZINI, 2004).

1. Qual a inspiração para idealização do projeto Ferramentas e Caminho?
2. Em que medida, o projeto Ferramentas e Caminho colaboraria para a prática de responsabilidade social-empresarial?
3. Quais pontos foram primordiais para se pensar na elaboração do projeto Ferramentas e Caminho?
4. Quais impactos são esperados com a concretização desse projeto?
5. A inserção no mercado de trabalho tem sido uma das metas do ICE-MA na hora da definição de um projeto social?
6. Em que medida o fator “renda” se torna prioridade nas iniciativas do ICE-MA?
7. O que te motiva a pensar que inserir a sociedade no mercado de trabalho seria a melhor forma para a promoção do desenvolvimento social?
8. Por que pensar que a oferta de serviços profissionalizantes seria o caminho para a promoção da cidadania?
9. Você acredita que o projeto Ferramentas e Caminho trará cidadania e desenvolvimento social a seus participantes?

APÊNDICEC: Roteiro da entrevista realizada com as alunas participantes do projeto Ferramentas e Caminho

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 01: Você acredita que esse curso mudará sua vida? Em que? Se não, porque?
- 02: Você acredita que tendo uma profissão você se sentirá mais cidadã, porque? Se não, porque?
- 03: Você acredita que tem habilidades para ser empreendedora do seu próprio negócio ou você prefere trabalhar para alguém? Porque?
- 04: Você pretende se inserir no mercado de trabalho ou não? Porque?
- 05: Você se sente em situação de vulnerabilidade social? Porque?
- 06: Em qual desses pontos você se enquadra?
- a) Violência doméstica
 - b) Gravidez na adolescência
 - c) Deficiência
 - d) Desemprego
 - e) Outra _____.
- 07: Você está fazendo qual desses cursos?
- a) Manicure e pedicure
 - b) Escovista
 - c) Depilação
 - d) Design de sobrancelhas.
- 08: Você preferiria outro curso? Qual seria?
- a) Manicure e pedicure
 - b) Escovista
 - c) Depilação
 - d) Design de sobrancelhas.
- 09: Em que o projeto colaboraria para o desenvolvimento social dessas mulheres?

ANEXO

ANEXO A: Quarta alteração do estatuto social do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

**Quarta Alteração do Estatuto Social
do
Instituto de Cidadania Empresarial do
Maranhão**

Aos oito dias do mês de abril de 2011, os associados do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão se reuniram em Assembléia Geral e resolveram alterar os artigos 1º, 2º e 5º de seu Estatuto Social que passou a ter a seguinte redação consolidada:

Capítulo I- Dos Objetivos do Instituto

Artigo 1º O Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão, doravante designado simplesmente Instituto, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, pelos seus instituidores, com sede e foro no Município e Comarca de São Luis, Estado do Maranhão, na Rua dos Abacateiros, quadra 05, casa 15 – São Francisco

§ 1º. O Instituto deve aplicar integralmente suas eventuais rendas, recursos e resultados operacionais no país e na manutenção e consecução do desenvolvimento de seus objetivos institucionais, sendo vedada a distribuição de lucros, dividendos, bonificações, participações ou resultados, ficando obrigado a reaplicar ou reinvestir excedentes financeiros no desenvolvimento das atividades previstas neste Estatuto Social.

§ 2º. O Instituto não remunera, nem concede vantagens, bônus ou benefícios, de qualquer forma ou título, de forma individual ou coletiva, a seus diretores, associados, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, em razão das competências, funções ou atividades desenvolvidas pelos mesmos, estendendo-se a seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até terceiro grau.

§ 3º. O Instituto tem autonomia jurídica, patrimonial, administrativa e financeira com relação a seus fundadores, instituidores, eventuais mantenedores, associados, entidades privadas e, também, em relação ao poder público.

§ 4º. O patrimônio do Instituto é constituído por bens e valores disponíveis quando da sua criação e pode ser ampliado por doações,


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

dotações, inclusive sociais, legados, bens direitos, valores, receitas e outros que venham a receber, produzir ou adquirir de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

§ 5º. O patrimônio do Instituto não constitui patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social e será constituído por contribuições financeiras de seus instituidores.

Artigo 2º. A finalidade do instituto é Contribuir com o desenvolvimento sustentável do Estado do Maranhão construindo relações intersetoriais que favoreçam a equidade social e a participação cidadã. Para tanto buscar-se-á:

- a) Produzir e disseminar conhecimento e tecnologia a partir da prática institucional, mobilizando atores empresariais e sociais em outros territórios do Estado de Maranhão.;
- b) Promover a educação e a formação de lideranças dos três setores comprometidas com o desenvolvimento sustentável do Maranhão.;
- c) Promover espaços de difusão e intervenção intersetorial e investimento social privado por meio da disseminação de práticas exitosas e princípios metodológicos.;
- d) Fortalecer o Observatório Social de São Luis como espaço de articulação para a construção de uma São Luis justa e sustentável.;
- e) Garantir o permanente processo de desenvolvimento institucional em todas as suas dimensões.;
- f) Articular e fortalecer iniciativas de educação profissional orientadas à redução do déficit de mão de obra técnica qualificada e promover a inclusão social no Estado do Maranhão.

§ 1º. Na consecução de seus objetivos sociais, o Instituto deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da eficácia.

§ 2º. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos, financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO³
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

§ 3º. A participação dos associados nos projetos e iniciativas do Instituto se dará por livre escolha, segundo suas conveniências.

§ 4º. O Instituto promoverá palestras, pesquisas, debates, seminários, cursos e painéis culturais sobre assuntos relacionados com seus objetivos sociais ou de interesse de seus associados.

Artigo 3º. A área geográfica de atuação do Instituto é o Estado do Maranhão, com todos os seus municípios e regiões.

Artigo 4º. O Instituto para cumprir os seus objetivos, poderá receber recursos financeiros, advindos de contribuições de seus associados, doações e dotações de entidades públicas ou privadas e receber verbas destinadas por interessados e entregues ao Instituto com fins específicos.

§ 1º. O Instituto poderá, ainda, a qualquer tempo, gerar receitas adicionais provenientes da promoção de eventos, elaboração de trabalhos específicos, edição de material e outros de interesse do Instituto.

§ 2º. O Instituto deverá possuir e fazer cumprir normas de prestação de contas, onde:

- a) deverá no mínimo observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade
- b) se dê publicidade por meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório das atividades e das demonstrações financeiras do Instituto, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, se for o caso, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- c) se realize auditoria, inclusive por auditores externos independentes;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo Instituto será feita conforme o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

§ 3º. O orçamento do Instituto é anual, o Exercício Financeiro corresponde ao ano civil, a Contabilidade adota o Regime de Competência e a Execução Financeira observa, no que couber, as normas de Direito aplicáveis às empresas privadas.



Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO⁴
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

Capítulo II - Do quadro de associados

ART. 5º - O Instituto é constituído por pessoas físicas e/ou jurídicas que solicitam ingresso ao mesmo através de termo de adesão em uma das quatro categorias de associados:

- a) Instituidores - as pessoas físicas e/ou jurídicas que subscreverem a ata de constituição do Instituto, e, ainda contribuir para a formação do seu patrimônio inicial, sendo a sua contribuição mínima mensal de R\$ 300,00;
 - b) Filiados - as pessoas físicas e/ou jurídicas que comprovadamente estejam comprometidas com as finalidades do Instituto e sejam admitidas na forma do presente Estatuto Social, variando a sua contribuição mínima mensal, conforme o número de funcionários da empresa: até 25 funcionários de R\$ 182,03; de 26 a 50 funcionários de R\$ 242,23 e mais de 50 funcionários de R\$ 363,18;
 - c) Sócio Contribuinte Voluntário - as pessoas físicas e/ou jurídicas comprometidas com as finalidades do Instituto e que desejem contribuir, de forma voluntária, doando valores financeiros, bens ou serviços;
 - d) Personas Gratas - as pessoas representantes do Poder Público Estadual, Municipal e Federal e pessoas de notório saber, convidadas pelo Instituto e referendadas pela Assembléia Geral, não existindo contribuição financeira para esta categoria de associados.
- § 1º. Os associados pessoas jurídicas a que se refere este artigo serão representados, junto a este Instituto, por pessoa expressamente, designada para esta finalidade.
- § 2º. As contribuições mensais a que se refere este artigo serão corrigidas anualmente aplicando-se o índice de preços ao consumidor – IPC referente aos últimos 12 meses ou outro que venha a substituí-lo.

Capítulo III- Do processo de exclusão de Associados

Artigo 6º. Será excluído o associado que infringir quaisquer dos deveres impostos por este Estatuto Social ou que, de forma individual ou coletiva, direta ou indireta, obtenha benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da condição


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 43707

de associado, membro da diretoria do Instituto ou de nomeado para o desempenho de funções específicas.

Artigo 7º. A exclusão do associado somente poderá ser deliberada pela maioria absoluta do Conselho Deliberativo em reunião especialmente convocada para esse fim, facultando-se ao associado defender-se na ocasião.

Artigo 8º. A decisão acolhendo a exclusão sujeita-se a recurso à Assembléia Geral, que poderá ser convocada em caráter extraordinário no prazo máximo de 5 (cinco) dias, observando-se as demais disposições estatutárias.

Capítulo IV- Dos Direitos dos Associados

Art. 9º. São direitos dos associados:

I - Instituidores:

- a) ter acesso a toda e qualquer informação relativa à gestão e ao funcionamento do instituto;
- b) desligar-se do Instituto a qualquer momento, solicitando através de ofício à diretoria a suspensão de sua contribuição financeira, todavia observando responsabilidades contraídas anteriormente, até suas liquidações;
- c) apresentar sugestões e reivindicações pertinentes aos objetivos do Instituto;
- d) ingressar livremente em todas as dependências da sede do Instituto;
- e) participar das Assembléias Gerais;
- t) votar e ser votado;
- g) requerer convocação de Assembléia Geral;
- h) ter acesso aos balanços financeiros do Instituto.
- i) ter menção de seu nome e marca junto às ações e iniciativas do Instituto, em toda a sua existência, nas quais participou ou participa ativamente; e
- j) usufruir de descontos e deduções observando a legislação em vigor no país.

II – Filiados

- a) ter acesso a toda e qualquer informação relativa à gestão e ao funcionamento do Instituto;
- b) desligar-se do Instituto a qualquer momento, com a suspensão de sua contribuição financeira, todavia observando as responsabilidades contraídas anteriormente, até suas liquidações;
- c) ingressar livremente em todas as dependências da sede do Instituto;
- d) participar das Assembléias Gerais;


 Ana Amélia Figueiredo Dino
 OAB/MA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

- e) ter acesso aos balanços financeiros do Instituto;
- f) após um ano de efetiva e ininterrupta participação e contribuição financeira, o sócio contribuinte passa a gozar dos mesmos direitos dos sócios instituidores;
- g) usufruir de descontos e deduções observando a legislação em vigor no país.

III - Contribuintes Voluntários:

- a) ter acesso a toda e qualquer informação relativa à gestão e ao funcionamento do Instituto;
- b) desligar-se do Instituto a qualquer momento, com a suspensão de sua contribuição financeira, todavia observando as responsabilidades contraídas anteriormente, até suas liquidações;
- c) iniciar e interromper a sua contribuição a qualquer tempo, desligando-se sem prévio aviso do Instituto;
- d) ingressar livremente em todas as dependências da sede do Instituto;
- e) ter acesso aos balanços financeiros do Instituto;
- f) manter em sigilo suas doações, se assim desejar;
- g) usufruir de descontos e deduções observando a legislação em vigor no país;
- h) participar das Assembléias Gerais com direito a voz.

IV- Personas Gratas:

- a) ter acesso a toda e qualquer informação relativa a gestão e ao funcionamento do Instituto;
- b) ingressar livremente em todas as dependências da sede do Instituto;
- c) ter acesso aos balanços financeiros do Instituto;
- d) participar das Assembléias Gerais com direito a voz.

Capítulo V- Dos deveres dos Associados

Artigo 10. São deveres de todos os associados:

- I- Concorrer e cooperar para o fortalecimento do Instituto;
- II- Observar, cumprir e fazer cumprir os objetivos estabelecidos nesse Estatuto Social;
- III - Pagar pontualmente as taxas e/ou contribuições que venham a ser instituída, excetuando-se as categorias de associados contribuintes voluntários e personas gratas;



Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

IV- quando exercente de cargos diretivos do Instituto, ou quando nomeado para o desempenho de funções específicas, desenvolver suas atividades com zelo e probidade; e

V- não proceder de modo a contrariar os deveres de associado ou os objetivo estatutários do Instituto.

Art. 11. O não cumprimento dos compromissos financeiros nas categorias de Instituidores e Filiados implicará na cessação dos direitos dos associados.

Parágrafo único - No caso de qualquer outra violação estatutária, ou de conduta ofensiva, poderá haver pena de advertência, suspensão ou exclusão do associado, em procedimento estabelecido pelo Conselho Deliberativo, com direito a ampla defesa.

Capítulo VI- Da Organização

Artigo 12. São órgãos do Instituto:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Conselho Fiscal; e
- d) Diretoria Executiva

Parágrafo único - As deliberações da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva do Instituto serão tomadas por voto unitário e igualitário e por maioria simples dos presentes, salvo disposição estatutária em contrário.

Seção I - Das Assembléias Gerais

Artigo 13. A Assembléia Geral é o órgão máximo do Instituto, podendo ser ordinária ou extraordinária e será constituída pelos associados instituidores e demais associados, com pelo menos 6 (seis) meses na qualidade de associado do Instituto, e em pleno gozo de suas prerrogativas.

Artigo 14. A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por ano, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício fiscal, ou até 30 de abril, por convocação do Conselho Deliberativo, com a função de deliberar sobre o relatório anual e o programa de atividades do Instituto.

Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA N° 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

Artigo 15. A Assembléia Geral Extraordinária ocorrerá, sempre que necessário, por convocação do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva ou ainda, por solicitação expressa de (1/5) dos associados, para tratar de assuntos objeto de sua convocação.

Artigo 16. As Assembléias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias, serão instaladas em 1ª convocação com maioria absoluta (metade mais um) dos associados e, em 2ª convocação, após 30 (trinta) minutos, com a presença de pelo menos um terço dos associados, acontecendo suas deliberações por maioria simples de votos, salvo quando versarem sobre exclusão de associados, destituição de membros eleitos, transformação ou dissolução do Instituto, alterações estatutárias e deliberações de quaisquer órgãos da administração, quando as decisões são tomadas pela aprovação da maioria absoluta dos associados.

§ 1º. A convocação de Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, será feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por meio de cartas protocoladas e registradas ou Edital publicado em jornal local de grande circulação.

§2º. Na convocação deverá constar a "Ordem do Dia", não podendo se discutir assunto alheio à convocação.

Artigo 17. Compete à Assembléia Geral:

- I- aprovar os regulamentos de processo eleitoral dos órgãos integrantes da organização do Instituto;
- II- eleger os membros do Conselho Deliberativo, Conselhos Fiscal e da Diretoria Executiva;
- III- destituir os membros, eleitos ou não, dos poderes sociais, desde que convocada para esse fim;
- IV- deliberar sobre emendas ou modificações deste Estatuto Social, desde que convocada com essa finalidade; inclusive no tocante à administração;
- V- decidir sobre os destinos do Instituto, sua transformação, extinção ou dissolução, desde que convocada com essa finalidade, observando-se as demais disposições estatutárias.


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

VI- aprovar prestação de contas

§ 1º. Para deliberar sobre a alteração do objetivo social do Instituto, a Assembléia Geral deverá, excepcionalmente, ser instalada com a presença da maioria absoluta (metade mais um) dos associados, em primeira convocação, e de pelo menos um terço dos associados em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, e deliberará com maioria absoluta dos votos dos presentes.

§ 2º. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou por outro membro ou associado por ele designado, cabendo-lhe, em ambas as hipóteses, indicar o secretário da mesma. Nos casos de impedimento do Presidente caberá à Assembléia Geral escolher, por critério por ela definido, a quem caberá a presidência.

§ 3º. Toda ata da Assembléia Geral será firmada pelo Presidente e pelo Secretário da reunião, para que produza efeitos, será suficiente a assinatura de quantos associados bastarem para constituir a maioria necessária para as decisões tomadas pela Assembléia, observando-se as demais disposições estatutárias.

§ 4º. Em nenhuma hipótese será autorizado voto por procuração.

Artigo 18. Compete ao Presidente da Assembléia Geral decidir o empate das votações e proclamar as decisões.

Seção II - Do Conselho Deliberativo

Artigo 19. O Conselho Deliberativo será constituído de 09 (nove) membros, eleitos em Assembléia Geral, para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição para mais um mandato, sendo que, dentre eles, um será designado Presidente, o outro será designado Vice-Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica.

§ 1º. No caso de ausência ou impedimento do Presidente, o mesmo será substituído pelo Vice-Presidente. No caso de ausência ou impedimento do Vice-Presidente o mesmo será substituído por qualquer outro Conselheiro, mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho Deliberativo.


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

§ 2º. No caso do Conselho Deliberativo não se reunir no prazo de 7 (sete) dias úteis para deliberar sobre a substituição referida no parágrafo acima, caberá ao membro de mais idade substituir o Presidente e o Vice-Presidente ausentes ou impedidos.

§ 3. Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo: (a) propor a admissão, suspensão e recomendação de exclusão de membros da Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral; (b) convocar o Conselho Deliberativo e os associados, para reuniões da Assembléia Geral, de acordo com o disposto nesse Estatuto Social; (c) convocar as reuniões do próprio Conselho Deliberativo.

Artigo 20. O Conselho Deliberativo se reúne ordinariamente 2 (duas) vezes a cada ano, e, extraordinariamente sempre que julgar necessário ou por convocação do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou da metade de seus membros.

§ 1º. As reuniões do Conselho Deliberativo serão presididas por seu Presidente ou por quem este indicar, convocadas com no mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência, sendo necessária a presença da maioria absoluta (metade mais um) de seus membros para a abertura dos trabalhos em primeira convocação e pelo menos um terço em segunda convocação.

§ 2º. As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por voto unitário e igualitário e por maioria simples dos presentes, salvo quando o Estatuto Social dispuser em contrário. Com as seguintes atribuições e poderes:

- a) aprovar, por maioria absoluta de votos, as propostas e solicitações da Diretoria Executiva;
- b) deliberar sobre outras matérias de interesse do Instituto ou que lhe sejam submetidas pelo Conselho Fiscal ou pela Diretoria Executiva;
- c) assegurar recursos adequados para a consecução dos objetivos sociais do Instituto;
- d) definir as formas de execução das atividades do Instituto;
- e) aprovar os critérios de filiação e desligamento dos membros filiados, respeitadas as disposições estatutárias a respeito;

Ana Amélia Figueiredo Dino
OABIMA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

- f) avaliar, promover e acompanhar o desenvolvimento das propostas que lhe forem apresentadas pela Diretoria Executiva, estabelecendo respectivas prioridades;
- g) resolver sobre casos omissos, exceções e interpretações do presente Estatuto Social;
- h) aprovar o plano operacional, o orçamento anual e a prestação de contas que serão elaborados e apresentados pela Diretoria Executiva;
- i) decidir sobre a filiação e convênios com instituições ou organizações, observando a necessária independência do Instituto; e
- j) aplicar e tomar as providências necessárias relacionadas à punição de associados, respeitadas e observadas as disposições estatutárias.

Seção III - Do Conselho Fiscal

Artigo 21. O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das decisões do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, tanto sobre as operações finalísticas como administrativas e financeiras, constituído por 3 (três) conselheiros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos em Assembléia Geral, para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição para mais um mandato, com as atribuições e poderes que lhe são conferidos por Lei, além dos seguintes:

- a) manifestar-se sobre o programa e orçamento anuais propostos pela Diretoria Executiva;
- b) manifestar-se sobre relatórios, demonstrações financeiras, contábeis e prestação de contas da Diretoria Executiva; e
- c) deliberar sobre outras matérias de interesse do Instituto que lhe sejam submetidas pelos seus membros, pelo Conselho Deliberativo ou pela Diretoria Executiva.

§ 1º. O Conselho Fiscal se reúne ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente sempre que julgar necessário ou por convocação do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva ou de 1/2 (metade) de seus membros.

§ 2º.- As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por voto unitário e igualitário e por maioria simples dos presentes, salvo quando o Estatuto Social dispuserem contrário


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO¹²
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 43707

Seção IV - Da Diretoria Executiva

Artigo 22. A Diretoria Executiva, será composta por no mínimo 3 (três) membros e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos em Assembléia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos para mais um mandato, sendo que dentre esses haverá um Diretor-Presidente e demais diretores sem designação específica, com as seguintes atribuições:

- a) cumprir e fazer cumprir a legislação, o presente Estatuto Social, demais normas, decisões dos órgãos de Administração do Instituto;
- b) representar o Instituto ativa e passivamente em juízo ou fora dele;
- c) praticar os atos de gestão, organização e execução das atividades administrativas, sendo responsável tanto pelos recursos humanos, financeiros, materiais e de informações;
- d) assessorar os órgãos administrativos do Instituto;
- e) promover ampla articulação entre os diversos setores da sociedade;
- f) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal do Instituto;
- g) determinar, se julgar necessário, a admissão ou a contratação de profissionais técnicos, estagiários e outros de demais categorias para orientação e assessoria especializada ao exercício de suas atividades;
- h) gerenciar e supervisionar os funcionários, instalações, equipamentos e patrimônio do Instituto;
- i) propor alteração do presente Estatuto Social, do regulamento eleitoral ou transformação, extinção ou dissolução do Instituto;
- j) sugerir os critérios de filiação, punição e desligamento de membros filiados, respeitadas as disposições estatutárias a respeito;
- k) assinar, convênios, contratos, acordos, ajustes, correspondências e outros documentos do Instituto, respeitadas as disposições do parágrafo primeiro abaixo; e
- l) adotar práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.


Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA Nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

13

MICROFILME nº 43707

§ 1º. Para a abertura e encerramento de conta bancária, assinatura de cheques e quaisquer outras movimentações financeiras ou bancárias e, ainda, para a outorga de procuração, será sempre necessária a assinatura de 2 (dois) Diretores, sendo um, necessariamente, o Diretor-Presidente.

§ 2º. Os membros da Diretoria Executiva não receberão remuneração, benefícios, vantagens, bonificações ou participação de qualquer forma e a qualquer título.

Capítulo VII - Das Eleições

Artigo 23. As eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, serão realizadas a cada três anos, podendo ser nomeada comissão eleitoral para organizar o processo eleitoral.

Artigo 24. Participa das eleições todo associado que tiver:

- a) No mínimo 180 dias de inscrição no quadro social;
- b) Em gozo de seus direitos sociais conferidos neste estatuto;
- c) Com as mensalidades quites até um dia antes das eleições

Artigo 25. As eleições deverão ser convocadas por edital com antecedência máxima de quinze dias e mínima de dez dias.

Artigo 26. As chapas que concorrerão às eleições serão compostas de todos os cargos previstos no presente estatuto e se registrarão até setenta e duas horas da data das eleições, na sede do ICE-MA.

§ 1. Em vinte e quatro horas da data da eleição, deverá ser tornada pública em edital fixado na sede do ICE-MA, a composição de todas as chapas, sob pena de nulidade do pleito.

§ 2º. Caso seja registrada apenas uma chapa (chapa única), as eleições serão realizadas por aclamação dos sócios presentes.

Artigo 27. Será considerada eleita, a chapa que atingir o maior número de votos.

Artigo 28. Logo após a proclamação do resultado da nova Diretoria e novo Conselho Fiscal e Deliberativo, os membros eleitos serão empossados, em seguida ou posteriormente em data a ser marcada.

Ana Amélia Figueiredo Dino
OAB/MA nº 5.517

CANTUÁRIA DE AZEVEDO 14
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 MICROFILME nº 43707

Capítulo VIII- Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 29. O regulamento eleitoral traçará as diretrizes e as regras que deverão ser observadas por ensejo das eleições dos cargos administrativos do Instituto.

Artigo 30. O Instituto somente poderá ser extinto por deliberação de 3/4 (três quartos) de seus membros com direito a voto, em Assembléia Geral especialmente convocada para este fim ou nos demais casos previstos em lei, ou quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Parágrafo único - Em caso de dissolução ou extinção do Instituto, o eventual patrimônio líquido será transferido a outra instituição sem fins lucrativos de natureza congênere.

Artigo 31. Os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e quaisquer associados, não responderão pelas obrigações contraídas pelo Instituto, nem ao menos subsidiariamente.

Artigo 32.- A assinatura do instrumento de adesão ou de filiação ao Instituto, implica na concordância integral desse Estatuto Social, competindo aos associados respeitá-lo.

Artigo 33. Este Estatuto Social entrará em vigor na data do registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, podendo ser reformulado integral ou parcialmente pela Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim na presença da maioria absoluta dos associados.

Artigo 34. O Instituto adotará a sigla ICE-MA.

